

**Universidade Federal de Pelotas  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Núcleo de Estudos e Pesquisas  
em Políticas Educacionais**



**Relatório Final de Pesquisa**

**Mapeamento das Parcerias Público-Privadas  
em Educação nos Municípios do Estado do Rio  
Grande do Sul**

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Cóssio**

**Outubro de 2025**



**NEPPE**  
Núcleo de Estudos e Pesquisas  
em Políticas Educacionais

Pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais/NEPPE/ Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação/GPPRPPE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, e Grupo de Estudos em Políticas Educacionais/ GEducação/ FURG.

NEPPE. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais.  
**Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em  
Educação nos Municípios do Estado do Rio Grande do  
Sul.**

Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa  
de Pós-Graduação em Educação. Pelotas, 2025. 142 p.

Coordenadora: Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Cossio

Revisor: Me. Luis Eduardo dos Santos Celente

# Participantes

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel)**

Profª Drª Maria de Fátima Cássio (coordenadora)

Ma. Daniela Oliveira Lopes

Drª Flávia Marchi Nascimento

Me. Gustavo Fabro de Azevedo

Me. Luis Eduardo dos Santos Celente

Drª Maria Verônica Roldán Pinto

Ma. Michele Vollrath Bento

Ma. Miriele Barbosa Rodrigues

Ma. Vanessa Silva da Silva

Ma. Verônica Rodrigues de Lima

Ma. Viviane da Silva Lemos

Rafael Martins Farias

Drª Susana Schneid Scherer

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)**

Profª Drª Vera Maria Vidal Peroni (coordenadora)

Me. Angelo Maurício de Andrade Paz

Dr. Everton Bandeira Martins

Drª Maria Otilia Kroeff Susin

Drª Monique Robain Montano

Dr. Rafael Martins Sais

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)**

Prof. Dr. Leonardo Dorneles Gonçalves (coordenador)

Drª Magda Abreu Vicente



# Participantes

## **BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

- Marina da Costa Castro (UFPEL)
- Pedro Yuri dos Anjos Corrêa (UFPEL)
- Pietro Homem da Silva (UFRGS)
- Stella Farias (UFRGS)
- Tainá Guillante (UFPEL)
- Yasmin Bortoli Fuhr (UFRGS)

# Lista de Abreviaturas

**APAE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

**ATURMA** – Associação de Turismo e Meio Ambiente

**ATeG** – Assistência Técnica e Gerencial

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CNAE** – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

**CPF** – Cadastro de Pessoa Física

**CNPJ** – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

**EAD** – Educação a Distância

**EI** – Educação Infantil

**ESPM** – Escola Superior de Propaganda e Marketing

**FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

**FPR** – Formação Profissional Rural

**FTD** – Frères des Écoles Chrésiennes / Fundação Técnico-Didática

**FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

**FURG** – Universidade Federal de Rio Grande

**GEDUCAÇÃO** – Grupo de Estudos em Políticas Educacionais

**GRPPE** – Grupo de Pesquisas: Relação entre o Público e o Privado na Educação

**GSuite** – Google Suite for Education

**LABI** – Laboratório de Inovação Educacional

**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MDE** – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

**MEI** – Microempreendedor Individual

**NEPPE** – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais

**ONG** – Organização Não Governamental

**PDF** – Portable Document Format

**POA** – Porto Alegre

**PPP** – Parceria Público-Privada

**PS** – Promoção Social

**RS** – Rio Grande do Sul

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**SESCOOP** – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

**SIAPC** – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas

**SICREDI** – Sistema de Crédito Cooperativo

**SIMAE** – Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional

**SMED** – Secretaria Municipal de Educação

**TCE/RS** – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

**UCS** – Universidade de Caxias do Sul

**UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

# Lista de Figuras

Figura 01 -	Dados gerais e educacionais	p. 33
Figura 02 -	Exemplo de site oficial de prefeitura: SMED de Caxias do Sul	p. 34
Figura 03 -	Exemplo de solicitação de notícias pelo título	p. 35
Figura 04 -	Exemplo de busca a partir de todas as notícias	p. 35
Figura 05 -	Tabela preenchida	p. 36
Figura 06 -	Quadro síntese	p. 36
Figura 07 -	Portal LicitaCon Cidadão	p. 38
Figura 08 -	Portal LicitaCon Cidadão – Contratos Municipais	p. 38
Figura 09 -	Tabela com dados dos contratos LicitaCon Cidadão	p. 39
Figura 10 -	Tabela-resumo com dados dos contratos LicitaCon Cidadão	p. 39
Figura 11 -	Nuvem de Palavras	p. 41
Figura 12 -	Municípios x Parcerias	p. 42
Figura 13 -	Associações de Municípios x PPPs	p. 44
Figura 14 -	AMZOP	p. 45
Figura 15 -	Relação de PPPs x Partido com mandato municipal	p. 46
Figura 16 -	Relação de PPPs x Ano	p. 46
Figura 17 -	"Velhos atores"	p. 47
Figura 18 -	Números do PUFV	p. 48
Figura 19 -	"Novos atores"	p. 49
Figura 20 -	Tela "Home" da página da Buscar Assessoria	p. 51
Figura 21 -	Portal da Cer Educacional LTDA.	p. 52
Figura 22 -	Valores da Fundação IMED	p. 53
Figura 23 -	Eixos estratégicos do Instituto Crescer Legal	p. 55
Figura 24 -	Características do Software	p. 56

Figura 25 -	Módulos de gestão do Instituto Jama	p. 57
Figura 26 -	Serviços prestados pelo SIMAE	p. 58
Figura 27 -	Esferas de atuação da UNDIME	p. 59
Figura 28 -	Temáticas de atuação da UNDIME	p. 60
Figura 29 -	Serviços entregues aos municípios pela Conviva Educação	p. 60
Figura 30 -	Parceiros da Conviva Educação	p. 61
Figura 31 -	Termo de contrato (via Licitacom)	p. 70
Figura 32 -	Nuvem de palavras (formação de professores)	p. 79
Figura 33 -	Atuação do Grupo Positivo	p. 105
Figura 34 -	Página inicial do banco de dados	p. 127
Figura 35 -	Banco de Dados	p. 128
Figura 36 -	Dados Gerais	p. 128
Figura 37 -	Dados gerais do Município de Pelotas	p. 129
Figura 38 -	Dados Educacionais	p. 129
Figura 39 -	Dados educacionais do Município de Pelotas	p. 129
Figura 40 -	PPPs em Pelotas	p. 130
Figura 41 -	PPPs em Formação de Professores	p. 130
Figura 42 -	PPPs com o Sicredi	p. 131
Figura 43 -	PPPs após agosto de 2019	p. 131
Figura 44 -	PPPs anteriores à dezembro de 2019	p. 132

# Lista de Tabelas

Tabela 01 -	Informações geográficas	p. 43
Tabela 02 -	Faculdades privadas e universidades comunitárias presentes nas PPPs identificadas	p. 68
Tabela 03 -	IDEB dos anos de 2017 e 2019 anos iniciais e anos finais	p. 84
Tabela 04 -	Sistematização categorial das lógicas nas PPPs de material didático	p. 93
Tabela 05 -	Nome da Instituição privada e ano de efetivação das Parcerias	p. 114
Tabela 06 -	Número de matrículas das parcerias/por ano e por município	p. 116
Tabela 07 -	Número de matrículas, por município, das parcerias em creche e pré-escola/2019	p. 120
Tabela 08 -	Municípios que possuem 1.000 matrículas ou mais e Recursos Fundeb/2019	p. 124

# Lista de Gráficos

Gráfico 01 -	Quantidade de municípios com PPPs no eixo de formação de professores	p. 63
Gráfico 02 -	Categorização das PPPs de formação de professores	p. 63
Gráfico 03 -	Categorização 1 - Mercado	p. 64
Gráfico 04 -	Categorização 2 - Lógicas subjetivas	p. 65
Gráfico 05 -	Categorização 0 - nem um, nem outro	p. 65
Gráfico 06 -	Atores presentes na formação de professores nas redes de ensino do RS	p. 66
Gráfico 07 -	Faculdades privadas e universidades comunitárias	p. 67
Gráfico 08 -	Sistema S	p. 69
Gráfico 09 -	Atores atuando no âmbito de material didático e sistemas de ensino	p. 104
Gráfico 10 -	Informações sobre a Parceria Público Privada/PPP	p. 111
Gráfico 11 -	Número de Municípios e ano de efetivação das Parcerias	p. 112
Gráfico 12 -	Número de Municípios por ano de divulgação das Parceria	p. 113
Gráfico 13 -	Nome da Instituição privada e ano de efetivação das Parcerias	p. 114
Gráfico 14 -	Distribuição de municípios com parceria e partido político na administração pública	p. 116

# Descrição da Pesquisa

## MAPEAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Descrição:** Esta pesquisa visa mapear as parcerias público-privadas em educação básica no Estado do Rio Grande do Sul (RS) no sentido de favorecer o acesso de gestores e pesquisadores a dados sistematizados que propicie o cruzamento de informações de forma a permitir o conhecimento de programas, projetos e ações que são realizados no âmbito das instituições públicas. Desta forma, o mapeamento proposto pretende ser um instrumento de políticas públicas e de democratização da educação no estado, envolvendo a caracterização geral dos municípios do RS, a caracterização educacional e as parcerias público-privadas em educação, através da construção de um banco de dados. Assim, a presente pesquisa pode contribuir para análise das parcerias e das implicações para melhoria dos sistemas educacionais. A proposta de pesquisa iniciou de um diálogo entre pesquisadores do tema, que tratavam dos processos de inserção de setores privados, com ou sem fins lucrativos, notadamente fundações e institutos, na educação pública em nível nacional ou em estudos de caso no RS, e identificaram a dificuldade para obter as informações necessárias para dar suporte às investigações. A partir da identificação desta necessidade, os grupos de pesquisa NEPPE/UFPel e GPRPPE/UFRGS construíram esta proposta de investigação. Em que pese se tenha conhecimento de alguns grupos de pesquisa no Brasil que se dedicam a este estudo, como por exemplo o GREPPE/UNICAMP no estado de São Paulo, é importante que esse mapeamento seja realizado no estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, considerando a abrangência (escala global), a recorrência, as redes privadas que se formam rapidamente e a adesão dos setores públicos, é imperioso que mais estudos sejam realizados nesta perspectiva. Ball (2018) ressalta que a política educacional está sendo feita de novas maneiras, em novos espaços, por novos atores, e muitos desses novos espaços são privados. O autor destaca que as artes mutantes do governo – as políticas de não governar demais –, são intrínsecas ao estado competitivo, e, portanto, próprias de um processo de modernização do Estado, sob a lógica da Nova Gestão Pública (NGP) e da Governança. Assim, além das alterações na organização e funcionamento do aparato estatal, com a inserção de procedimentos e regras chamadas de pós-burocráticas ou gerenciais, a partir de padrões consolidados na iniciativa privada (NGP), o Estado altera suas relações com a sociedade civil, com os entes subnacionais e com outros Estados-Nação, visando tornar-se mais pluricêntrico e permeável à participação na formulação e execução de políticas públicas (Governança). A ordem passa a ser, a partir dos anos 1990, menos governo e mais governança. (Robertson; Verger, 2012). São novos atores, novos arranjos e novas questões que se impõem aos pesquisadores em políticas educacionais, o que orienta este estudo para o seguinte problema: Quais as relações das parcerias público-privadas existentes nos municípios do estado do Rio Grande do Sul com a caracterização geral e educacional locais. Este questionamento constituirá os indicadores (campos) que irão mapear as parcerias público-privadas no Estado do RS e formar o banco de dados para que novas questões possam ser formuladas e novas relações possam ser estabelecidas, tornando cada vez mais visíveis e democráticas as ações empreendidas na educação pública do estado.

## **MAPPING PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIPS IN EDUCATION IN THE MUNICIPALITIES OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL**

**Description:** This research aims to map public-private partnerships in basic education in the State of Rio Grande do Sul (RS), in order to facilitate access by managers and researchers to systematized data that enables cross-referencing of information. This, in turn, allows for a better understanding of programs, projects, and actions carried out within public institutions. Thus, the proposed mapping intends to serve as an instrument for public policy and the democratization of education in the state, involving the general characterization of the municipalities of RS, the educational profile, and public-private partnerships in education, through the development of a database. In this way, the present research may contribute to the analysis of partnerships and their implications for improving educational systems. The proposal emerged from a dialogue among researchers on the subject, who were studying the processes of private sector involvement, whether for-profit or nonprofit—particularly foundations and institutes—in public education at the national level or in case studies in RS, and who identified difficulties in obtaining the necessary information to support investigations. Based on the recognition of this need, the research groups NEPPE/UFPel and GPRPPE/UFRGS developed this research proposal. Although there are some research groups in Brazil dedicated to this topic—for example, GREPPE/UNICAMP in the state of São Paulo—it is important that such mapping be carried out in Rio Grande do Sul. In this sense, considering its broad scope (global scale), its recurrence, the rapid formation of private networks, and the adherence of public sectors, it is imperative that further studies be conducted from this perspective. Ball (2018) emphasizes that educational policy is being made in new ways, in new spaces, by new actors, and many of these new spaces are private. The author highlights that the “mutating arts of government”—policies of not governing too much—are intrinsic to the competitive state, and therefore characteristic of the state modernization process, under the logic of New Public Management (NPM) and Governance. Thus, beyond changes in the organization and functioning of the state apparatus—through the insertion of procedures and rules referred to as post-bureaucratic or managerial, based on consolidated patterns from the private sector (NPM)—the state has also altered its relations with civil society, subnational entities, and other nation-states, seeking to become more polycentric and open to participation in the formulation and implementation of public policies (Governance). Since the 1990s, the order has shifted to less government and more governance (Robertson & Verger, 2012). New actors, new arrangements, and new issues are being imposed on researchers in educational policy, which guides this study toward the following problem: What are the relations between the existing public-private partnerships in the municipalities of Rio Grande do Sul and their local general and educational characteristics? This question will define the indicators (fields) that will map public-private partnerships in RS and constitute the database, so that new questions may be posed and new relationships established, making actions undertaken in the state’s public education system increasingly visible and democratic.



## **MAPEO DE LAS ASOCIACIONES PÚBLICO-PRIVADAS EN EDUCACIÓN EN LOS MUNICIPIOS DEL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL**

**Descripción:** Esta investigación tiene como objetivo mapear las asociaciones público-privadas en educación básica en el Estado de Rio Grande do Sul (RS), con el propósito de favorecer el acceso de gestores e investigadores a datos sistematizados que permitan el cruce de informaciones de manera que posibilite el conocimiento de programas, proyectos y acciones que se realizan en el ámbito de las instituciones públicas. De esta forma, el mapeo propuesto pretende ser un instrumento de políticas públicas y de democratización de la educación en el estado, abarcando la caracterización general de los municipios de RS, la caracterización educativa y las asociaciones público-privadas en educación, a través de la construcción de una base de datos. Así, la presente investigación puede contribuir al análisis de las asociaciones y de las implicaciones para la mejora de los sistemas educativos. La propuesta de investigación surgió de un diálogo entre investigadores del tema, que abordaban los procesos de inserción de sectores privados, con o sin fines de lucro, en especial fundaciones e institutos, en la educación pública a nivel nacional o en estudios de caso en RS, y que identificaron la dificultad para obtener la información necesaria que sirviera de apoyo a las investigaciones. A partir de la identificación de esta necesidad, los grupos de investigación NEPPE/UFPel y GPRPPE/UFRGS elaboraron esta propuesta de investigación. Aunque se tenga conocimiento de algunos grupos de investigación en Brasil que se dedican a este estudio, como por ejemplo el GREPPE/UNICAMP en el estado de São Paulo, es importante que este mapeo se realice en el estado de Rio Grande do Sul. En este sentido, considerando la amplitud (escala global), la recurrencia, las redes privadas que se forman rápidamente y la adhesión de los sectores públicos, es imperioso que se realicen más estudios en esta perspectiva. Ball (2018) destaca que la política educativa se está configurando de nuevas maneras, en nuevos espacios, por nuevos actores, y muchos de esos nuevos espacios son privados. El autor subraya que los artes mutantes del gobierno – las políticas de no gobernar en exceso –, son intrínsecas al Estado competitivo y, por lo tanto, propias de un proceso de modernización del Estado, bajo la lógica de la Nueva Gestión Pública (NGP) y de la Gobernanza. Así, además de los cambios en la organización y funcionamiento del aparato estatal, con la inserción de procedimientos y reglas denominadas posburocráticas o gerenciales, a partir de patrones consolidados en la iniciativa privada (NGP), el Estado modifica sus relaciones con la sociedad civil, con los entes subnacionales y con otros Estados-Nación, con el fin de volverse más policéntrico y permeable a la participación en la formulación y ejecución de políticas públicas (Gobernanza). El orden pasa a ser, a partir de los años 1990, menos gobierno y más gobernanza (Robertson; Verger, 2012). Se trata de nuevos actores, nuevos arreglos y nuevas cuestiones que se imponen a los investigadores en políticas educativas, lo que orienta este estudio hacia el siguiente problema: ¿Cuáles son las relaciones de las asociaciones público-privadas existentes en los municipios del estado de Rio Grande do Sul con la caracterización general y educativa locales? Este cuestionamiento constituirá los indicadores (campos) que mapearán las asociaciones público-privadas en el Estado de RS y conformarán la base de datos para que nuevas preguntas puedan ser formuladas y nuevas relaciones puedan establecerse, volviendo cada vez más visibles y democráticas las acciones emprendidas en la educación pública del estado.

# Sumário

Capítulo 1 - Introdução	p. 15
Capítulo 2 - Referencial teórico	p. 18
2. 1 O papel do Estado e as implicações na gestão pública	p. 21
2. 2 Governança educacional e as PPPs em educação: redefinindo a gestão	p. 24
2. 3 Redes de Políticas Públicas em Educação	p. 28
Capítulo 3 - Metodologia	p. 31
3. 1 Objetivos	p. 31
3. 2 Percurso investigativo	p. 31
3. 2. 1 Informações gerais dos municípios do RS	p. 32
3. 2. 2 Informações das PPPs a partir dos sites oficiais das prefeituras municipais	p. 33
3. 2. 3 Informações das PPPs a partir do LicitaCon Cidadão (TCE-RS)	p. 37
3. 3 Encaminhamentos para constituição do banco de dados	p. 39
Capítulo 4 - Eixos investigativos	p. 41
4. 1 Consultoria em gestão	p. 41
4. 2 Formação de professores	p. 62
4. 2. 1 Resultados e análises	p. 62
4. 3 Material didático e sistemas apostilados	p. 79
4. 3. 1 As PPPs no âmbito dos materiais didáticos e sistemas apostilados	p. 80
4. 3. 2 Resultados das PPPs sobre material didático nas redes de ensino do RS	p. 80
4. 3. 3 Análises sobre os dados das PPPs de material didático	p. 92
4. 3. 4 Os atores e sua atuação educacional	p. 103
4. 4 Oferta de vagas na educação infantil	p. 109
4. 4. 1 Trabalhando com os dados da tabela de notícias	p. 110
Capítulo 5 - Banco de Dados	p. 127



# Capítulo 1 - Introdução

Esta pesquisa teve início em 2019 e originou-se de discussões realizadas entre os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (NEPPE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado em Educação (GPPRPPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), contando também com pesquisadores do Grupo de Estudos em Políticas Educacionais (GEDUCAÇÃO), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O ponto de partida foi a constatação da dificuldade de acesso a dados referentes às PPPs em educação no estado do Rio Grande do Sul (RS), evidenciada em pesquisas anteriores desenvolvidas pelos respectivos grupos.

A necessidade de organizar um banco de dados que reunisse informações gerais sobre cada município do estado, dados educacionais e registros das parcerias firmadas entre as redes públicas municipais e entidades privadas nas diferentes áreas da educação constituiu-se no principal objetivo da pesquisa.

Ainda que se tenha conhecimento de alguns grupos no Brasil que se dedicam a essa temática, como o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no estado de São Paulo, é importante que esse mapeamento seja realizado no RS. Nesse sentido, considerando a abrangência em escala global, a recorrência das parcerias, a rápida formação de redes privadas e a adesão dos setores públicos, torna-se imperioso que mais estudos sejam desenvolvidos nessa perspectiva.

Ball (2018) ressalta que a política educacional está sendo produzida de novas maneiras, em novos espaços e por novos atores — muitos deles oriundos do setor privado. O autor destaca que as chamadas artes mutantes do governo — políticas de “não governar demais” — são intrínsecas ao Estado competitivo e, portanto, próprias de um processo de modernização sob a lógica da Nova Gestão Pública (NGP) e da Governança.

Assim, além das alterações na organização e funcionamento do aparato estatal, com a inserção de procedimentos e regras pós-burocráticas ou gerenciais — inspiradas em padrões consolidados na iniciativa privada (NGP) —, o Estado modifica suas relações com a sociedade civil, com os entes subnacionais e com outros Estados-nação, buscando tornar-se mais pluricêntrico e permeável à participação na formulação e execução de políticas públicas

(Governança). A partir da década de 1990, a orientação predominante passa a ser menos governo e mais governança (Robertson; Verger, 2012).

Novos atores, arranjos e questões impõem-se aos pesquisadores em políticas educacionais, o que orienta este estudo ao seguinte problema: quais são as relações das PPPs existentes nos municípios do RS com as características gerais e educacionais locais?

Esse questionamento fundamentou os indicadores (campos) que mapearam as PPPs no estado e possibilitaram a construção de um banco de dados capaz de subsidiar novas questões e estabelecer novas relações, tornando cada vez mais visíveis e democráticas as ações empreendidas na educação pública.

O olhar dos pesquisadores foi orientado por quatro eixos investigativos:

1. Consultoria/assessoria em gestão;
2. Formação de professores;
3. Material didático e sistemas apostilados;
4. Oferta de vagas na educação infantil.

No primeiro eixo, referente à consultoria em gestão, investigaram-se tanto os serviços prestados às redes de ensino (sistemas) quanto às escolas, buscando compreender quais aspectos da gestão são priorizados pelos parceiros privados, a partir das temáticas abordadas e da perspectiva subjacente. O eixo da formação de professores incluiu programas, projetos e ações de curta e longa duração, bem como eventos pontuais, desde que destinados aos docentes das redes municipais. Assim como no eixo da gestão, procurou-se analisar as temáticas trabalhadas, de modo a inferir o tipo de formação em curso.

No que se refere ao material didático e aos sistemas apostilados, buscou-se identificar a frequência de adesão dos municípios a pacotes pedagógicos, quais são eles e quem os oferta. Já em relação às parcerias voltadas à oferta de vagas, a investigação concentrou-se na educação infantil, uma vez que os municípios, por força da legislação vigente, são responsáveis por essa etapa da educação, que abrange crianças de 0 a 5 anos. Nessa perspectiva, interessou compreender em que medida os municípios atendem às demandas e de que forma o fazem.

O grupo responsável pela pesquisa, formado por integrantes dos dois grupos inicialmente mencionados e por professores da FURG, configurando uma investigação interinstitucional, além do levantamento de dados — que será detalhado no Capítulo III deste relatório —, promove reuniões de estudo voltadas à discussão de autores que auxiliam na compreensão do cenário e do movimento em análise.

No âmbito das reflexões de Gramsci, destacaram-se os conceitos de Estado, hegemonia, intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia. Para esse fim, o grupo recorreu a textos do próprio autor, bem como de intérpretes como Nelson Coutinho e Álvaro Bianchi. Além disso, vários pesquisadores participaram de um curso de extensão sobre as teses do pensador italiano, promovido pela Unioeste. Em diálogo com os conceitos gramscianos, realizaram-se estudos de autores que analisam o cenário contemporâneo, sobretudo o brasileiro, como Flávio Henrique Casimiro e Virgínia Fontes, entre outros.

# Capítulo 2 - Referencial teórico

O referencial teórico desta pesquisa é resultante da trajetória de pesquisa do NEPPE/UFPel, do GPRPPE/UFRGS e do GEDUCAÇÃO/FURG. A perspectiva teórico-metodológica que embasa esta pesquisa é a de que a relação entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas em um processo de relação (Thompson, 1981, 2012), em que Estado e sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças (Gramsci, 1989) de sujeitos (Thompson, 1981) situados em um contexto histórico e geográfico (Harvey, 2008), perpassados por projetos societários distintos. Nesse sentido, entende-se que não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois vive-se em uma sociedade de classes em que ambos são construídos por sujeitos individuais e coletivos, em um processo histórico de correlação de forças e influenciados por interesses de cunho mercantil. Portanto, o foco da análise é a privatização do público, na lógica mercantil, com implicações para a democratização da educação (Peroni, 2018). Destacam-se, ainda, que na análise da relação entre o público e privado, é importante verificar quem são os sujeitos, quais são as suas relações e qual é o conteúdo de suas propostas.

Durante o período de redemocratização no Brasil, a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, o que se considera um avanço nesse processo. No entanto, também se verifica a presença cada vez maior do privado mercantil definindo a educação pública. O Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica do mercado, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

Neste sentido, entende-se que a relação entre o público e o privado na educação não se limita apenas à propriedade; é entendida como projetos societários em disputa, que ocorrem na correlação de forças tanto no Estado, quanto na sociedade civil, especialmente os grupos sociais que defendem projetos privados com interesses vinculados ao mercado ou ao neoconservadorismo, em uma perspectiva de classe<sup>1</sup>, com profundas implicações para a

---

<sup>1</sup> Entendemos classe na perspectiva de Thompson, como “uma relação e não uma coisa” (Thompson, 1981, p. 11), “um fenômeno visível apenas no processo” (Thompson, 2012, p. 77) e, ainda, que “[...] classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a maneira pela qual a máquina trabalha” (Thompson, 2012, p. 169).

construção de uma sociedade democrática (Peroni, 2018). Democracia aqui é entendida como “a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (Peroni, 2013, p. 1021).

Acredita-se que a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais é a materialização das correlações de forças que ocorrem na sociedade em um período particular<sup>2</sup> do capitalismo. Neste sentido, se traz alguns elementos para o debate acerca das particularidades do neoliberalismo pós crise de 2008, com as reformas de segunda geração do Consenso de Washington e sobre como suas relações com o neoconservadorismo que redefinem as fronteiras entre o público e o privado e se materializam por meio das políticas de educação básica no Brasil.

Destaca-se que para compreender o cenário em que as disputas societárias ocorrem e, sobretudo, no momento que se ampliam as parcerias entre o público e o privado, é preciso recorrer às reconfigurações do papel e conceitos de Estado na perspectiva da Nova Gestão Pública (NGP) e da governança, entendendo como se constituem as redes de políticas públicas [*policy networks*] na educação, considerando os reflexos desse contexto na materialização de políticas educacionais para o setor público.

O atual momento do capitalismo e suas reconfigurações, como já referido, têm implicações diretas na concepção e no papel do Estado, visando adequar as ações públicas aos interesses do modelo. Assim, sob o anúncio de modernização e atendimento às demandas atuais da sociedade civil e, nela com prioridade ao setor mercantil, a noção de Nova Gestão Pública ou gerencialismo, como parte das mudanças, passa a ser imperativo para a estrutura e funcionamento das diferentes instâncias dos setores públicos em diferentes países do mundo.

Cóssio e Scherer (2019) destacam que

a perspectiva de gestão gerencial se relaciona à ideia de Nova Gestão Pública (NGP) que, tendo o intuito de superar a gestão burocrática weberiana, considerada ineficaz, adota princípios e práticas típicas de empresas no interior da máquina pública, como resposta às direções pós-crise de 1970. Refere-se a uma gestão por resultados a qual valoriza o produto do trabalho (quantidade), e menos o processo (qualidade), desencadeando mudanças internas substanciais, embora se observem práticas híbridas (Cóssio e Scherer, 2019, p. 76).

Entende-se que o conceito de governança é relevante para a compreensão do movimento de reforma do papel do Estado e da gestão pública, sobretudo a partir da estreita relação entre Estado e mercado, sob a égide de um novo capitalismo humanizado (Neves, 2010) que, desde o início dos anos 2000, ganhou força na agenda política dos países centrais e

---

<sup>2</sup> Particular é entendido, conforme Lukács (1978), como mediação na análise: “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular” (Lukács, 1978, p. 112).



dos organismos internacionais, mas também dos países da periferia do capitalismo. Embora a agenda para a educação seja a mesma, os desdobramentos e impactos em cada país diferem. No entanto, mesmo que se reconheçam as singularidades locais, é inegável que há um projeto global que visa alinhar as nações aos interesses do capital. Conforme Mészáros (2009), o capital é anterior ao capitalismo, este é uma das formas possíveis de realização do capital. Assim como existia o capital anterior ao capitalismo (capital mercantil, capital usurário, etc.), as formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital após o capitalismo, como foi o caso da Rússia e dos demais países do Leste Europeu (Antunes, 2009).

O capitalismo sofre alterações e, mais recentemente, crises que, para alguns autores como Harvey (2011) e Mészáros (2009), são cíclicas, mas mesmo revelando suas fragilidades e mazelas, notadamente do ponto de vista social e humano, tem assumido novas formas.

Neste sentido, o modelo neoliberal que se instaurou como alternativa à crise do Estado de Bem-Estar social não é o mesmo que se vivencia atualmente. A globalização, uma das principais estratégias do modelo, também não é mais a mesma. Dale (2004) analisa que esta globalização

é diferente de qualquer outra que tenha acontecido anteriormente; ela torna possível, pela primeira vez, falar de uma economia global que inclui todas as nações do mundo. Tal resultado do colapso formal da única alternativa ao capitalismo e da aceleração dos processos no sentido da mercadorização de todas as coisas que se fizeram acompanhar desse colapso (Dale, 2004, p.437).

Para o autor, não há uma nova nação hegemônica, mas o triunfo do sistema capitalista, resultando na criação de novas formas de governança supranacional e na transformação das condições da procura do lucro, que continua sendo o motor do sistema.

Neste cenário, Estado, Mercado e Sociedade assumem novos papéis, configuram novos acordos e outros atores nacionais e supranacionais entram na cena político-econômica, seja definindo políticas, seja atuando diretamente na sua implementação e/ou financiamento, dependendo das parcerias e acordos estabelecidos e dos interesses em jogo.

A expressão governança<sup>3</sup> refere-se às transformações da noção de um governo, centrado numa visão monolítica do Estado, para uma noção pluricêntrica de governança descentralizada, realizada por redes que englobam múltiplos atores, demandando pesquisas sobre as ações de governo para além do Estado, de modo a considerar a atuação de outros sujeitos ou grupos que atuam na governança.

---

<sup>3</sup> A noção de “nova governança” como forma de regulação dos atores privados no mercado emergiu nos documentos da OCDE de 1990.

Marsh (1998) destaca a necessidade de se articular a abordagem de redes de políticas públicas a uma teoria de Estado porque é ela que provê uma explicação para os padrões de formação das redes, motivos para sua proliferação, formas de atuação e poder de influência sobre os governos.

Neste sentido, discutem-se as redefinições do papel do Estado em decorrência das mudanças do modelo capitalista, as implicações dessas alterações para a gestão pública, especialmente a noção de governança e governança educacional, sobretudo as relações público-privadas, dando destaque às redes de governança que atuam na educação brasileira, imprimindo uma lógica gerencial e mercantil que se distancia da perspectiva pública e coloca em causa o princípio da gestão democrática e a formação das futuras gerações.

## **2. 1 O papel do Estado e as implicações na gestão pública**

No modo de produção capitalista, o Estado tem um papel abrangente na perpetuação da estrutura de classe. Ele, conforme Mészáros (2015), é um dos pilares do capital. Dada a complexidade a que chegou a sociedade capitalista no momento atual e as crises pelas quais vem passando nas últimas décadas, novas formas de atuação são constantemente incorporadas pelo Estado para assegurar a continuidade deste sistema e a hegemonia do capital.

Nesse processo é importante considerar a atuação dos “aparelhos privados de hegemonia”, instituições presentes na sociedade civil que buscam assegurar a direção política e ideológica da classe dirigente<sup>4</sup>. Nesse quesito podem ser incluídos Organismos internacionais como: Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros.

Esses organismos, através de suas ações, têm pautado as reformas dos Estados, em especial nos países da periferia, assim como as políticas educacionais para estes países. São intelectuais orgânicos do capital, exercendo o papel de domínio e direção para garantir a perpetuação do modo de produção capitalista. O Banco Mundial, por exemplo, de acordo com Shiroma,

expõe claramente seu interesse por monitorar o desempenho do sistema de ensino dos países devido a três funções primordiais que, segundo o Banco, lhe competem: i) desenvolver as habilidades da força de trabalho para o crescimento econômico

---

<sup>4</sup> Sobre aparelhos privados de hegemonia ver, por exemplo, o livro de Antonio Gramsci “Maquiavel a política e o Estado Moderno”.

sustentado; ii) contribuir para a redução da pobreza e desigualdade, fornecendo oportunidades educacionais para todos, e iii) transformar os gastos com educação em resultados educacionais - acima de tudo, aprendizagem do aluno' (Shiroma, 2016, p.11).

Neste sentido, o Estado, conforme definido por Gramsci, é muito mais do que um aparelho coercitivo da burguesia; inclui a disputa pela hegemonia no plano superestrutural, ou seja, abrange dimensões ideológicas, simbólicas, políticas, da vida intelectual e espiritual expressas na produção intelectual, artística, das relações sociais. O Estado está ainda enraizado na estrutura de classe definida por relações de produção e amarrado a essas relações. Assim, a superestrutura está intimamente ligada às relações de produção porque, embora a hegemonia seja ético-política, é também econômica, e necessariamente está baseada na função exercida pelo grupo dominante no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci *apud* Coutinho, 1981). Para Gramsci por “Estado deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou sociedade civil” (Gramsci, 1991, p. 147).

As “relações de força” presentes na sociedade capitalista em determinados momentos “entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (Gramsci, 1991, p.50). Assim, cria-se a hegemonia de um grupo social sobre os outros e o Estado como organismo próprio de um grupo é “destinado a criar às condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (Gramsci, 1991, p.50). A eficiência desse processo expansivo se concretiza quando os interesses desse grupo possam ser assimilados como expressão da vontade de toda a sociedade.

A compreensão do Estado como condensação de forças e não como algo acima das classes sociais e refratário às suas contradições, permite observar a ação política em uma dupla perspectiva: a força e o consenso, que configuram o que Gramsci chama de domínio e direção política e intelectual ou de sociedade política e sociedade civil.

Segundo Coutinho (1981, p. 92),

[...] ambas [sociedade civil e sociedade política] servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção.

Estas análises possibilitam compreender que a dominação de uma classe social sobre outra não ocorre apenas na esfera econômica ou pela simples força física, mas, ocorre porque a classe que domina consegue persuadir a classe que subjuga a compartilhar a concepção de mundo, os valores sociais, morais e culturais dominantes.

Desta forma, entender o papel do Estado e suas reconfigurações no contexto atual implica em conhecer contradições, tensões, paradoxos nem sempre perceptíveis de forma imediata, dada a complexidade das relações entre Estado-Mercado-Sociedade Civil, relações estas determinantes na definição das políticas educacionais.

A reforma da educação é parte do movimento de reforma do Estado que tem sido provocada pelas mudanças e reconfigurações do capitalismo. Neste sentido, o setor público tem passado por reformas que vem alterando de forma significativa as concepções e os objetivos que orientam as formas de gestão e o funcionamento das instituições. Essas reformas administrativas consolidam novos discursos e práticas derivadas do setor privado e são usadas como referência para as organizações públicas em todas as esferas de governo.

De acordo com Secchi (2009) *apud* Cossio (2018, p.67)

dois modelos organizacionais e um paradigma relacional foram apresentados como alternativas às crises, atribuídas, em grande medida, ao papel e tamanho do Estado<sup>5</sup>. A administração pública gerencial (APG) e o governo empreendedor (GE) são modelos organizacionais que incorporam prescrições para a melhora da efetividade da gestão das organizações públicas. O movimento da governança pública (GP) se traduz em um modelo relacional porque oferece uma abordagem diferenciada de conexão entre o sistema governamental e o ambiente que circunda o governo.

Tais modelos passam a ser utilizados como elementos-chave para a efetivação dos conceitos neoliberais, buscando assim, paralelamente a iniciativa de liberar as forças do mercado e reduzir o tamanho e as ações do Estado, aumentar a eficiência do setor público e reduzir o seu escopo, sem, no entanto, reduzir seus custos, na medida em que repassa recursos para a iniciativa privada.

É importante destacar, no entanto, que o modelo de governança proposto pelo Neoliberalismo, é mais uma estratégia do capital para consolidação e difusão de sua hegemonia. Na medida em que a aproximação com a sociedade civil envolve mais a substituição na execução de políticas do que propriamente a participação democrática da população na tomada de decisões.

---

<sup>5</sup> Uma das teses em que se sustenta o neoliberalismo é de que a crise dos anos 1970 ocorreu em decorrência do tamanho do Estado (provedor) e que para enfrentá-la seria necessário um Estado mínimo, enxuto, privatizante.

Além disso, a flexibilização do Estado implica na sua permeabilidade à adoção de políticas oriundas de outros locais, sobretudo de agências e organismos multilaterais e do mercado.

No caso brasileiro, a reforma do Estado se materializa de forma objetiva em 1995, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, produzido pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE -, sob a gestão do Ministro Bresser Pereira, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. As estratégias assinaladas pelo Plano são: privatização, publicização e terceirização. Peroni (2011) destaca que o termo “publicização” consiste na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos tradicionalmente prestados pelo Estado. A criação da categoria “público não-estatal” contempla grandes setores da iniciativa privada, sem fins lucrativos, que prestam serviços públicos, como é o caso da educação. Ainda conforme o Plano, as políticas sociais são consideradas serviços não exclusivos do Estado e, portanto, de propriedade pública não-estatal ou privada.

Os governos que se seguiram têm adotado várias estratégias da administração gerencial e da governança, com forte vinculação com os setores privados, o que vem repercutindo nas políticas educacionais, através da notável atuação do empresariado brasileiro no delineamento da agenda política para a educação.

Vários programas educacionais, nas três esferas de governo, assumem o caráter público-privado. Em alguns casos, os governos repassam recursos para que os programas sejam efetivados, sob a lógica privada. Em outros casos, a iniciativa privada é que propõe diretamente as ações e as executa, com recursos públicos ou subsidiados. De qualquer forma, os sentidos e princípios da educação pública, que certamente não podem ser confundidos com os de uma empresa privada, estão sendo secundarizados.

## **2. 2 Governança educacional e as PPPs em educação: redefinindo a gestão**

A noção de governança é importante para compreender as transformações no papel e funções do Estado, em diferentes escalas, sobretudo a relação entre o público e o privado e as implicações para as políticas educacionais.

Reis (2013) destaca que é possível encontrar nove abordagens de governança em que se cruzam diferentes disciplinas, com abordagens metodológicas e analíticas distintas. No primeiro grupo destaca:

a (i) *good governance*, (ii) *good governance – nova gestão pública* e (iii) *governança empresarial*. Neste caso, o termo governança, quer como paradigma

científico, quer como referencial político, afirma-se nos anos de 1990, surgindo como um potente motor de reformas ao nível de métodos de decisão e de ação coletiva que tem em conta a evolução do papel do Estado. Face aos processos de «globalização», à emergência de novas categorias de atores (diversas organizações mundiais) e à integração económica de várias zonas e regiões do globo, impõe-se uma redefinição do lugar e do papel do Estado, cujas configurações possíveis confrontam a sua legitimidade e o seu tradicional princípio de soberania (Reis, 2013, p. 13).

A sociedade civil, na perspectiva da governança, assume um papel central, tanto para realizar os serviços entendidos como “não exclusivos do Estado”, quanto para legitimar o modelo através do controle à distância (avaliações, conselhos, agências reguladoras) das ações realizadas, dando a ideia de transparência e controle social.

O que se entende por sociedade civil precisa ser explicitado, na medida em que há diferentes posições a respeito. Neste sentido, se utilizam as teses de Gramsci como suporte teórico. Para Magrone (2006),

o conceito de sociedade civil é um conceito-chave para compreender as complexas articulações de uma formação social moderna. A sociedade civil é o lócus no qual as classes sociais lutam para exercer a hegemonia cultural e política sobre o conjunto da sociedade. Nos Cadernos do cárcere, Gramsci define a sociedade civil como “o conjunto dos organismos vulgarmente ditos ‘privados’ e corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 2000, p. 225-226). Nesse conceito, a sociedade civil é o domínio privilegiado da ideologia, porquanto é aí que a classe fundamental deve assegurar o consenso socialmente necessário ao exercício do seu poder económico e político (Magrone, 2006, 357).

O pensamento de Gramsci não dicotomiza Estado e sociedade civil. O que para Nogueira (2001) provocou a disjunção entre ela e o Estado foi a “despolitização”. Esta se associa ao fato de que os movimentos sociais, que são o oxigênio da sociedade civil, não raras vezes estão assentados unicamente na solidariedade de seus interesses privados, sem qualquer preocupação de elevar esses interesses particulares da corporação a um plano de consciência política de toda a classe. Neste sentido, assiste-se nas últimas décadas no Brasil a emergência de novos atores sociais cujas lutas corporativas frequentemente dimensionaram o limite de seus próprios interesses como o único horizonte possível, cancelando, na prática, a preocupação mais propriamente política (no sentido de fundar novas concepções de mundo ou programas para a sociedade) (Magrone, 2006, 363).

Desta forma, na noção de sociedade civil estão representados os mais diversos interesses, instituições, grupos, numa flagrante luta por hegemonia. Neste caso, a governança significa o atrelamento entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, em que o Mercado tanto pode ser encontrado no Estado, quanto na Sociedade Civil, todos em busca do consenso em torno da ideia de “bem comum”. Assim, a principal característica deste modelo de governança são as PPPs, a partir das quais os empresários integram-se na busca de fontes externas de

financiamento e investimentos, justificadas como respostas à crise fiscal, e na execução de políticas, com recursos públicos.

A governança, embora seja um conceito recente, cumpre no Estado o papel a ele definido desde sua criação na sociedade moderna. Conforme Mészáros (2015, p. 10), o Estado moderno desde seu surgimento

não se restringiu a seus limites internos. A criação desse espaço moldou, a partir daí, pela expansão do comércio e pelo caráter cada vez mais global do circuito da produção, um sistema planetário. Foi através da criação desse espaço público de disputas políticas que surgiu um sistema interestatal, que viabilizou o capitalismo tal qual o conhecemos.

Para Robertson e Verger (2012) governar a educação por meio das PPPs é mais que uma questão de coordenar os serviços de educação, envolvendo agentes públicos e privados. Tais opções governamentais são centrais na constituição de tipos particulares de cidadãos (de mercado), por um lado, e na reconstituição do setor da educação (como parte de uma indústria de serviços educacionais globais em rápido crescimento), por outro.

Os entes/parceiros privados cumprem um papel de alta relevância para o atual modelo neoliberal, o consenso. Na busca pelo consenso, produzem *experts*, disseminam ideias, protagonizam campanhas, movimentos nacionais e internacionais, distribuem amplo material, tais como: textos, censos, panfletos, participam de entrevistas, alguns até têm colunas em revistas e jornais de grande tiragem.

Os *experts* mostram o quão desastrosa está a situação da educação do país e/ou dos países foco da política, e apresentam as soluções: “Todos pela educação”, em busca do bem comum.

Segundo Ball (2014, p. 71),

alguns tipos de discursos são operadores do pânico social, especialmente os que anunciam crises, e servem ao neoliberalismo na medida em que acentuam a possibilidade de criação de mercados dentro do Estado – consultorias, parcerias, terceirizações – de modo que o privado possa atuar nas instituições do setor público, conformando suas práticas, dinâmicas, rotinas e objetivos à lógica empresarial.

As PPPs são a expressão mais evidente da reforma do Estado e das novas configurações das políticas educacionais, traduzidas em gestão por resultados; orientações, currículos e práticas pedagógicas homogeneizadas e condicionadas às avaliações em larga escala; incentivo à qualificação da performance, medidas pela produtividade (professores, alunos, gestores) e, sobretudo, da formação de um “sujeito instrumental à reestruturação produtiva” (Peroni, 2015), trabalhadores e consumidores adequados à expansão do capital.

Percebendo a gestão educacional como parte do processo social e, portanto, permeada de significados sócio-históricos e políticos, ela é parte fundamental de políticas de Estado e de governo que buscam estabelecer e consolidar determinado modelo de sociedade.

Se por um lado a educação na perspectiva democrática, referenciada socialmente, percebe a qualidade ligada diretamente ao desenvolvimento social dos cidadãos, garantindo que a aprendizagem escolarizada sirva como forma de emancipação dos sujeitos, a qualidade na lógica empresarial está atrelada ao rendimento escolar, passível de ser verificado através de testes padronizados e, portanto, diante dos indicadores de desempenho, vinculados a currículos homogêneos, buscando atingir resultados considerados satisfatórios, em comparação aos indicadores internacionais.

Esta lógica mercadológica de qualidade de educação busca atingir a eficácia de resultados, sem a preocupação direta com o processo educacional, visto que dissemina a ideia de autonomia dos sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem, e, contraditoriamente estimula a produtividade e competitividade para alcançar os resultados, elegendo a meritocracia e o esforço individual como fatores essenciais para atingir um padrão homogêneo de qualidade escolar, acabando por responsabilizar os próprios estudantes, professores e a gestão escolar pelo fracasso ou sucesso diante dos resultados verificados pelas avaliações de larga escala.

Observam-se com este movimento, diferentes formas de privatização do ensino público, consubstanciado pelos discursos e recomendações dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, que acredita ser este o caminho mais eficaz para se estabelecer padrões de qualidade e eficiência da educação.

É tamanho seu impacto na gestão escolar que alguns dos programas estabelecidos pela iniciativa privada acabam por se legitimar, tornando-se programas de governo e instrumento de promoção em escala nacional de diversas medidas, conceitos e ideologias que regem o pensamento desde o centro.

A reforma da educação não somente se consolida através da prestação de serviços por instituições privadas, mas também pelo novo olhar diante da gestão educacional pautada na qualidade e eficiência, moldando as políticas educacionais na perspectiva da governança por resultados.

Outro fator relevante é o investimento na estrutura física das escolas por parte do setor privado, modernizando suas dependências e incorporando novas tecnologias advindas do campo mercadológico e adequado para o ambiente escolar. É importante enfatizar ainda o papel midiático, em todas as esferas, na divulgação destas propostas e de seus resultados, atuando como *marketing* político e fortalecimento de programas que validam a privatização



como solução para as demandas escolares. A meritocracia perpassa todas as esferas, inclusive os discentes são premiados caso atinjam média igual ou superior às escolas privadas, produzindo nesse processo a competitividade entre os estudantes, característica própria do mercado.

Este discurso ganha força diante das constantes afirmações do setor privado referente à incapacidade de gestão eficaz por parte do Estado, chegando a culpabilizar a administração das escolas públicas, personificado na figura de seus gestores e professores o grande problema que impossibilita uma educação de qualidade.

Os conceitos mercadológicos de eficiência, qualidade e produtividade vão se consolidando como verdades a serem implementadas no ambiente escolar, visando a melhoria de resultados. Desta forma, se expande e se consolida a gestão gerencial em detrimento da gestão democrática referenciada na Constituição Federal de 1988, referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como princípio da educação pública brasileira.

## **2. 3 Redes de Políticas Públicas em Educação**

O conceito de Redes de Políticas Públicas (RPPs), largamente utilizado nos discursos sobre governança, é relativamente novo nas pesquisas em Educação e combina subsídios da ciência política com ideias da teoria das organizações sobre a distribuição de poder, dependências, aspectos organizacionais e relações interorganizacionais (Kickert, Klijn, Koppenjan, 1999, p.1).

Redes de políticas públicas (RPPs) são construídas por instituições e organizações públicas e privadas que influenciam ou participam do processo político. Congregam coletivos momentaneamente interessados numa questão, por vezes compartilhando os mesmos objetivos anunciados, porém, podendo portar interesses implícitos distintos. Unem-se, por iniciativa própria ou por indução – de governos, OMs, frações de classe – considerando que a ação conjunta pode ampliar o poder dos sujeitos ou grupos envolvidos, melhorando sua capacidade de reivindicação e luta em defesa de determinadas causas e interesses.

Ao analisar as redes de políticas públicas em educação observam-se os processos de privatização por meio de oferta de serviços educacionais pelo setor privado, reforma dos sistemas de ensino público alinhados à lógica gerencialista. Aqui se denotam mudanças no papel do Estado pela governança, de burocracia para redes, de prestador para contratante. Este movimento recebe suporte de atores internacionais, como as Organizações Multilaterais,

e implica tanto no empreendedorismo de políticas como nos processos de transferência, resultando num mecanismo de convergência de políticas.

Redes transnacionais de influência participam da reformulação de processos políticos em âmbito supranacional, produzindo e difundindo conhecimento e informação e procuram pluralizar a autoridade política. Contribuem para construção de novas autoridades, os *experts* em educação. Redes acolhem *think tanks*, aparelhos privados de hegemonia que se aninham em teias de relações ampliando sua possibilidade de impacto e influência, conferindo autoridade e legitimidade a questões globais, ainda que com interesses políticos e econômicos não explícitos.

Para Robertson e Verger (2012), o neoliberalismo promoveu um tipo particular de parceria público-privada (PPP) na educação que se propaga com o projeto de reconstituir a educação pública como indústria global de serviços educacionais, dirigida a uma sociedade de mercado. Uma rede de desenvolvimento global que precisa ser governada e pensa em governar os serviços educacionais por meio de parcerias. As PPPs combinam esforços do Estado com os de OM e do setor privado, com ou sem fins lucrativos. Apresentam duas faces das PPP na educação a) face amigável da privatização ou b) o meio inovador de financiamento que se baseia na cooperação entre público e privado para resolução de problemas como acesso, qualidade e equidade, incitando a prática de governança da educação. (Idebem, p. 2).

Os autores ressaltam a presença de especialistas que se organizam, publicam coletivamente, difundindo ideias e ideais sobre PPP na educação. De acordo com estes pesquisadores, a governança educacional “[...] modula a forma, o padrão e o escopo das políticas e práticas, oportunidades e efeitos da educação” (Robertson, Verger, 2012, p.10). São três as características que conformam os modelos de governança da educação: 1) divisão social do trabalho; 2) poder de tomada de decisão e; 3) normatividade. Conceituam governança educacional como

“[...] termo mais recente, usado para descrever atividades do setor público que [...] não são realizadas pelo governo – sozinho -, mas também por atores não governamentais [...]. A governança como conceito também se tornou uma forma de englobar as atividades de governo daquelas organizações e empresas multilaterais, transnacionais e internacionais que cada vez mais operam acima e através das fronteiras territoriais nacionais. Aplicada à educação, ela nos alerta para o governar como sendo mais que uma atividade do Estado” (Robertson, Verger, 2012, p.2-7).

A análise de governança da educação abrange o estudo das

“[...] (i) formas distintas de atividade educacional (financiamento, oferta, propriedade, política, regulação); (ii) tipos especiais de entidades ou agentes com

interesses diferentes (Estado, mercado lucrativo/sem fins lucrativos, comunidade, residência); e (iii) diferentes plataformas ou escalas de regra (local, subnacional, nacional, supranacional)” (Robertson, Verger, 2012, p. 8).

O Estado, desobrigado do provimento da educação, terceiriza “serviços” para provedores externos – ensino, consultoria, venda de tecnologias, entre outros - criando, dentro do setor público, condições econômicas e extra econômicas para operação de negócios, novas oportunidades de lucro para o setor privado, empreendedores sociais ou organizações voluntárias, evidenciando a conjugação de interesses entre Estado e mercado. Remete à ideia de desestatização para provimento dos serviços públicos (Shiroma, 2016).

Ao referirem-se às PPPs como ferramentas de governança, Robertson e Verger (2012, p.14) sugerem que essa estrutura de governança tende a substituir as privatizações. Com a consolidação deste modelo de Governança, o capital prescinde da privatização formal, da mudança de natureza jurídica para operar, porque efetiva a privatização na prática, reorienta a natureza e prioridades das ações realizadas no setor público sob a racionalidade privada. Quando isso acontece, se observa uma aparente mudança na correlação de forças para algumas lutas, como por exemplo, verbas públicas para instituições públicas. O setor privado está diversificando as formas de abocanhar seu quinhão, operando seus negócios no setor público, constituindo “mercados no Estado”.

Neste contexto, é necessário que haja uma ação de resistência à tendência dominante destinada a fazer da escola o lócus da reprodução do modelo hegemônico para converter-se em espaço privilegiado de reflexão, da crítica e da formação de novas formas de cidadania.

Embora juridicamente os direitos políticos estejam assegurados, eles não modificam as condições que geram as distinções sociais entre os homens. Assim, o Estado garante a propriedade privada, assegurando a reprodução da divisão da sociedade em classes (Coutinho, 1996).

Simionatto (2009) afirma que o Estado fortalece a subalternidade ao tomar como indistintas as diferenças existentes entre as classes fundamentais, bem como quando, no intuito de evitar ameaça à ordem existente, busca superar tais diferenças no âmbito das relações jurídicas. Na sociedade civil, a tarefa empreendida pela classe dominante direciona-se no sentido de reforçar o conformismo e de reduzir as classes subalternas aos interesses estritamente econômicos, corporativos (Vasconcelos, Schmaller, Silva, 2013, p. 87).

# Capítulo 3 - Metodologia

## 3.1 Objetivos

O objetivo desta pesquisa foi a realização de mapeamento das PPPs em educação nos municípios do RS no período de 2017 a 2020, enfocando abrangência, intensidade, formas de atuação e relações das PPPs existentes nos municípios com a caracterização geral e educacional locais. Objetivou-se, também, a partir do mapeamento, construir um banco de dados contendo as informações sobre as PPPs, obtidas por meio de pesquisa em sites oficiais das prefeituras, e notícias a eles vinculados.

Definiram-se previamente quatro eixos de investigação para orientar a busca de dados, quais sejam: 1. Consultoria/assessoria em gestão educacional/escolar; 2. Formação de professores; 3. Materiais didáticos e sistemas apostilados; 4. Oferta de vagas na educação infantil e relacionar, por meio do cruzamento de informações, a efetivação das PPPs em educação com a caracterização geral e educacional de cada município.

## 3.2 Percorso investigativo

A investigação sobre as PPPs nos municípios do estado do RS envolveu basicamente três movimentos distintos e articulados por um método desenvolvido pelos grupos de pesquisa, embasados na Etnografia de Redes proposta por Ball (2014). Tal método busca conhecer a manifestação pública, principalmente na *web*, de entidades privadas que atuam a partir da lógica da governança, influenciando, desde uma visão particularizada, o funcionamento do setor público.

O primeiro movimento tratou da organização de informações referentes aos dados gerais e educacionais dos municípios do RS. O segundo se referiu a busca de informações acerca das PPPs em educação nos sítios eletrônicos oficiais dos municípios e/ou outras fontes que revelassem a existência de parcerias. O terceiro movimento foi a sistematização do conjunto de PPPs em educação formalizadas e disponíveis junto ao portal LicitaCon Cidadão, do Tribunal de Contas do Estado do RS.

Vale ressaltar que a pesquisa contou com o trabalho de estudantes, professores, bolsistas, mestrandos e doutorandos da FURG, UFPEL e UFRGS, com aproximadamente 30 pessoas nas três fases. A coordenação da pesquisa contou com professores das três

instituições e as diretrizes dos trabalhos foram construídas coletivamente durante reuniões semanais, quinzenais e mensais, dependendo da fase e demanda de tarefas. O detalhamento metodológico será pormenorizado a seguir.

### **3. 2. 1 Informações gerais dos municípios do RS**

A partir dos eixos principais da pesquisa, buscou-se, para o início do mapeamento, a caracterização geral dos 497 municípios do RS no período de 2017 a 2020. As informações solicitadas para essa etapa foram agrupadas em dois momentos:

- Informações gerais do município: agrupa dados relativos à população, partido do poder executivo, número de escolas, balanço orçamentário, Índice de Gini, Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- Informações educacionais do município: reúne informações como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), quantidade de matrículas nas redes públicas e privadas, taxas de escolarização e quantidade de instituições de ensino.

Para a realização da coleta de dados gerais e educacionais, utilizaram-se como fontes as informações contidas nos seguintes portais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Portal do Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE/RS), Censo Escolar, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e o sistema do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Para que se pudesse extrair as informações, contou-se, em parte, com o auxílio de um programador, o qual criou um sistema de extração de dados para preenchimento automático das planilhas. Os dados que não foram extraídos pelo trabalho do programador foram coletados diretamente nos portais citados anteriormente, principalmente por estudantes e bolsistas de iniciação científica. A coleta foi sucedida da verificação, cujo objetivo foi a garantia de que não houvesse dados extraídos de forma errônea. Após essa segunda checagem os dados foram transferidos para a planilha geral/educacional. A Figura 1 é um exemplo de tabela de caracterização geral dos municípios.

Figura 01 - Dados gerais e educacionais

<

Fonte: Arquivo do NEPPE, 2021

### 3. 2. 2 Informações das PPPs a partir dos sites oficiais das prefeituras municipais

O trabalho de pesquisa sobre as PPPs nos municípios do RS foi conduzido para os sítios eletrônicos oficiais, prioritariamente, após o insucesso da busca de informações através de formulário encaminhado<sup>6</sup> às secretarias municipais de educação, acompanhado de um vídeo ilustrativo<sup>7</sup>, a equipe optou por desconsiderá-lo. Os motivos principais foram a baixa adesão dos municípios ao preenchimento dos questionários, embora as tentativas diretas e intermediárias (principalmente com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS) tenham sido realizadas inúmeras vezes.

Assim, após ampla discussão entre os pesquisadores sobre quais as fontes necessárias para a compreensão da atual configuração do cenário de privatização da educação municipal no estado do RS, definiram-se alguns critérios que orientaram a investigação, entre eles: informações presentes em sítios eletrônicos oficiais do município (fonte 01), sítios eletrônicos da instituição parceira (fonte 02) ou sítio eletrônico jornalística. Cabe observar que redes sociais, como o *Facebook*, poderiam ser analisadas desde que indicadas pelo site oficial como divulgadores das notícias. Além disso, as informações buscadas deveriam ser existência, ou não, de informações sobre PPPs – caso o site indicasse alguma ação realizada no período, eram coletados os seguintes dados, quando disponíveis: data da PPP, data da notícia

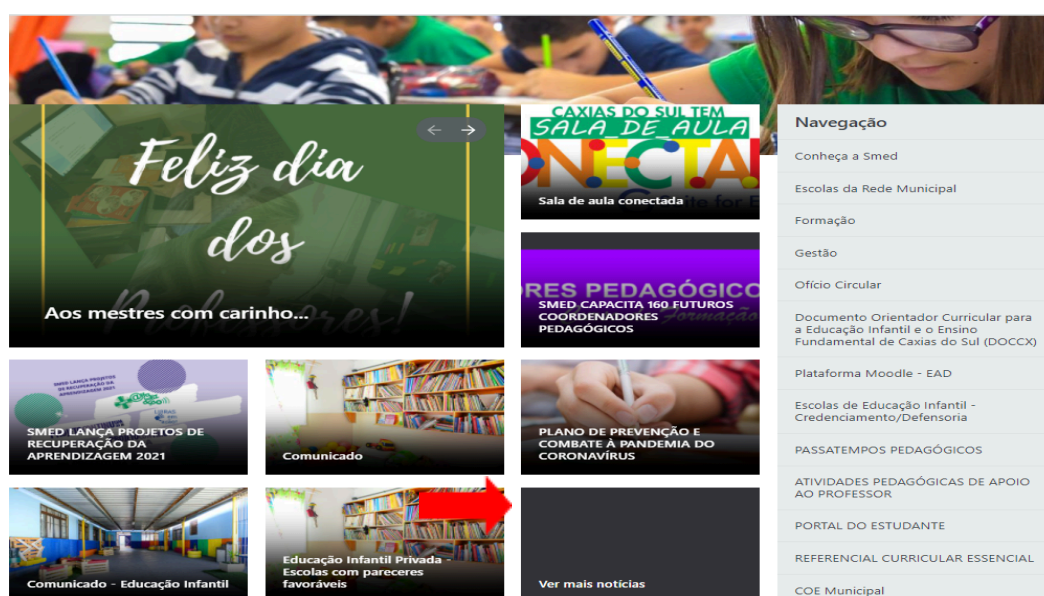
<sup>6</sup> Disponível em [https://docs.google.com/forms/d/1QapTASG8FH4zrGhuH6EKarSpuKXyU\\_LMV1j4wIvkhY/viewform?edit\\_request=true](https://docs.google.com/forms/d/1QapTASG8FH4zrGhuH6EKarSpuKXyU_LMV1j4wIvkhY/viewform?edit_request=true). O formulário encaminhado em 2019 teve baixa devolutiva por parte dos municípios, não alcançando 30% do número total das cidades do RS.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XRtybV5iuyE>

encontrada, área da parceria, nome de instituição parceira, ação, período da ação, recursos públicos ou contrapartidas, abrangência e fontes (*link da informação*)<sup>8</sup>.

Ao acessar o sítio eletrônico oficial, a busca se deu na parte da Secretaria da Educação (figura 02), utilizando duas formas de pesquisa. A primeira valeu-se dos seguintes termos descritores: Parcerias; Convênios; Acordos; Sistemas Apostilados; Materiais Didáticos; Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria ou Assessoria em Gestão; Formação de professores. Após filtrar as informações através das palavras-chave, verificaram-se as notícias pelos títulos e subtítulos.

Figura 02 - Exemplo de site oficial de prefeitura: SMED de Caxias do Sul



Fonte: Arquivo do NEPPE, 2024

<sup>8</sup> Para auxiliar na elaboração dessa etapa da pesquisa, elaborou-se um tutorial que pode ser visualizado neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=m3R91KRVShQ>

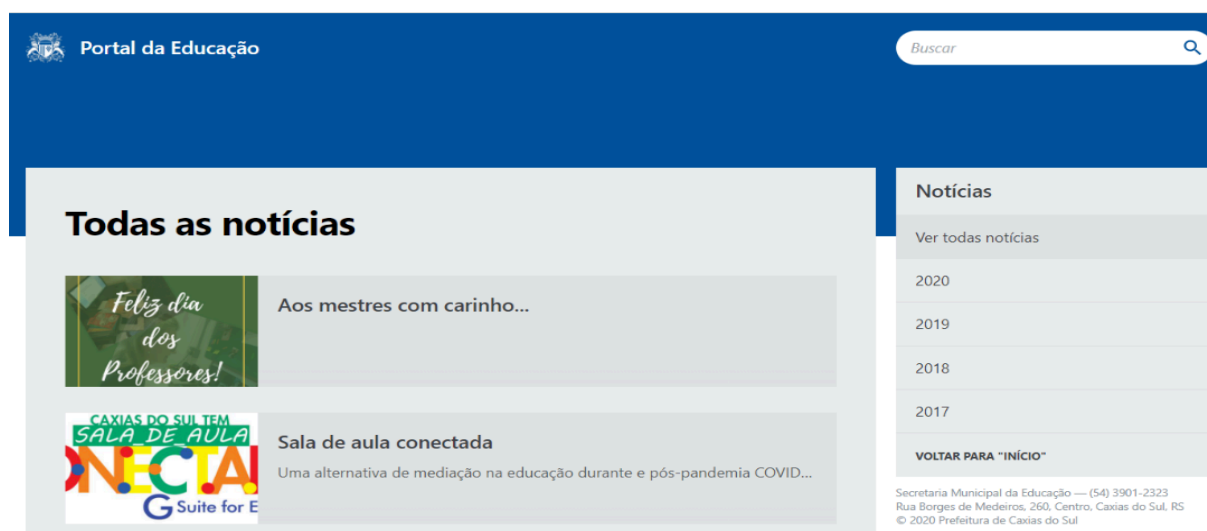
Figura 03 – Exemplo de solicitação de notícias pelo título



Fonte: Arquivo do NEPPE, 2024

A segunda forma poderia ser realizada diretamente na aba “notícias” (figura 04) sem usar os filtros e palavras-chave. Neste caso, seria necessário abrir todas as notícias que mencionasse os eixos: Oferta de Vagas na Educação Infantil; Consultoria e/ou Assessoria em Gestão; Formação de Professores; e Materiais didáticos e Sistemas apostilados.

Figura 04- Exemplo de busca a partir de todas as notícias



Fonte: Arquivo do NEPPE, 2024

Estes procedimentos permitiram acesso a um número considerável de notícias que envolvem as PPPs em educação, mas, também, a existência de relações público-privadas em educação. Embora haja reconhecidamente a presença de instituições privadas ligadas ao



capital financeiro, agronegócio, sistema “S” e a incorporação de tais lógicas no funcionamento da educação e da política educacional nos/dos municípios, não foi possível afirmar, a partir das notícias, que a grande maioria dos municípios possuem PPPs, principalmente pela ausência de informações contratuais.

Todas as notícias selecionadas foram lidas e, a partir delas, foi preenchida a tabela com as informações coletadas (figura 5). Por se tratar de material virtual e passível de exclusão da internet, as notícias foram salvas em *Portable Document Format*<sup>9</sup> (.pdf) para que pudesse, assim, compor o banco de dados de forma permanente. Caso não fosse constatada nenhuma notícia, a palavra “nada consta” foi indicada na linha do município na tabela.

Figura 05 - Tabela preenchida

MUNICÍPIO	INFORMAÇÕES SOBRE PPP's	DATA DA PPP	ÁREA DA PARCERIA	NOME DA INSTITUIÇÃO PRIVADA	AÇÃO	PERÍODO DA AÇÃO	RECURSOS PÚBLICOS OU CONTRAPARTIDAS	ABRANGÊNCIA	F
São Jorge	sim	Não consta	Formação de profes: SICREDI		Reunião pedagógica - União faz a	10/03/2017	Não consta	600 professores re	<a href="#">https://</a>
São Jorge	sim	Não consta	Outra: saúde bucal SESC		Educação em saúde bucal	Segunda quinzena de	Não consta	alunos do Jardim	<a href="#">https://</a>
São Jorge	sim	Não consta	Formação de profes: SICREDI		Palestra - União faz a Vida	20/03/2017	Não consta	Profs rede estadu	<a href="#">https://</a>
São José das Mis	sim	Não consta	Outra: Fundo Social SICREDI		Fundo social: projeto música na Ec	14/09/2020	R\$ 2.200	1 escola E.I	<a href="#">https://</a>
São José do Her	sim	Não consta	Outra: Informática p Consysdata – Projeto Multimidia		Curso informática prossionaliz	11/09/2018	Não consta	público em geral	<a href="#">https://</a>
São José do Her	sim	Não consta	Outra: celebração SICREDI		Celebração dia das Crianças	11/10/2017	Não consta	1º anos EF	<a href="#">https://</a>
São José do Hort	Não								
São José do Inha	sim	03/02/2017	Outra: saúde bucal SESC		Educação em saúde bucal	Não consta	Não consta	Educação Infantil	<a href="#">https://</a>
São José do Our	sim	Não consta	Outra: educação lite Editora Corrêa		Festival Literário	26/06/2018	Não consta	Escolas Municipa	<a href="#">https://</a>
São José do Sul	sim	Não consta	Formação de profes: Universidade de Caxias do Sul		Palestra	16 a 18 de julho de 20	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>
São José dos Aut	Não consta								
São Leopoldo	sim	Não consta	Outra: jogos digitais SESC		Jogos Escolares Municipais	15 a 30 out.	Não consta	Escolas Municipa	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Outra: curso de Man Instituto Confúcio		Curso de Madarin	1 set a 19 dez.	R\$ 260,00 por pessoa	Comunidade em g	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes: SESC e SICREDI		Palestra com professor Cortella	30/jun	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes: SESC		Palestra com Nóvoa	18/fev/20	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Outra: atendimento Centro Medianeira		Entretenimento período de férias	Férias escolares	Não consta	Alunos entre 6 a 1	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes: UNISINOS		Formação professores iniciantes	4 out a 25 nov. 2019	Não consta	Professores inicial	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	14 out. 2019	Outra: Projeto Partit SESC		Palestras problemas sociais p	14 a 29 out. 2019	Não consta	2000 alunos da rec	<a href="#">https://</a>
São Leopoldo	sim	Não consta	Formação de profes: Sociedade de Ginástica de Novo Han		Formação em Punhobol	25/out/19	Não consta	Professores rede	<a href="#">https://</a>

Fonte: Arquivo do NEPPE, 2022

Após o preenchimento da tabela, foi elaborado o quadro síntese (figura 06), para que se pudesse visualizar de forma mais rápida os resultados encontrados.

Figura 06 - Quadro síntese

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	
1	MUNICÍPIOS	OFERTA DE VAGAS			CONSULTORIA EM GESTÃO			FORMAÇÃO DE PROFESSORES			MATERIAL DIDÁTICO			OUTRA	
2		Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Insti
3	São Jorge							2	SICREDI	Nada consta				1	SESC
4	São José das Missões													1	SICRI
5	São José do Herval													2	Cons
6	São José do Inhacora													1	SESC
7	São José do Ouro													1	Editc
8	São José do Sul							1	UCS	Nada consta				5	UCS
9	São Leopoldo							8	SESC/SICREDI/	Nada consta				4	SESC
10	São Marco							1	Centro	Nada consta	1	um Next Futsal	o material esportivo		
11	São Martinho										1	PF: João Derly	19.600,00		
12	São Miguel das Missões							1	SICREDI					4	RGE
13	São Pedro do Sul													1	SICRI

Fonte: Arquivo do NEPPE, 2023

<sup>9</sup> Formato portátil de documento. Extensão de texto.

Ao longo da investigação, o grupo percebeu a necessidade de uma definição mais clara acerca das PPPs que permitisse a diferenciação entre as parcerias e as relações entre público e privado. A partir desta necessidade, entendeu-se que as PPPs relativas aos eixos investigativos da pesquisa podem ser consideradas como aquelas ações entre o setor público e o privado que se caracterizem como processos contínuos de influência da lógica empresarial-mercadológica na educação pública, com ou sem transferências de recursos financeiros, formalizados em contratos, convênios, termos, etc. As relações entre o público e o privado, por sua vez, são diversas, se manifestam de diferentes formas, e, em geral, não são formalizadas, ocorrendo de maneiras nem sempre perceptíveis, notadamente referente às intencionalidades e lógicas presentes em tais relações.

Assim, após breve avaliação, o grupo da pesquisa sentiu a necessidade de aprofundar as buscas para obter informações mais precisas sobre as parcerias, como contratos e licitações firmadas entre cada prefeitura e entes privados. Foi nesse contexto que se decidiu inserir a busca no LicitaCon Cidadão, portal de transparência do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS).

### **3. 2. 3 Informações das PPPs a partir do LicitaCon Cidadão (TCE-RS)**

O LicitaCon é o sistema informatizado desenvolvido pelo TCE-RS para controle e monitoramento das licitações e contratos administrativos firmados pelos órgãos, poderes e entidades das esferas públicas municipal e estadual do RS (TCE-RS, 2021). Na esfera municipal, o LicitaCon entrou em operação, em caráter facultativo, desde 01º de dezembro de 2015, tornando-se obrigatório a partir de 02 de maio de 2016.

O procedimento de coleta de dados no referido portal foi considerado mais adequado tendo em vista que as informações a serem pesquisadas, quais sejam as PPPs na área da educação, são efetivadas através de instrumentos específicos, legalmente previstos.

Os referidos instrumentos analisados foram contratos, convênios, termos de fomento ou termos de cooperação, de acordo com as especificidades de cada situação. Vale destacar que esses instrumentos são efetivados através de alguma modalidade de licitação, previstas em lei específica, e ainda, a licitação é o meio pelo qual o poder público efetua suas contratações.

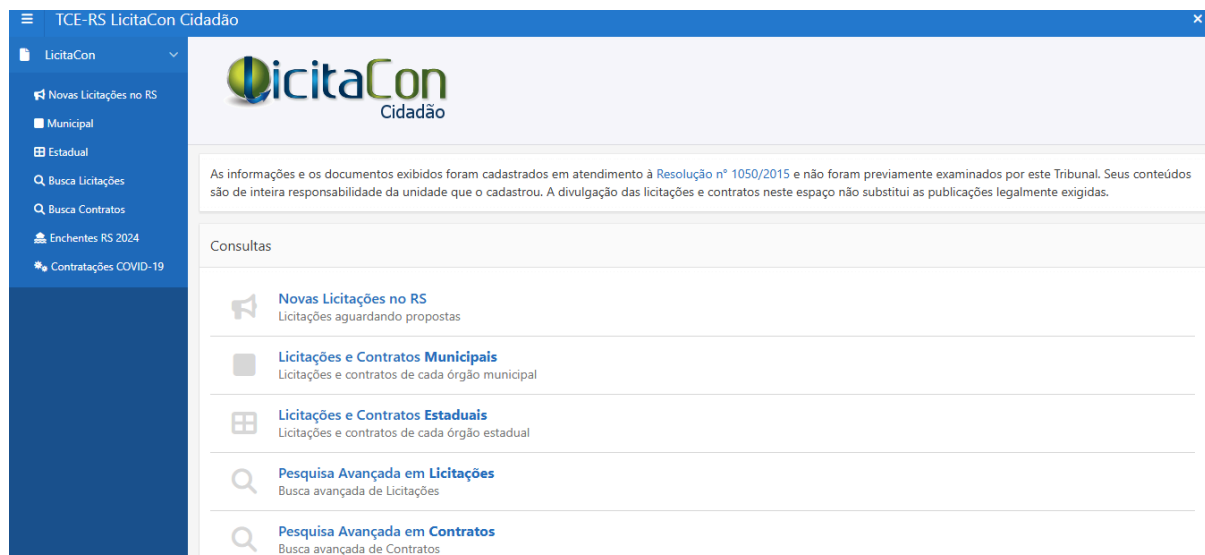
Assim, traçou-se como caminho metodológico, os seguintes passos: acesso ao site através do endereço eletrônico do LicitaCon Cidadão<sup>10</sup> (figura 07). Após esse passo, seguiu-se para a barra de Licitações e Contratos Municipais (figura 08), que solicitava a inserção do

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1>

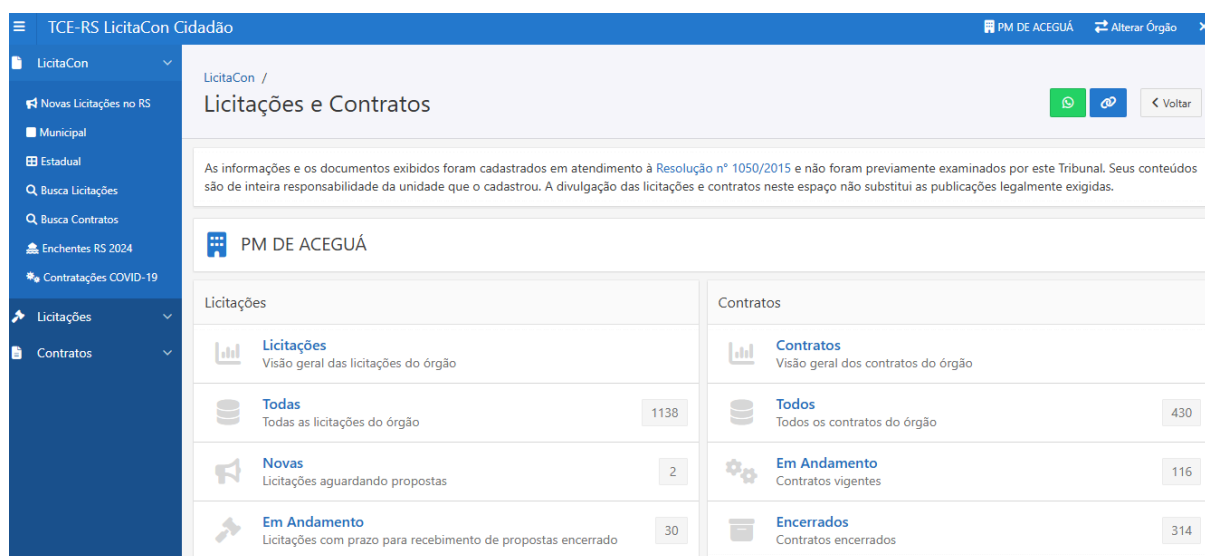
nome do município a ser pesquisado. Na sequência, selecionou-se o órgão público, que neste caso, foi “Prefeitura Municipal”.

Figura 07 – Portal LicitaCon Cidadão



Fonte: TCE-RS, 2025

Figura 08 – Portal LicitaCon Cidadão – Contratos Municipais



Fonte: Portal LicitaCon Cidadão, 2025

Estes passos deram acesso a todos os contratos e licitações do município pesquisado. Foram analisados pelos títulos os contratos e licitações entre os anos de 2017 a 2020. Após essa análise, os contratos e licitações que foram selecionados (respeitando os eixos da pesquisa) foram salvos em *pdf* e arquivados em pastas individuais por município. Os documentos foram lidos e, assim, como foi feito na pesquisa dos sites das prefeituras, duas

tabelas foram preenchidas, uma com os dados completos e uma tabela resumo, conforme demonstram as figuras 09 e 10 abaixo:

Figura 09 – Tabela com dados dos contratos LicitaCon Cidadão

1	MUNICIPIO	INFORMAÇÕES SOBRE PPP's	DATA DA PPP	AREA DA PARCERIA	NOME DA INSTITUIÇÃO PRIVADA	AÇÃO	PERÍODO DA AÇÃO	RECURSOS PÚBLICOS CONTRAPARTIDAS
2	São Jorge	Sim	27/03/2019	Outra	J.A. ART'MANHAS TEATRAL EIRE	Musicalização e coral	Abril a dezembro 2019	1.850,00 mês
3	São Jorge	sim	04/02/2019	Outra	J.A. ART'MANHAS TEATRAL EIRE	Aulas acordeão, guitarra e teclado	fev a dez. 2019	1.450,00
4	São José das Missões	Sim	13/12/2017	Consultoria em gestão	Aliana do Amaral Pias - Me	assessoria e consultoria técnica e adm	13/12/2017 a 12/12/2018	
5	São José do Herval	Sim	10/03/2017	Consultoria em gestão	SIMAE - SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO EDUCACIONAL LTDA		Set. 2017 a set. 2018	8.700,00
6	São José do Herval	sim	15/03/2019	Outra	GILMAR DA SILVA JÚNIOR - ME	Oficinas de canto e música	01/04/19 a 31/03/2021	2.600,00 mensal
7	São José do Herval	sim	14/08/2017	Outra	Denar da Silva	Oficinas de esporte	14/08/2017 a 14/08/2018	1.500,00 mensal
8	São José do Herval	sim	09/03/2020	Consultoria em gestão	SIMAE - SISTEMA DE MONITORAMENTO E APOIO EDUCACIONAL LTDA	serviços técnicos profissionais de c	09/03/2020 a 08/03/2021	8.700,00
9	São José do Hortêncio	sim	21/06/2018	Consultoria em gestão	Maria do Carmo Prates Uchoa Caval	ASSESSORIA NA ÁREA DE PROGRAMAS	01/07/2018 a 31/12/2018	7.200,00
10	São José do Hortêncio	sim	07/11/2019	Formação de professores	TOPSER - CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO	FORMAÇÃO ONLINE DOS PROFESSORES	07/11/2019 a 20/12/2019	3.850,00
11	São José do Ouro	sim	10/08/2020	Outra	BETHA SISTEMAS LTDA	CONTRATAÇÃO DO MÓDULO EDUCACIONAL	10/08/2020 a 10/08/2021	21.000,00
12	São José do Ouro	sim	15/04/2019	Outra	BRENDA MARIA RIBEIRO PAES	AULAS DE MÚSICA, CANTO E MELODIA	15/04/2019 a 14/01/2020	14.850,00
13	São José do Ouro	sim	12/06/2018	Outra	BRENDA MARIA RIBEIRO PAES	Oficina de música	12/06/2018 a 11/12/2018	7.980,00
14	São José do Sul	sim	06/03/2020	Outra	Leonardo Jahn	Contratação de empresa especializada	Março a dezembro 2020	17.282,00
15	São José do Sul	sim	05/03/2020	Outra	Top Byte Treinamentos - Eireli	Contratação de empresa especializada	Março a dezembro 2020	17.400,00
16	São José do Sul	sim	27/05/2019	Outra	Cesar Augusto Lopes	Contratação de empresa para a prestação	27/05/2019 a 25/05/2020	21.600,00
17	São Leopoldo	sim	24/07/2020	Outra	GETEDU CONSULTORIA EM FORMAC	CONTRATAÇÃO de Empresa Parceira C	24/07/2020 a 23/07/2021	22.000,00
18	São Leopoldo	sim	26/04/2019	Formação de professores	SARIANE DA SILVA PECOITS	Contratação de Palestrante, pessoa fis	26/04/2019 a 25/01/2020	45.000,00
19	São Leopoldo	sim	18/02/2019	Formação de professores	SOLOM EDUARDO ANNES VIOLA	Contratação de palestrante Solon Edu	18/02/2019	3.500,00
20	São Leopoldo	sim	19/02/2018	Formação de professores	PÓS - TUDO JORNALISMO E CULTURA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA	19/02/2018	5.000,00

Fonte: Arquivo do NEPPE, 2023

Figura 10 – Tabela-resumo com dados dos contratos LicitaCon Cidadão

1	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	MUNICIPIOS	OFERTA DE VAGAS			CONSULTORIA EM GESTÃO			FORMAÇÃO DE PROFESSORES			MATERIAL DIDÁTICO			OUTRA	
2		Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições	Contrapartida	Número de parcerias	Instituições
3	São Jorge							2	SICREDI	Nada consta				1	SESC
4	São José das Missões													1	SICRI
5	São José do Herval													2	Cons
6	São José do Inhacorá													1	SESC
7	São José do Ouro													1	Editc
8	São José do Sul							1	UCS	Nada consta				5	UCS
9	São Leopoldo							8	SESC/SICREDI/	Nada consta				4	SESC
10	São Marco							1	Centro	Nada consta	1	Im Next Futsal	Jo material esportivo		
11	São Martinho										1	PF: João Derly	19.600,00		
12	São Miguel das Missões							1	SICREDI					4	RGE
13	São Pedro do Sul													1	SICRI

Fonte: Arquivo do NEPPE, 2023

### 3. 3 Encaminhamentos para constituição do banco de dados

A partir da finalização da coleta de dados, passou-se ao tratamento e organização das informações tabuladas nas planilhas para, posteriormente, migrá-las ao banco de dados. Basicamente, os procedimentos contemplaram a conferência minuciosa de cada dado apresentado nas três tabelas e, concomitantemente, a modelagem do banco de dados que recebeu as informações e as análises preliminares acerca dos eixos prioritários da pesquisa.

Nesse sentido, os trabalhos da pesquisa foram reorganizados em pequenos grupos, os quais ocuparam-se das seguintes tarefas: 1) elaboração da modelo e estruturação do banco de dados, constituído por profissionais da área da programação e modelagem; 2) subgrupos

responsáveis pelas análises iniciais dos dados gerais, notícias e contratos encontrados; 3) revisão e preenchimento de informações faltantes nas planilhas.

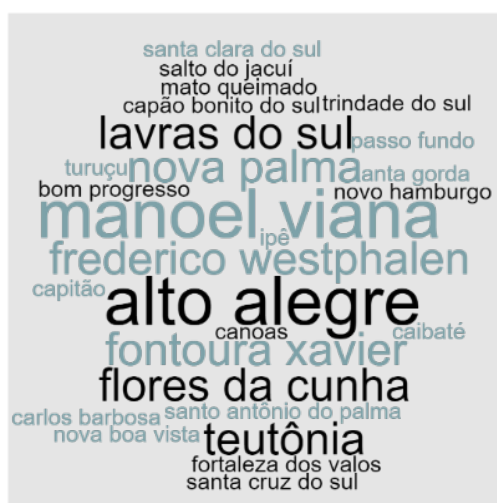
# Capítulo 4 - Eixos Investigativos

## 4.1 Consultoria em gestão<sup>11</sup>

As parcerias categorizadas como “Consultoria em Gestão” totalizaram 41 ocorrências neste período, tendo sido analisados os contratos firmados e vigentes, noticiados nos sites oficiais das prefeituras, dos parceiros e nas redes sociais de ambos. Algumas análises foram feitas a partir dos dados obtidos na busca por notícias que serão evidenciadas.

Primeiramente desenvolveu-se, através da proporção do número de parcerias por município, o elemento gráfico denominado “nuvem de palavras”, com a finalidade de conseguir proporcionar ao leitor uma prática identificação dos municípios mais relevantes da pesquisa. Apresenta-se a imagem formada através dos dados da pesquisa.

Figura 11 - Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Através da nuvem de palavras é possível observar os municípios em destaque com letras em tamanho maior. Partindo deste quantitativo é que demos andamento às análises sobre as parcerias em gestão. Dos 41 instrumentos de parceria, temos 7 municípios enfatizados na nuvem, cujos dados são apresentados a seguir:

---

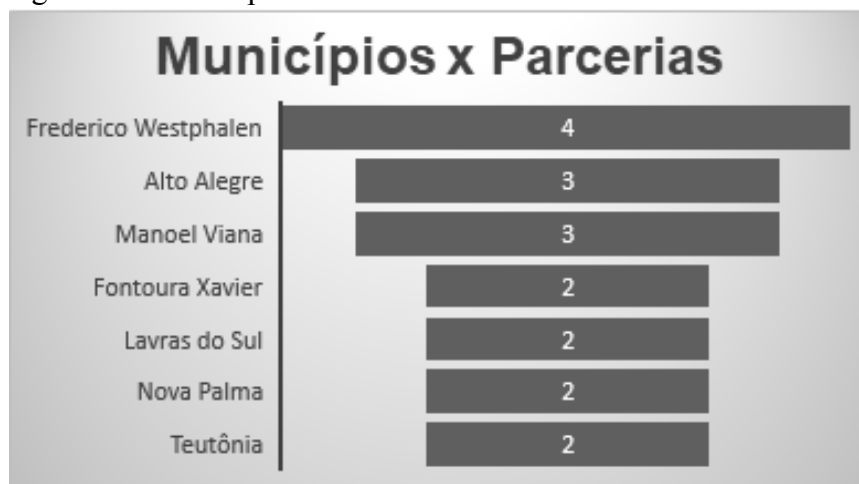
<sup>11</sup> Esse item foi redigido sob responsabilidade dos pesquisadores abaixo elencados:

Drn. Luis Eduardo dos Santos Celente, Universidade Federal de Pelotas, [luisecelente@gmail.com](mailto:luisecelente@gmail.com)

Drn. Michele Vollrath Bento, Universidade Federal de Pelotas, [mivolb@gmail.com](mailto:mivolb@gmail.com)

Drn. Viviane da Silva Lemos, Universidade Federal de Pelotas, [viviane.slemos@gmail.com](mailto:viviane.slemos@gmail.com)

Figura 12 - Municípios x Parcerias



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Conforme observou-se no elemento gráfico, o município de Frederico Westphalen tem a maior ocorrência de parcerias, com 4 PPPs; Alto Alegre e Manoel Viana apresentam 3 PPPs, seguidos por Fontoura Xavier, Lavras do Sul, Nova Palma e Teutônia com 2 parcerias cada.

Investigaram-se algumas características e peculiaridades sobre os municípios pesquisados, tendo como fontes o IBGE e a FAMURS, tornando possível aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre os municípios com maior número de PPPs em consultoria em gestão da educação no estado do RS.

Para tornar possível o cruzamento de dados mais preciso, organizou-se uma tabela que conta com três informações essenciais para a compreensão da realidade geográfica e estatística do município pesquisado. As informações relacionadas foram a quantidade de habitantes, a fim de compreender o tamanho da abrangência de cada ação; a distância da capital e a região do estado, visando identificar questões socioeconômicas.

Tabela 01 – Informações geográficas

<b>Município</b>	<b>Habitantes</b>	<b>Distância da Capital</b>	<b>Região do Estado</b>
Frederico Westphalen	32.627	427 km	<b>AMZOP</b> – Associação dos Municípios da Zona da Produção
Alto Alegre	1.800	276 km	<b>AMASBI</b> – Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí
Manoel Viana	6.801	465 km	<b>AMFRO</b> – Associação dos Municípios da Fronteira Oeste
Fontoura Xavier	9.550	190 km	<b>AMASBI</b> – Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí
Lavras do Sul	7.157	322 km	<b>ASSUDOESTE</b> – Associação dos Municípios da Região Sudoeste do Estado
Nova Palma	5.586	280 km	<b>AMCENTRO</b> – Associação dos Municípios do Centro do Estado
Teutônia	32.797	110 km	<b>AMVAT</b> – Associação dos Municípios do Vale do Taquari

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Diante do exposto, observa-se que os municípios com maior número de PPPs são os de pequeno porte. Com exceção de Teutônia e Frederico Westphalen, os demais possuem menos de 10 mil habitantes. A distância com relação à capital, Porto Alegre, não foi um fator que apresentou dados importantes, já que a variação entres os municípios da amostra é plural.

Assim, reitera-se que a participação das Organizações Sociais (OSs) centra-se no municípios pequenos, o que leva a inferir que por terem um número reduzido de recursos



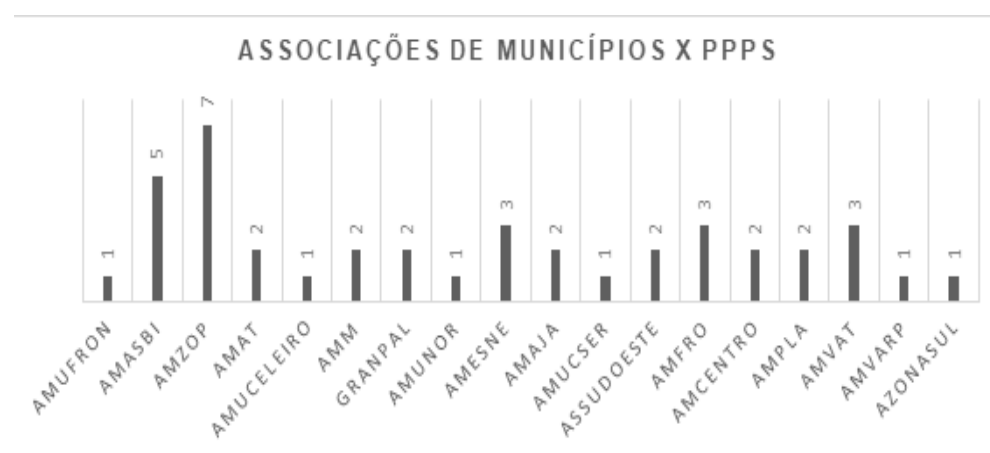
humanos na área educacional (professores, técnicos, especialistas), a possibilidade de compartilhar a gestão da educação e das escolas pode ser vista como uma boa opção, dando a ideia de que as demandas e principais tarefas que compõem esta atividade possam ser reorientadas e divididas, ocupando o professor com tarefas voltadas para o efetivo exercício da docência.

Vale ressaltar que a temática da gestão da educação como um todo, perpassando pela gestão de políticas públicas, projetos, recursos e do financiamento da educação, são partes essenciais para uma efetiva educação democrática e pública e devem ter atenção, tanto dos professores quanto dos estudantes dos cursos de licenciatura que, mesmo não optando por participar das equipes diretivas, são integrantes importantes da comunidade escolar. Afastar-se dos dados e da gestão afasta também o gestor de oportunidades de conhecimento, acompanhamento, planejamento e consequente proposição de agenda de políticas públicas destinadas à sua comunidade.

Quanto aos dados gerais da pesquisa, que analisam os 29 municípios que firmaram PPPs em educação, ainda trazemos informações acerca das regiões delimitadas pela FAMURS. Elas são divididas em 28 associações regionais que, segundo a FAMURS (2023), reúne prefeitos, vice-prefeitos, secretários, técnicos e órgãos da gestão pública municipal em prol do fortalecimento do municipalismo e da representatividade dos agentes locais.

O gráfico abaixo apresenta a totalização dos municípios que têm PPPs organizados por associação.

Figura 13 - Associações de Municípios x PPPs



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Como é possível observar, a AMZOP é a entidade com maior número de parcerias, totalizando 7. Os municípios que a contemplam são Alpestre, **Ametista do Sul**, Barra Funda,

Boa Vista das Missões, Caara, Cerro Grande, Chapada, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, **Frederico Westphalen**, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, **Nova Boa Vista**, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Pontão, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, **Trindade do Sul**, Vicente Dutra e Vista Alegre. A AMZOP está localizada bem ao norte do Estado, conforme figura 14.

Figura 14 - AMZOP



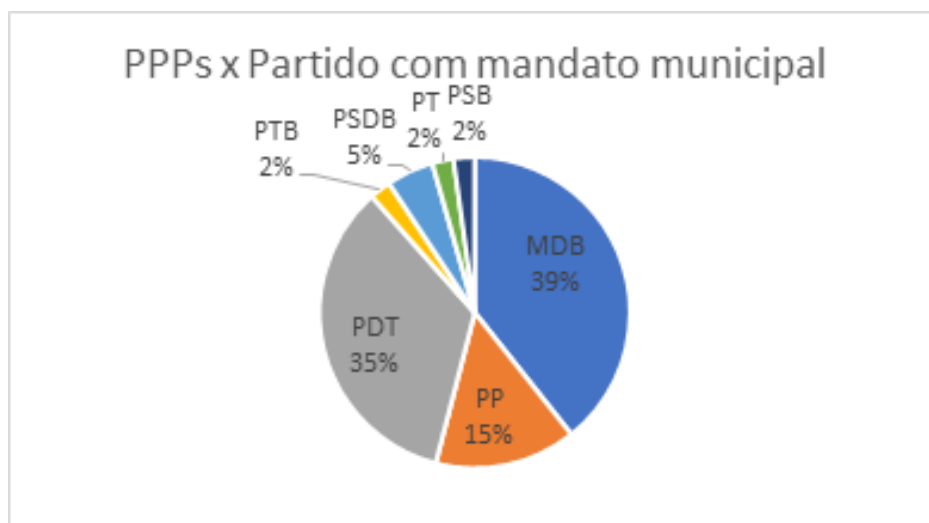
Fonte: AMZOP, 2023

A segunda entidade regional com maior número de parcerias é a AMASBI, composta por **Alto Alegre**, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, **Fontoura Xavier**, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Mormaço, São José do Herval, Soledade e Tio Hugo. Esta é uma região com um número muito menor de municípios, mas que têm atividade relevante de parcerias em educação.

Com três PPPs em cada região, tem-se a AMESNE, com sede em Bento Gonçalves; a AMFRO, com sede em Porto Alegre; e a AMVAT, com sede em Encantado.

No que tange aos partidos políticos que estavam no comando dos municípios durante o período da pesquisa, as seguintes informações foram coletadas:

Figura 15 - Relação de PPPs x Partido com mandato municipal



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

A maioria das PPPs identificadas por meio das notícias veiculadas são de mandatos legislados pelo partido denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), totalizando 16 ocorrências (39%) e é seguido pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), com 14 ocorrências (35%); Progressistas (PP) com 6 (15%); e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) com 2 PPPs (5%). Com uma menor representatividade, mas ainda presentes, as siglas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentam 1 parceria (2%) em cada mandato.

Outro dado analisado na pesquisa foi o ano em que estas parcerias foram firmadas. O objetivo foi analisar se a ocorrência destas ações com organizações da sociedade civil no âmbito da gestão da educação acontecia mais no início ou no final do mandato. Os resultados obtidos foram:

Figura 16 - Relação de PPPs x Ano



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Ao analisarmos os dados referentes aos anos em que as parcerias foram firmadas, pode-se observar que elas avançam até o terceiro ano e têm uma queda no último ano de mandato, onde ações de médio prazo já não poderiam ser executadas ou que, também, resultados não poderiam ser avaliados em tempo hábil, já que é necessário lembrar que as parcerias desenvolvidas normalmente têm essa característica de validação externa.

Com relação aos atores que compõem o cenário das PPPs de consultoria em gestão no estado do RS, temos alguns “velhos conhecidos” dos pesquisadores da área, mas também há um espaço relevante sendo desbravado por novas entidades que apresentaremos a seguir.

Figura 17 - "Velhos atores"



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Dentre os atores conhecidos nas pesquisas anteriores deste grupo, temos a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, presente em alguns municípios do estado com participação continuada. A novidade desta pesquisa é a ampliação da Fundação do Sistema Cooperativo de Crédito, o Sicredi, principalmente através do programa “A união faz a vida” (PUFV).

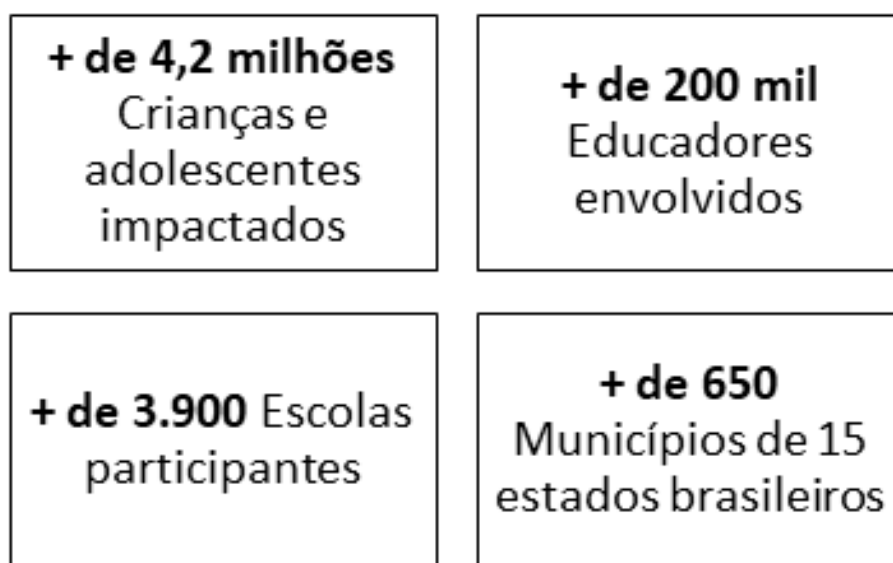
Em sua página oficial, o programa se intitula como o principal programa de educação do Sicredi, que objetiva construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania.

Através do slogan “Porque gente que pergunta, cresce!”, o programa é sustentado, de acordo com informações do portal oficial, através de valores éticos, como igualdade e equidade; respeito à diversidade; e liberdade e participação na vida pública.

O programa, financiado pela instituição de crédito, tem atuação nas escolas, mas também apresenta em seu site materiais pedagógicos para pais, alunos e profissionais da educação, vídeos com materiais institucionais.

Dentre os números do PUFV, tem-se:

Figura 18 - Números do PUFV



Fonte: A união faz a vida, 2023

É evidente que o programa possui grande influência nos municípios gaúchos, bem como no país, conforme dados da página do programa. O que nos cabe é a discussão acerca dos valores que balizam estas atividades, as características deste cidadão que é impactado pelas ações e o quanto este contexto pode refletir na comunidade escolar.

Na seção de “novos atores”, temos nomes como:

Figura 19 - "Novos atores"

Associação Bem Comum	UPF	CB Serviços Educacionais	SENAR-RS
SINDICATO RURAL DE FORTALEZA DOS VALOS	Buscar Assessoria LTDA	CER Educacional	Agência de Desenvolvimento de Santiago
IMED	CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira)	Associação Instituto Crescer Legal	Fortaleza Tec
Betha Sistemas	Instituto Jama	SIMAE	UNDIME

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Na análise dos novos atores, temos entidade com características bem diversas, de institutos relacionados às empresas, ao conhecido sistema S, desta vez representado pelo SENAR, passando por faculdades que historicamente têm relações de extensão com os municípios, até a entrada de entidades relacionadas à tecnologia na informação, um mercado em plena expansão que vê no setor público uma oportunidade de negócios.

#### **a. Associação Bem Comum (ABC)**

A ABC é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que está inserida no estado do RS nos municípios de Cachoeira do Sul e Novo Hamburgo, segundo site oficial da instituição. A ABC (2023), também informa que atende através do Programa Educar pra Valer cerca de 24 escolas em Cachoeira do Sul desde 2018 e 53 escolas em Novo Hamburgo desde 2019, trazendo resultados de IDEB e resumo das principais atividades desempenhadas no âmbito escolar, tais como formação de gestores, professores, formadores e equipe das secretarias; seminários e avaliações.

#### **b. Universidade de Passo Fundo (UPF)**

A UPF apresenta-se com parcerias em duas frentes, através da Formação Continuada em Gestão de Conflitos e do Encontro sobre Cidades Educadoras e Inteligentes, ambas atividades firmando relações com a secretaria de educação, mas desempenhando atividades de

forma pontual, com menos regularidade e, conseqüentemente, menos influência no âmbito da gestão educacional propriamente dita.

#### **c. CB Serviços Educacionais**

A CB Serviços Educacionais é uma assessoria especializada na captação de recursos federais, com sede em Castanhal (PA). Não foi identificado nenhum tipo de portal desta entidade, constando publicamente somente dados obtidos via receita federal, que informa o cadastro sob o CNAE 8599-6/04 com atividade fim de “Treinamento em Desenvolvimento Profissional e Gerencial”. Na notícia que foi base para esta pesquisa a entidade, através desta parceria, já apresentou resultados, como a liberação de recursos retidos e reativação de valores que tinham sido perdidos em virtude do término de prazos, como, por exemplo, uma captação através do projeto E. I. NOVAS TURMAS no valor de R\$100.913,58 - valor considerável para um município de 2.770 habitantes.

#### **d. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)**

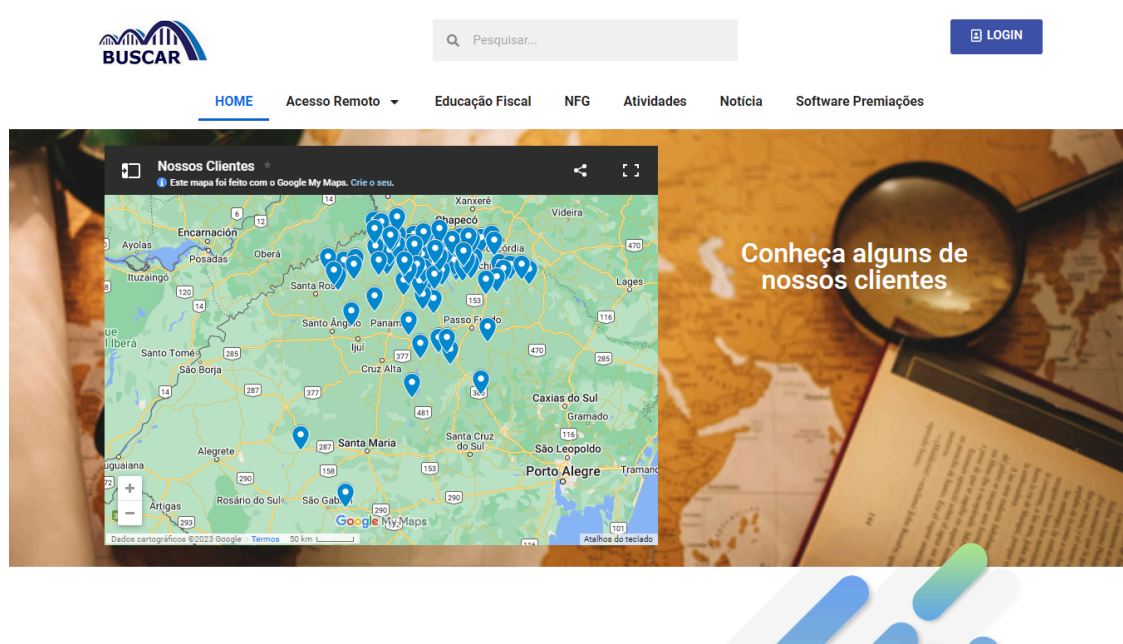
O SENAR - RS, Administração Regional do Rio Grande do Sul, cadastrado com principal atividade “outras atividades de ensino não especificadas anteriormente”, estabelece três vertentes prioritárias de trabalho, sendo elas a Formação Profissional Rural (FPR), a Promoção Social (PS) e a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em seu portal, sendo ativo em todos os estados da federação.

Quanto à presença do Sindicato Rural de Fortaleza dos Valos, atrelado ao SENAR-RS, é possível observar não ser prática comum, já que na aba “sindicatos” é informado que de acordo com o SENAR-RS (2023), suas atividades vão mais longe, alcançando até os produtores e trabalhadores rurais por meio dos 164 sindicatos parceiros, divulgando e auxiliando na organização do público participante dos cursos, mobilizando e acionando o SENAR-RS nos municípios gaúchos.

#### **e. Buscar Assessoria**

Já a Buscar Assessoria é uma entidade com forte presença na internet. Através do site da empresa é possível identificar seus clientes e zonas de atuação, sendo a primeira imagem apresentada no site, conforme figura abaixo.

Figura 20 – Tela “Home” da página da Buscar Assessoria



Fonte: Buscar Assessoria, 2023

Observa-se que, na figura intitulada “nossos clientes”, é possível identificar que a entidade possui maior abrangência na região norte do estado. A microempresa fundada em 2017 tem sede no município de Derrubadas (RS) e cadastrada com a atividade principal 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo. A Buscar possui em seu portal eletrônico, na aba de atividades, modelos de documentos de implantação de Educação Fiscal, através do Programa de Integração Tributária (PIT), prática que quando implementada traz incremento dos repasses dos Governo Estadual aos municípios. Em seu canal no YouTube, é informado que seu fundador, Paulo Roberto Sanches, possui 30 anos de experiência no serviço público e em 2019, ano de publicação do canal, e com 2 anos de fundação da empresa, ela já atendeu mais de 60 municípios.

#### **f. Cer Educacional LTDA**

A Cer Educacional LTDA., através do nome fantasia Rede de Aprendizagens Pedagógicas, tem sede em Barueri (SP) e foi fundada em 2016. Em seu portal eletrônico, que tem ênfase em sua fundadora, a professora Renata Glória Cunha, as atividades identificadas junto à Receita Federal do Brasil (RFB) também são evidenciadas conforme imagem abaixo:



Figura 21 - Portal da Cer Educacional LTDA.



Fonte: Rede de Aprendizagem, 2023

As formações de caráter educacional e a preparação para concursos públicos são as atividades desta entidade paulista que teve como ministrantes as professoras Maria Iolanda Demeneck de Figueredo e Nilva Michelin nesta parceria analisada em que participaram também gestores dos municípios gaúchos de Antônio Prado, Campestre da Serra e Muitos Capões.

#### **g. Agência de desenvolvimento de Santiago**

A Agência de desenvolvimento de Santiago é descrita pela Câmara de Vereadores do Município (2019) como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo identificar e atrair investimentos estratégicos que contribuam com o desenvolvimento econômico do Município e da região. Ela visa proporcionar um espaço permanente de interlocução entre os setores públicos e privado, com vistas a identificar e superar obstáculos ao desenvolvimento local e regional; articular as instituições locais para elaboração de estudos, programas, projetos e pesquisa, dispondo-se a enfrentar desafios comuns no desenvolvimento regional, promover o debate de temas estratégicos e relevantes; estimular, valorizar, fortalecer e promover o empreendedorismo e a inovação.

Enfatizando o projeto “Escola do futuro”, que trata como principais ações previstas a formação de cidadãos com perfil empreendedor nos campos econômico, social e cultural; a formação dos professores em metodologias ativas; a capacitação dos professores no domínio intermediário de inglês; a capacitação dos estudantes para o desenvolvimento de projetos; a

integração das tecnologias digitais na prática do ensino; o desenvolvimento de metodologias empreendedoras e da reflexão ética através da integração da escola com o mundo produtivo, por fim fomentar o empreendedorismo, a criatividade intelectual e a capacidade de inovação econômica e social nas novas gerações.

Assim, torna-se evidente que o envolvimento na parceria, inicialmente percebido como um apoio na coordenação da ação, representa, na verdade, um plano robusto por parte da Agência, repleto de conceitos e estratégias, que busca atingir os objetivos de transformação na formação dos futuros cidadãos de Santiago. Com a atuação em parceria com o município, essas atividades acontecem sem resistência ou até conhecimento dos pais, tornando o modelo facilmente implementado. Este novo ator, portanto, trata-se de um relevante achado para a rede de pesquisa do NEPPE, por sua organização e amadurecimento de projeto de sociedade.

#### **h. Fundação IMED**

A Fundação IMED, faculdade sediada em Passo Fundo (RS), tem no seu projeto “Letramento em Programação” o que se pode chamar de um guarda-chuvas de ações e parceiros. Apoiada pelo Instituto Jama e licenciada pelo Instituto Ayrton Senna. O InovaEdu - Laboratório de Ciência e Inovação para a Educação, informa em seu relatório de acompanhamento publicado no ano de 2020 que as dinâmicas do projeto são baseadas nos seus valores como pilares de referência para estas práticas, sendo eles:

Figura 22 – Valores da Fundação IMED



Fonte: IMED, 2020

Como resultado, disponível no relatório do projeto, somente no ano de 2020 o programa realizou a formação de mais de 90 educadores do letramento no norte do RS, iniciando suas atividades com mais de 2700 estudantes, em 16 municípios, diretamente e indiretamente. Porém, conforme o IMED (2020), através do EduConecta21 a fundação teve

acesso a mais de 4000 educadores do Brasil, podendo gerar ainda mais impacto nas escolas, nos alunos e na sociedade na qual eles são inseridos.

O IMED (2020) destaca que o Programa de Letramento em Programação foi criado pelo Instituto Ayrton Senna, para contribuir com a promoção da Educação Integral, desenvolvendo o Pensamento Computacional por meio de práticas de programação de computadores, com foco em estudantes de escolas públicas de ensino fundamental. A função da Fundação IMED é representar o projeto em todo o estado do RS, apoiando na execução do programa, desenvolvendo metodologias ativas, materiais didáticos, instrumentos de análise de resultados e pesquisa aplicada à educação. Percebe-se, portanto, que esta parceria abrange todo o foco da pesquisa deste grupo, trazendo características e redes atuais para serem analisadas em futuros estudos como oportunidade de lacuna de pesquisa.

#### **i. Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)**

Em seu portal oficial, o CIEB (2023) se descreve como “[...] uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que apoia as redes públicas de ensino básico a realizar uma transformação sistêmica nos processos de aprendizagem, gerando mais qualidade para a educação, por meio do uso eficaz das tecnologias digitais.”

Em Novo Hamburgo, a parceria foi no projeto “Vamos aprender”, que teve ênfase durante a pandemia, no ano de 2020, na retomada do ano letivo - mais especificamente em novembro. A ação foi noticiada pelo site oficial do município através da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), com apoio da Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, CIEB, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Canal Futura, Khan Academy e MultiRio, ampliando a rede e seus interesses através de 320 programas pedagógicos disponíveis.

#### **j. Instituto Crescer Legal**

O Instituto Crescer Legal, em sua página oficial, informa que é uma iniciativa do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) e suas empresas associadas. Sediado em Santa Cruz do Sul, tem como objetivo que os jovens se desenvolvam e permaneçam no meio rural, com oportunidade de geração de emprego e renda e enfatizando que tem possibilidades para meninos e meninas. Combatendo o trabalho de crianças e adolescentes através de ações de caráter cultural, educacional e socioassistencial, a entidade acredita na formação de um cidadão com capacidade de desenvolver uma gestão sustentável de uma pequena propriedade rural.

A partir destes pilares, foram desenvolvidas estratégias de caráter educacional, como a turma piloto do Programa de Aprendizagem Profissional Rural do Instituto Crescer Legal, cujos alunos concluintes recebiam o certificado pela conclusão do curso “Empreendedorismo em Agricultura Polivalente – Gestão Rural”. Os alunos de 15 a 18 anos foram contratados como aprendizes pelas empresas Alliance One Brasil e Universal Leaf Tabacos e a formação teve apoio das Secretarias Municipal e Estadual de Educação e contou com recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica).

A entidade apresenta seus eixos estratégicos que traçam as estruturas de trabalho e de processos na figura a seguir:

Figura 23 – Eixos estratégicos do Instituto Crescer Legal



Fonte: Instituto Crescer Legal, 2023

Através dos termos apresentados, percebe-se uma busca por legitimidade por meio do setor do Tabaco, que vê em iniciativas como esta uma oportunidade de maior aceitação e mitigação da má impressão social dos danos causados à saúde durante as fases de beneficiamento do tabaco até o consumo propriamente dito.

#### **k. FortalezaTec**

Sediada em Teutônia/RS, a FortalezaTec atua no ramo da tecnologia da informação desde 1989, fornecendo desde então uma gama de soluções de software para diversas empresas e órgãos públicos. Sendo noticiada como “um novo momento” para o município de Teutônia onde está localizada, a parceria veio atender uma demanda antiga no que diz respeito à gestão de vagas da educação infantil. Popularmente conhecido como central de vagas, o software possibilita a análise da demanda real de vagas por região e por nível, tornando o processo mais eficiente e transparente. Apresentamos então características do software implementado no município:

Figura 24 – Características do Software



Fonte: Site do Município de Teutônia, 2023

Para o prefeito à época, Jonatan Brönstrup, “mais do que grandes obras, foi necessário investir nas pessoas em seu mandato, fomentando os investimentos em educação no município”. A parceria com a FortalezaTec traz para o município um importante controle dos dados educacionais e tendo posse das informações de gestão, o processo se torna ainda mais sério e organizado. É possível, por exemplo, o auxílio no planejamento das políticas públicas, já que para a execução de obras de ampliação da planta, contratação de servidores e outros procedimentos necessários para atender um número maior de alunos, podem ser mapeados via central de vagas e ter suas necessidades projetadas para os próximos anos.

### **1. Betha Sistemas**

Também no município de Teutônia, a implementação de outro software, desta vez do Sistema Betha, trouxe alternativa ao modelo anteriormente aplicado. Com a interligação das escolas com a Secretaria de Educação, as informações das unidades de ensino são compartilhadas, possibilitando ao gestor fácil acesso a notas, horários, histórico de frequência, professores, bem como dados dos alunos, podendo tornar a gestão mais otimizada.

Os trabalhos com a implantação do Sistema Betha continuam com a formação dos agentes administrativos que atuam nas escolas e, também, dos professores onde será implementada mais uma etapa do sistema.

### **m. Instituto Jama**

O Instituto Jama (2023) afirma que, dentre as parcerias mantidas por ele, está o Programa Letramento em Programação, caracterizado pela combinação de tecnologia e inovação na educação. Neste programa, a função do Instituto é a de apoio à Fundação IMED, que implementa o Letramento em Programação em escolas de Ensino Fundamental público de todo RS, com ênfase em Educação Integral através do Pensamento Computacional, atendendo às novas demandas de Tecnologias Digitais da BNCC. A Fundação IMED, que se apresenta também como Atitus Educação, já foi apresentada anteriormente e tem neste projeto a disseminação de conceitos de modos de visão que fomentam o empreendedorismo e a relação de responsabilização isolada do cidadão em formação pelo seu futuro.

Em seu site, o Instituto Jama também oferece a formação de gestores educacionais em parceria com a ESPM (POA), tendo formado desde 2010 mais de 150 profissionais. Dentre os módulos de gestão disponíveis estão:

Figura 25 – Módulos de gestão do Instituto Jama



Fonte: Instituto Jama, 2023

Entende-se, portanto, que a mesma entidade pode desempenhar funções diferentes dependendo da temática da parceria mantida, dos recursos investidos e até mesmo com quais entidades são feitas estas conexões.

#### **n. Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional (SIMAE)**

O SIMAE evidencia em seu portal que a entidade presta serviços educacionais, assessoria, consultas, palestras, formação de equipes, elaboração de projetos, resoluções, pareceres, anteprojetos de leis e outros.

Dentre os serviços prestados pela assessoria estão:

Figura 26 – Serviços prestados pelo SIMAE

ASSESSORAMENTO NA:	CAPACITAÇÃO DE:	ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaboração e Acompanhamento das Ações e demandas do PAR/MEC</li><li>- Organização e instituição do Sistema Municipal de Ensino</li><li>- Elaboração, interpretação e execução do Orçamento Educacional: MDE, FUNDEB (VAAF, VAAT E VAAR), Salário Educação e Recursos Livres.</li><li>- Elaboração do PME – Plano Municipal de Educação e monitoramento/avaliação</li><li>- Orientações quanto a reestruturação do Plano de Carreira do Magistério Municipal</li><li>- Elaboração de Projetos Educacionais e Projetos de Lei</li><li>- Elaboração de Pareceres, Resoluções e Indicações do Conselho Municipal de Educação</li><li>- Interpretação e execução das normas do FNDE</li><li>- Interpretação e execução das normas do CNE (Conselho Nacional de Educação)</li><li>- Elaboração da Proposta Pedagógica, Regimento Escolar, Plano de Estudos das Escolas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação</li><li>- Conselheiros Municipais de Educação, Conselheiros do CAE e Conselheiros do FUNDEB.</li><li>- Equipes Diretivas e Pedagógicas das Escolas</li><li>- Conselheiros Escolares</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- SIMEC: PAR, OBRA 2.0, TURMAS NOVAS ED. INFANTIL.</li><li>- SIGPC: Prestações de conta do PNAE, PNATE, PDDE ESCOLA</li><li>- SISCACS</li><li>- CAE VIRTUAL</li><li>- SIGECON</li><li>- PDDE WEB</li><li>- PDDE INTERATIVO</li><li>- PDDE ESCOLA</li><li>- PNLD DIGITAL</li></ul>

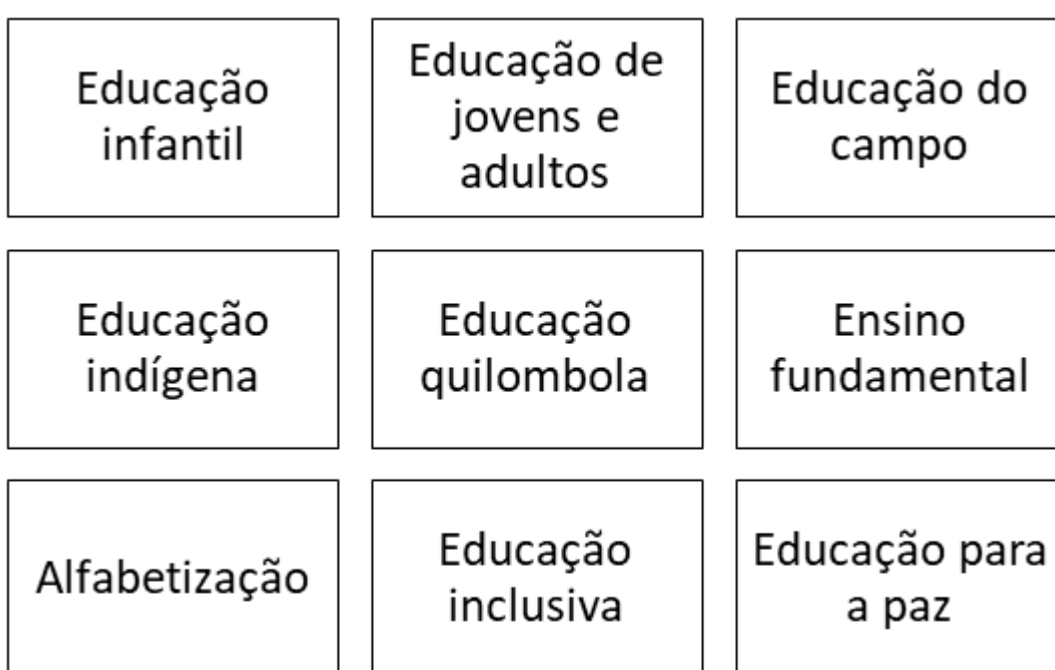
Fonte: SIMAE, 2023

Pela dificuldade que os municípios pequenos encontram na captação e na retenção de mão de obra qualificada para a gestão de recursos da educação, suas fontes vinculadas e prestações de contas, empresas de consultoria se tornam parceiras por auxiliarem nestas demandas de maneira pontual ou por assessoria contínua.

**o. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conviva Educação**

O sistema Conviva Educação, interligada à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), é uma plataforma de gestão escolar utilizada no município de Turuçú. Segundo os dados disponibilizados em sua plataforma, a UNDIME (2023) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF. A entidade afirma estar sempre presente em tudo que envolve a educação pública, contemplando as esferas:

Figura 27 – Esferas de atuação da UNDIME

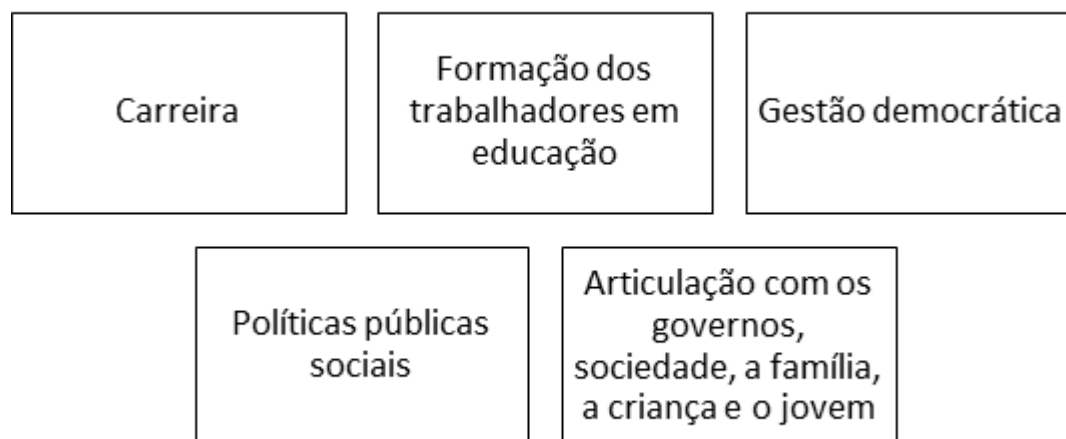


Fonte: UNDIME, 2023

Contemplando as diversas fases e temáticas da educação, a UNDIME também aborda em suas atividades e formações as seguintes temáticas:



Figura 28 – Temáticas de atuação da UNDIME

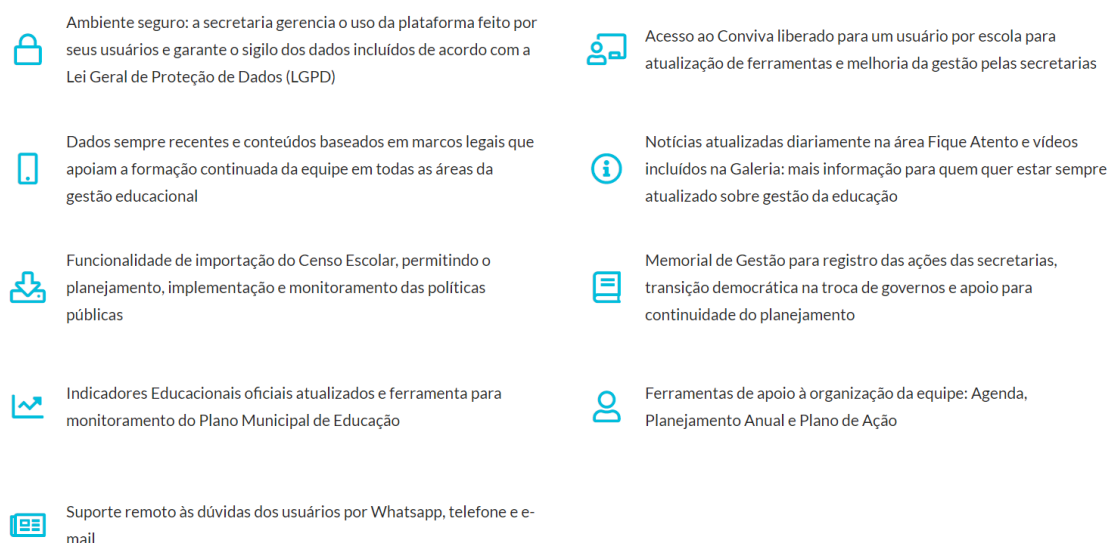


Fonte: UNDIME, 2023

Abordando todos estes eixos temáticos em atividades por todo o país, a UNDIME, visando formar, informar e apoiar as equipes, funda a plataforma Conviva Educação, no ano de 2013, contando também com o apoio de instituições e fundações parceiras.

Prometendo ser uma plataforma gratuita de gestão para os Dirigentes Municipais de Educação (DMEs), equipes técnicas das secretarias, gestoras e gestores escolares. Em seu portal, a Conviva Educação (2023) destaca que pode entregar aos municípios:

Figura 29 – Serviços entregues aos municípios pela Conviva Educação



Fonte: Conviva Educação, 2023

Estas são as ferramentas e os principais diferenciais que a UNDIME, por meio da Conviva Educação, usa para convencer os municípios através de seus DMEs para a incluir seus dados da comunidade escolar em sua plataforma – dados, estes, que assim como estão disponíveis para acesso e análise de dados de gestores, podem estar disponíveis, também, para entidades relacionadas à Conviva.

Conforme a Conviva Educação (2023), seus principais parceiros são:

Figura 30 – Parceiros da Conviva Educação



Fonte: Conviva Educação, 2023

As discussões sobre parcerias com entidades sem fins lucrativos se tornam mais complexas quando a análise é aprofundada sobre as redes que são formadas por trás deste canal oferecido de maneira gratuita. A UNDIME, conhecida pelos dirigentes e gestores escolares, abre as portas das Secretarias Municipais de Educação para que as maiores entidades filantrópicas do país estejam conectadas diretamente com o aluno de Turuçu, no RS, como no exemplo que estamos analisando.

Designada como uma ferramenta para ajudar os gestores educacionais sobrecarregados e com recursos financeiros e humanos limitados, as relações da plataforma Conviva Educação

também podem ser vistas como lacunas de pesquisa na área de parcerias em gestão educacional no Brasil.

## **4. 2 Formação de professores<sup>12</sup>**

Esse item do relatório apresentará questões levantadas no que diz respeito à formação de professores – em especial, mostrará alguns dos principais sujeitos, individuais e coletivos. O eixo da formação de professores tanto pode envolver programas/projetos/ações de curta duração, quanto de longa duração, além de eventos pontuais, desde que seja destinado aos professores das redes municipais. Pretende-se analisar quem são os sujeitos e as temáticas propostas.

Observamos que o eixo formação de professores como um dos mais destacados, de um total de 1027 coletadas nos sites de notícias dos municípios, 302 informações são sobre a parceria na formação de professores, o que corresponde a quase 30% do total de PPPs identificadas.

### **4. 2. 1 Resultados e análises**

Quanto aos municípios identificados com PPPs de formação de professores, sistematizou-se os resultados dos dados no gráfico 01.

Do tratamento das 302 informações compiladas neste eixo, categorizando-se as colunas das ações, objetivos e informações contempladas da leitura das notícias, sistematizou-se 3 categorias, a saber:

1. mercado;
2. lógicas subjetivas;
3. 3 não identificada a lógica e tipo da ação.

O gráfico 02 explicita as recorrências de tais categorias nos escopo dos dados.

---

<sup>12</sup> Esse item foi redigido sob responsabilidade dos pesquisadores abaixo elencados:

Dr. Everton Bandeira Martins, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [everton.bandeira.martins@gmail.com](mailto:everton.bandeira.martins@gmail.com)

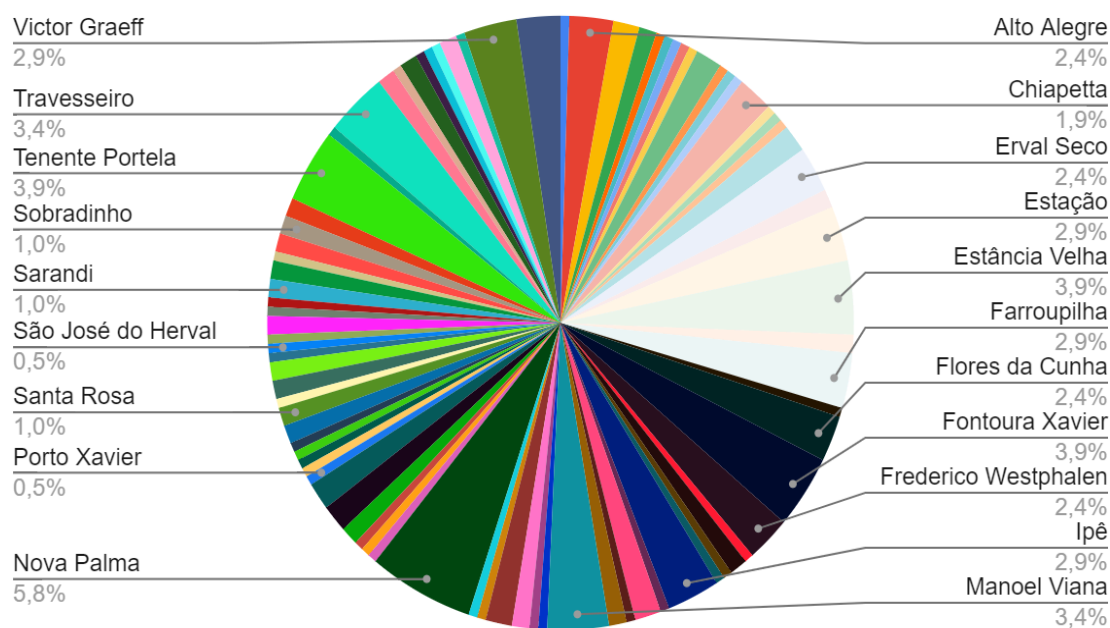
Dr<sup>a</sup> Maria Verônica Roldán Pinto, Universidade Federal de Pelotas, [veroldanpinto@gmail.com](mailto:veroldanpinto@gmail.com)

Dr. Rafael Martins Sais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [rafaelsais@hotmail.com](mailto:rafaelsais@hotmail.com)

Dr<sup>a</sup> Susana Schneid Scherer, Universidade Federal de Pelotas, [susana\\_scherer@hotmail.com](mailto:susana_scherer@hotmail.com)

Dr<sup>a</sup> Vera Maria Vidal Peroni, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [veraperoni@gmail.com](mailto:veraperoni@gmail.com)

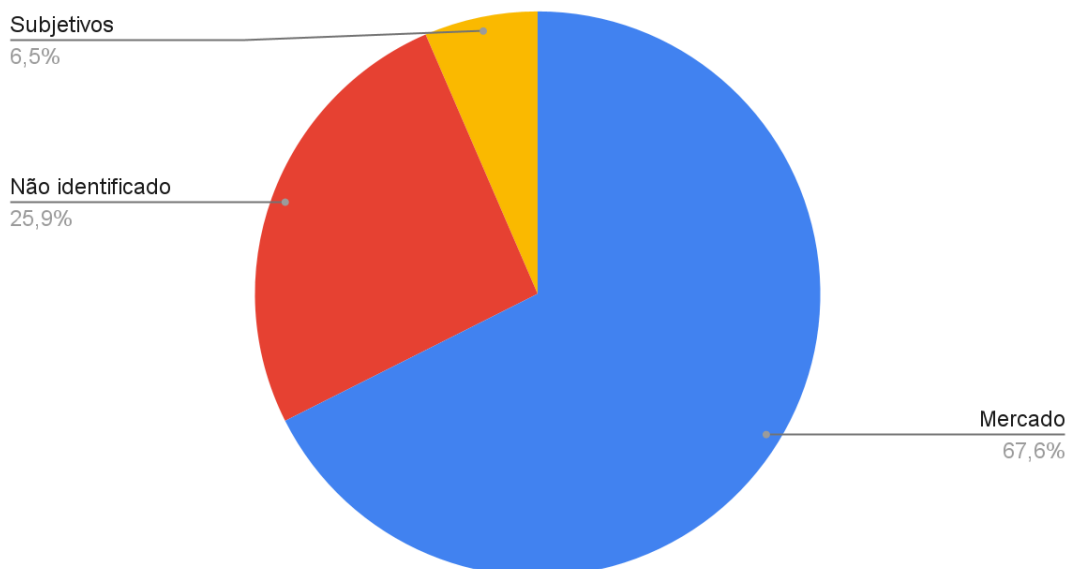
Gráfico 01 – Quantidade de municípios com PPPs no eixo de formação de professores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Gráfico 02 – Categorização das PPPs de formação de professores

## CATEGORIA



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

A categoria 1 se destacou, e pela sua exploração se identificou nas lógicas e ações manifestadas pela venda de serviços privados e princípios mercantis como cooperativismo

empreendedor, resultados educacionais, tecnologia, boas práticas gerenciais, protagonismo, educação financeira, liderança.

O ponto 2 despontou nos dados de pesquisa ao explicitar lógicas subjetivas através de ações permeadas por propostas de autoajuda, motivação, habilidades socioemocionais, espiritualidade, meditação.

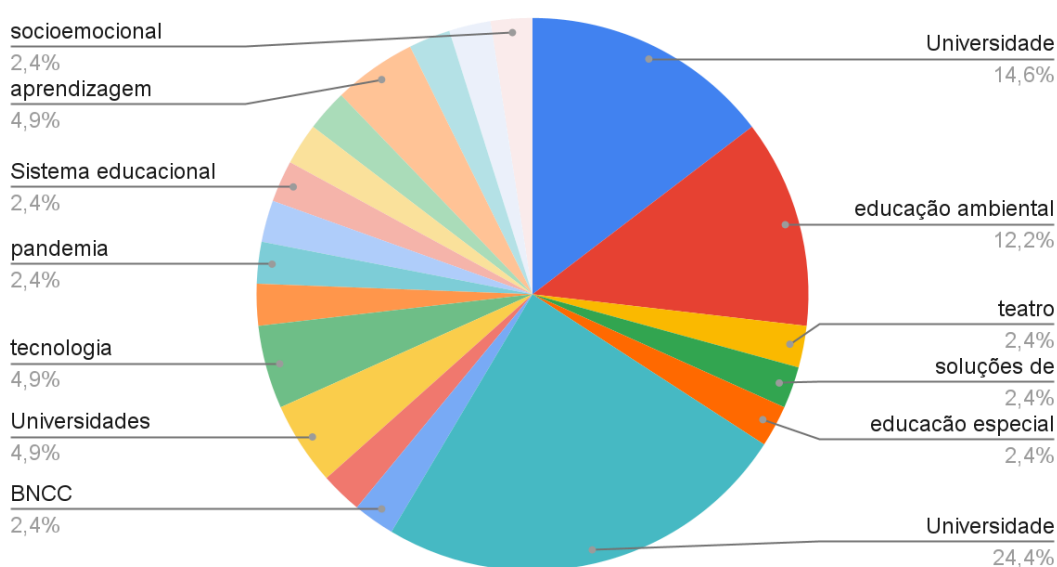
Algumas das propostas ilustrativas das PPPs na categoria 2 são:

- Instituição Life and work: Formação com coach com o tema "jeito de viver em família";
- Temas de auto-ajuda, meditação e voltados a competências socioemocionais MeditAmor (ONG): Formação continuada de professores sobre o tema "meditação";
- Competências emocionais vinculadas à religião a partir da Instituição Jorge Trevisol.

É importante dizer que houve subcategorias e lógicas permeando mais de uma categoria, como, por exemplo, a BNCC identificada tanto na categoria 1 como na 2.

Gráfico 03 – Categorização 1 - Mercado

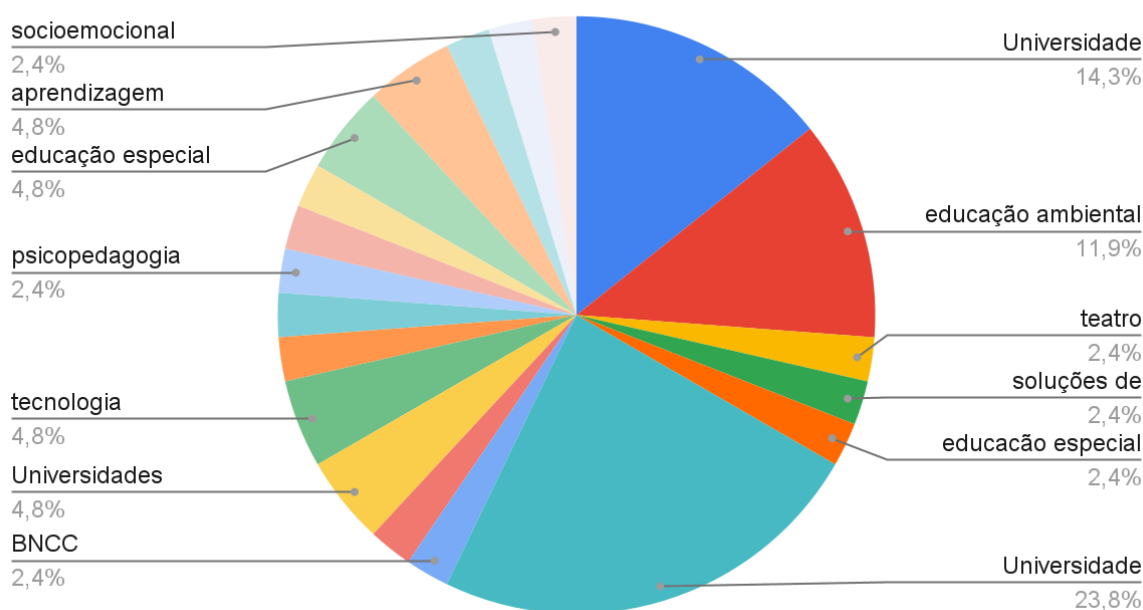
### CATEGORIA 1 - MERCADO



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Gráfico 04 – Categorização 2 - Lógicas subjetivas

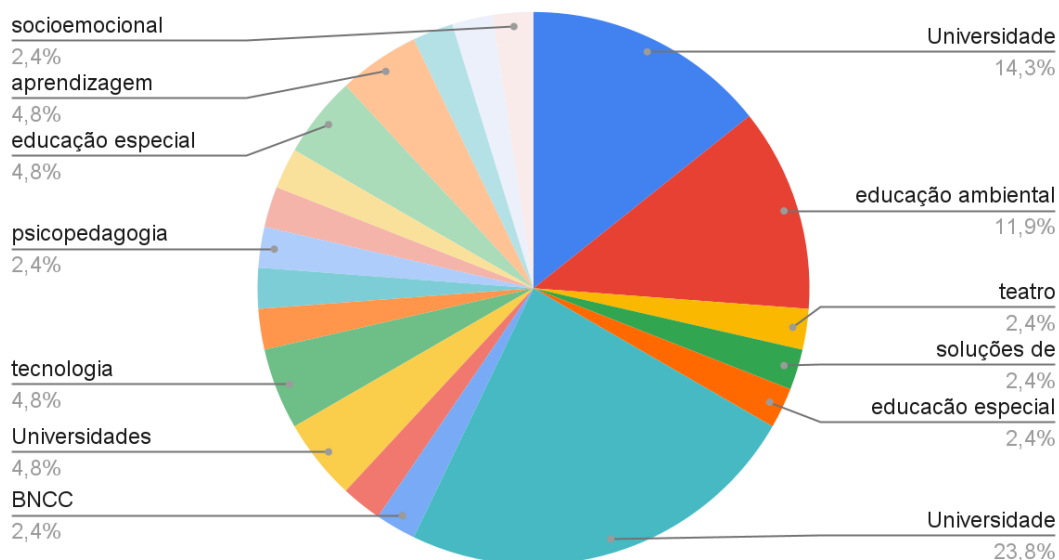
## CATEGORIA 2 - LÓGICAS SUBJETIVAS



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Gráfico 05 – Categorização 0 - nem um, nem outro

## CATEGORIA 0

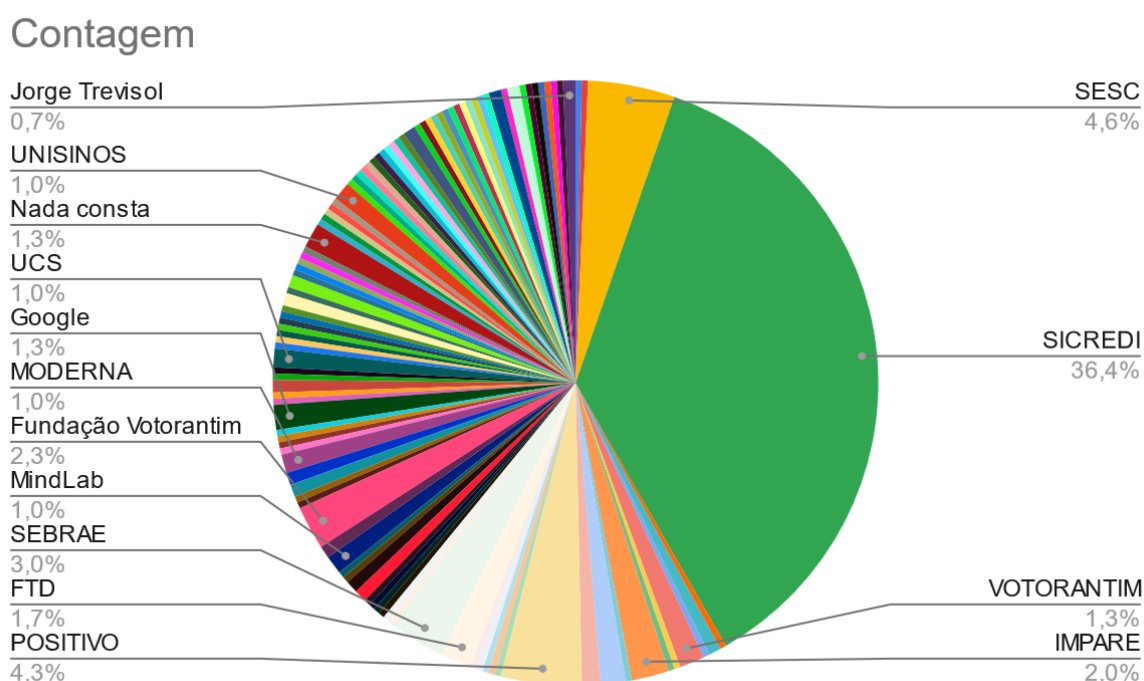


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Na categoria 0 foram incluídas lógica não identificadas nem como 1 nem como 2. Nela se incluem as atividades e propostas promovidas por Universidades comunitárias, ações voltadas ao desenvolvimento infantil e de educação ambiental.

No que tange ao tratamento dos dados sobre os atores atuando na formação de professores se realizou a sintetização em gráfico 2, dentre os quais se destacam, em ordem de presença: SICREDI, SESC, Positivo e SEBRAE.

Gráfico 06 – Atores presentes na formação de professores nas redes de ensino do RS



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

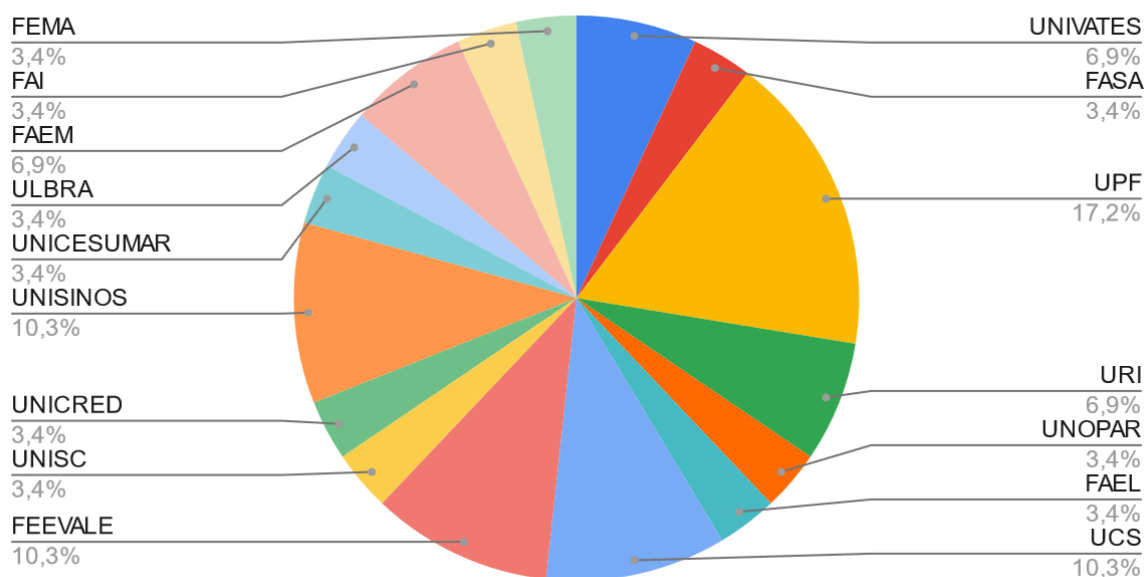
Da exploração do atores, observou-se:

I. Entes prestadores de serviços privados, em que uma das áreas é a formação de professor. São os casos de bancos SICREDI e SESCOOP; da Multinacional Google, e empresas de serviços educacionais Positivo, Fundação Lemann, e Itaú Social, que, com know-how em áreas empresariais, incluem a educação em sua área de atuação, e assim, também abrangem a formação de professores;

II. Universidades e faculdades como promotoras da formação, presentes conforme gráfico abaixo:

Gráfico 07 – Faculdades privadas e universidades comunitárias

## FACULDADES PRIVADAS e UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Somente foram coletados dados das instituições privadas, por isso não estão notificados os convênios com instituições públicas. É preciso destacar que se diferenciam as atuações entre Universidades comunitárias e Faculdades privadas. Destaca-se aqui que as instituições comunitárias despontam nos dados de pesquisa mais presentes, e faz parte de seu papel o dever da relação comunitária e do atendimento do interesse público. Diferente é o caso das faculdades privadas, que são figuras mercantis.



Tabela 02 – Faculdades privadas e universidades comunitárias presentes nas PPPs identificadas

FACULDADES PRIVADAS	UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS
FASA	UNIVATES
FAEL	UPF
FAEM	URI
FAI UCEF	UCS
FEMA	UPF
UNOPAR	UNISC
UNICESUMAR	UNISINOS
	ULBRA
	FEEVALE
	COMUNG (Consórcio das Universidades comunitárias gaúchas)

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

### III. Atuação do Sistema S (SESC, SENAC e SENAI).

O Sistema S se traduz na forma de Serviços Sociais Autônomos, constituídos por empresas privadas sem fins lucrativos (de Oliveira, 2021) as quais envolvem atualmente 07 instituições mantidas pelo Estado. A atuação de tais entidades se inicia com sua origem nos anos 1930-40, no contexto do governo. À época, voltado ao desenvolvimento industrial, o que incluiu a educação. Na década de 1990, buscando modernizar o país, foram alocadas as perspectivas de NGP e gerencialismo como estratégias para modernizar o Estado e funções públicas como a ampliação de atores paraestatais.

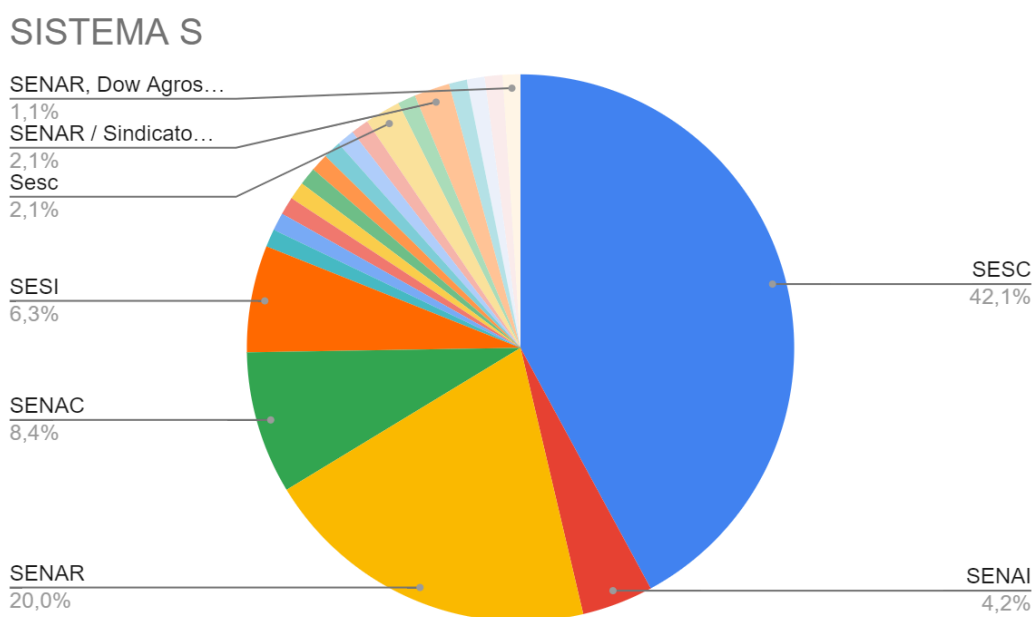
Nos dados de pesquisa se encontrou a presença de 5 instituições do Sistema S atuando na formação de professores: SESC, SENAI, Sesi, SESCOOP e Sest/Senat. Há ações que os entes realizaram sozinhos, mas também muitas parcerias. Destaca-se também as ações entre entidades do Sistema S, como Senai e Sest e outras. No caso do Sesc, observa-se que é destaque sua atuação sozinha e com parceiros, com as universidades UNIVATES e URI, com o Sicredi, que também aparece como parceiro do SESCOOP. Vale destacar que o Sicredi é ator identificado com destaque nesta pesquisa, atuando no campo da formação de professores.

Acerca da atuação do Sesc, vê-se majoritariamente eventos e seminários dessa instituição em que os professores e profissionais da rede participam. Caso destoante é o

Fórum Municipal, em que o Sesc atuou como organizador, ou seja, o ente se inseriu em atividade da rede. Observam-se também encontros de início do ano letivo e palestras de organização letiva e pedagógica, que visam orientar o trabalho pedagógico da rede.

Krawczyk (2009) aponta que, em seu percurso histórico na educação brasileira, o Sistema S se orienta por uma lógica que não vai ao encontro do compromisso social em vista do financiamento público que essas entidades recebem, o que nos alerta nesta pesquisa para a tentativa de identificar a perspectiva e motivos das ações dessas entidades na escola pública.

Gráfico 08 – Sistema S



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

IV. Pessoas privadas e jurídicas assumindo personificação atuando como formadoras de professores. Muitas vezes, nota-se que são instituições pequenas, e que parecem assumir personificação jurídica para concretizar PPP com as redes de ensino. Assim, encontramos casos de pessoas privadas (MEI, ou autônomos) e jurídicas atuando como formadoras.

No caso de tais instituições de porte pequeno a médio, pode-se ver o caso da SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA que foi contratada como Instituição de Ensino Superior para ministrar as aulas referente ao Curso do PROMEQ – Programa Municipal por uma Educação de Qualidade, aos professores da rede municipal de ensino. Nos dados analisados, a partir de contrato acessado via Licitacom, vê-se o alto investimento da ação por parte do poder público que envolve este tipo de serviço, o que parece influenciar na qualificação de entidades para prestarem tais serviços.

Figura 31: Termo de contrato (via Licitacom)

The screenshot displays the Licitacom web portal interface. The top navigation bar is blue with the text 'TCE-RS LicitaCon Cidadão'. The left sidebar is dark blue with the 'LicitaCon' menu. The main content area is white and shows the details of 'Contrato 17/2019'. The contract details are as follows:

Órgão	PM DE SARANDI
Licitação	Pregão Presencial 7 / 2019
Objeto	Contratação de Instituição de Ensino Superior para ministrar as aulas referente ao Curso do PROMEQ – Programa Municipal por uma Educação de Qualidade, aos professores da rede municipal de ensino.
Contratado	SOCIEDADE EDUCACIONAL SARANDI LTDA (17.000.211/0001-27)
Assinatura	08/02/2019
Vigência	08/02/2019 a 31/12/2019
Valor Inicial	94.560,00
Valor Atual	94.560,00

Below the contract details, there is a section titled 'Fiscais / Gestores' which contains a table with the following columns: Responsável, Tipo, Início Responsabilidade, and Fim Responsabilidade.

Fonte: Licitacom Cidadão/Arquivo do NEPPE, 2023

Quanto aos atores e sua atuação na educação, o SICREDI se destacou com o maior número de ações desenvolvidas associadas ao Programa A União Faz a Vida (PAUF), como em nível de número de municípios e ações, mais de uma vez no mesmo município, no campo da formação de professores nas redes de ensino.

Em pesquisa anterior do NEPPE, observou-se que o PAUF:

Apresenta como um dos principais objetivos a disseminação da educação financeira e cooperativa, articulada as ideias de empreendedorismo, aprendizagem ao longo da vida e de flexibilidade. Tais elementos ilustram se associar, em grande medida, aos

eixos promovidos pelo projeto global capitalista. É importante frisar que a organização sofreu transformações, passando de um sistema cooperativo de crédito, que sustentou a iniciativa de trabalhadores de fábricas, para uma instituição financeira em sentido estrito (NEPPE, 2019, 114).

Salienta-se que a atuação do PAUF tem em sua proposta a formação de professores como uma de suas principais bases, com o fim de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania em âmbito nacional (Lopes et al., 2019).

Importa dizer que se nota que o SICREDI firmou parceria com o Banco Mundial no ano de 2010, organização multilateral para quem o professor é o grande responsável pelo cenário de incompetência escolar (Robertson; Verger, 2012). Por isso, reformar o professor e convertê-lo para atender as demandas, com rapidez de respostas e flexibilidade na solução e na gestão de problemas cotidianos com um tipo de professor passível de ser controlado no que toca os objetivos e o sentido de sua prática faz parte de seus ideais (Shiroma, Evangelista, 2007).

Conforme Evangelista (2017), a perspectiva de avaliar, controlar e medir o professor em seu ambiente de trabalho, investindo fortemente na formação docente para que se oriente a essa lógica, é estratégica para que a prática pedagógica docente se alinhe a esse perfil almejado.

De acordo com Shiroma (2003), a formulação de justificativas para a reforma educativa objetiva a construção de um consenso entre os professores de maneira a torná-los adeptos de um projeto educacional baseado no alcance de resultados, na competição, na eficiência, flexibilidade, etc. O modelo de profissionalização neoliberal resulta na perda de autonomia e na proletarização docente, provocando a desqualificação dos docentes ao minar seu profissionalismo e subtrair-lhes a autonomia profissional. A busca do consenso entre os professores põe em curso um movimento de desintelectualização que visa moldar um perfil docente tecnicamente competente e politicamente inofensivo. A proposta de uma formação aligeirada e prática constitui mais uma ferramenta para a sua adequação, para a proletarização, desqualificação e segmentação da categoria, que se vê submetida ao controle e a uma avaliação meritocrática.

Na análise de dados realizada, identificou-se ainda ações do programa de Educação financeira no campo da formação de professores dos municípios do SICREDI.

É patente a lógica de empreendedorismo na proposta do PAUF com viés cooperativo empreendedor, que na Educação Financeira desponta como princípio também, baseada em princípios como a cooperação e a cidadania, e o desenvolvimento de valores de empreendedorismo e solidariedade. Contudo, expressões como cooperativismo, flexibilização,

aprendizagem permanente, e uma noção de trabalho colaborativo e baseada no diálogo entre os professores na elaboração e sistematização das práticas pedagógicas na proposta do Sicedi para a educação. A partir disso, vê-se que a perspectiva cooperativa idealizada no início pelo Sicedi é vinculada à coletividade, solidariedade, democracia e compromisso social da educação no campo da justiça social, assume traços economicista, de individualismo, competitividade, do que o mercado requer, do empresariamento de si e não da defesa de políticas de trabalho, renda por parte do Estado. São elementos que, percebe-se, impulsionam, de forma branda, um duplo movimento para a afirmação do programa capitalista, já que tanto os valores econômicos em voga são celebrados como a inserção do Terceiro Setor no setor público é potencializada.

A disseminação do empreendedorismo se volta para a afirmação da hegemonia do ideário neoliberal. Sua inserção na educação se volta para a difusão da mentalidade empresarial, que paulatinamente desborda na mercadorização da regulação da vida e das relações humanas. Sua lógica se faz presente na BNCC, pautando competências alinhadas às determinações de organismos internacionais e fundamentadas na Teoria do Capital Humano, a partir da qual o problema da desigualdade é responsabilidade dos indivíduos e não do sistema. A introdução da lógica do empreendedorismo na educação vincula a formação humana à perspectiva mercadológica da competitividade e do individualismo, desbordando na responsabilização, na culpabilização e no agravamento da exclusão de sujeitos num contexto histórico de profunda desigualdade social (Jesus, Soares, 2022).

Assim, entende-se que a adoção de tais conceitos e suas expressões permitem um movimento para naturalizar a falta de Estado, em consonância de um Estado que serve ao capital e ao mercado. Na educação e na especificidade da formação de professores, tais questões, uma vez presentes, acabam por esvaziar a discussão sobre a necessidade de qualificar a educação e o professor, de garantir aos professores autonomia e valorizar sua capacidade profissional teórico-pedagógica. A lógica formativa do professor que se impõe é reprodutivista, configurando-se uma formação técnica, desprovida de maiores qualificações pedagógicas.

Compreende-se, conquanto, que a integração entre Estado como ente público e os diferentes entes privados têm em vista influenciar o fazer do professor, incidindo no trabalho pedagógico docente e escolar, de forma a exaurir a autonomia e criticidade, as quais são inerentes a um projeto socialmente referenciado.

Em relação a este contexto, Shiroma e Evangelista (2014) abordam a questão da formação de professores enquanto preparo de intelectuais úteis ao sistema. Disto decorre que

organismos internacionais, agências econômicas e empresariais passam a interferir e mesmo assumir o governo da educação, com ênfase na reforma da gestão e na formação docente, interferindo nos seus rumos e atuando em prol de uma reforma educacional que atenda a seus interesses de classe.

Sustentados no argumento de inadequação da educação às demandas atuais, articulam-se projetos que objetivam converter o professor, a escola e suas funções, a fim de torná-los compatíveis com a busca do padrão de acumulação capitalista. As PPPs se constituem como meio de investimento do setor privado na educação pública, num projeto que reconfigura as funções da escola e do professor de acordo com os interesses do capital.

A partir da análise dos dados coletados compreende-se, em conformidade com Martins (2009), a forma como as forças do capital se movimentam para a produção de uma educação voltada para a difusão de um padrão de sociabilidade adequado às necessidades do capitalismo contemporâneo, expresso nas iniciativas que vinculam a sociedade civil à noção de “terceiro setor”<sup>13</sup> e legitimam empresas enquanto “cidadãs”, de forma a abrir espaço para um amplo grupo de empresários que buscam atuar nas “questões sociais” e, de forma sistemática, na educação escolar, com o propósito de convertê-la em uma formação de futuros trabalhadores, conectada às proposições dos organismos internacionais.

Assim, o atravessamento da lógica do mercado sob o processo de formação dos professores desponta como uma forma de ação e hegemonização do projeto mercantil capitalista. Neste bojo, então, as PPPs, apresentando-se, aparentemente como um programa de união entre entes, representam, em verdade, uma nova forma de privatização, mais suave do que a privatização direta, mas talvez mais profunda, dado que é visada a introdução da forma mercantil por dentro da política educacional, como no caso da cartilha Formando Educadores, voltada à formação de professores, do PAUF, do Sicredi.

É fundamental entender as propostas através de PPPs, como apontam Ball e Mainardes (2011) os quais alertam que as reformas na Educação buscam mudar o que significa “ser professor”, alterando os sentidos sobre a docência e seu papel social. Para Ball (2006) as reformas educacionais têm sustentado a orientação da formação e o trabalho docente, a fim de implicar nas práticas pedagógicas dos professores em suas aulas. O que está

---

<sup>13</sup> Peroni (2015) declara que o terceiro setor é uma das alternativas propostas pela Terceira Via para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais, bem como para que o conteúdo mercantil possa, através das parcerias, aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, “qualificando-as” (Peroni, 2015, p. 41)

em disputa é um projeto de nação e, nesse caso, de formação de trabalhadores para o grande capital (Peroni, Caetano, Arelaro, 2019).

Desse modo, entende-se que o conteúdo da educação vem sendo privatizado e as estratégias empregadas para isso são padronizadas e replicáveis no sentido de construir um dado perfil docente (Cóssio, 2015; Peroni, 2018). Todavia, questiona-se que tipo de análise crítica é passível de ser desenvolvida sobre uma base construída e aprovada de forma antidemocrática (Peroni, Caetano, Arelaro, 2019; Marsiglia et al., 2018; Frangella, Dias, 2018), como ocorre quando a formação de professores é determinada por interesses privados, em detrimento do público.

É preciso compreender que as PPPs têm sido entendidas, assim como abordam Robertson e Verger (2012, p. 1143) como um:

[...] guarda-chuva perfeito, pois enquanto o propósito subjacente e as lógicas de gestão da educação são garantidos, de acordo com a lógica de mercado, dada a presença do setor privado como responsável pela oferta, o Estado assegura o ambiente político favorável e, o mais importante, seu financiamento.

Isso faz parte de um movimento de permeabilidade entre público e privado, como novas formas de privatização, através de novos modos de atuação do setor privado em prol de seus interesses lucrativos. Assim sendo, vale dizer que na mesma época da aprovação da LDBEN em 1996, foram organizadas legislações com implicações nas políticas sociais, entre elas a educação, com base nos ordenamentos do PDRAE via Emenda Constitucional nº 19, de 1998 (Brasil, 1998a), que introduziram mecanismos de gestão pública em parceria com órgãos não estatais. Disso, duas legislações centrais foram normatizadas: a Lei 9.637, de 1998 (Brasil, 1998b), que qualificou as Organizações Sociais (OSs), enquanto um dos grupos de entes privados que constituem o Terceiro Setor; e a Lei 9.790, de 1999, que ficou conhecida como a Lei do Terceiro Setor, ao criar no ordenamento jurídico brasileiro a figura das Organizações Sociais da Sociedade Civil e Interesse Público (OSCIPs) e instituir o Termo de Parceria como o instrumento para mediar a relação entre estas organizações e o setor público (Brasil, 1999). Tais legislações federais deram fomento à criação de Leis próprias em Estados e Municípios do país.

A partir de tais regulamentações jurídicas, do nível nacional para o nível local das redes de ensino, grupos privados passam a atuar, entre outras formas, através de OSs e OSCIPs. Esses apresentam-se como novos atores em um quadro de ineficiência do Estado como incentivando modos de governo flexível, descentralizado e pró-mercado, constituindo o rizomático arranjo institucional que caracteriza a governança, como forma de superar

problemas estruturais, que em verdade, são fruto da própria desresponsabilização do Estado para com a educação.

Conforme os apontamentos de Peroni, Oliveira, Fernandes (2009, p. 770): “Não se pode esquecer que os municípios brasileiros passaram a assumir, progressivamente, a oferta do ensino fundamental”, tendo em vista o cumprimento das normas legais estimadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, que, entre outras medidas, previu a universalização do ensino fundamental e a expansão do Ensino Médio, assim como das demais etapas e modalidades de Educação Básica. Estas regulamentações, segundo os autores, têm feito, desde então, com que muitos deles busquem, por meio de parcerias, alternativas no terceiro setor para a execução de políticas educacionais, no sentido de atender às suas demandas, superar os problemas educacionais, em um contexto de menos investimentos estatais na provisão pública, de modo a com isso, principalmente, modernizar a gestão escolar, diminuindo seus gastos e investimentos efetivos na educação e em profissionais públicos, ao passo do repasse de verbas e benefícios fiscais variados ao setor público, o que reverbera em vários campos como o da formação continuada das redes de ensino.

É no esteio deste cenário, propício a nível de Brasil e em nível estadual (RS), e que influência as propostas e políticas educacionais nas redes de ensino, como a de formação de seus professores, que as PPPs, como forma de atuação do setor privado ao público na prestação de serviços sociais, se torna cada vez mais presente na educação.

Ao se analisar os dados disponíveis no LicitaCon percebe-se que há casos que às vezes são as universidades como promotoras da formação (UNIVATES, UCS, ULBRA). Destaca-se aqui que são instituições privadas (não tendo sido encontrado até o momento parceria com instituições públicas de Ensino. Além disso, encontramos casos de pessoas privadas (MEI, ou autônomos) e jurídicas atuando como formadoras. Por exemplo podemos citar como exemplos mais recorrentes o Sicredi, o Impare Educação (Accorsi Carvalho Serviços Empresariais Ltda), SIMAE - Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional Ltda.

Há casos de empresas de serviços, em que uma das áreas é a formação de professor, como Google, Positivo, Leeman e Itaú Social. Além de casos de parcerias com o Sistema S (SESC – Serviço Social do Comércio e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Ao todo, foram mapeadas 248 PPPs envolvendo formação de professores no RS. Ao cruzar os dados tabulados, alguns sujeitos privados se sobressaem devido ao fato de aparecerem em parcerias com vários municípios, de diferentes regiões e perfis demográficos.



Foi possível mapear de forma mais detalhada até o presente momento 13 sujeitos:

**a. SIMAE - Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional Ltda**

Presente em 38 municípios, presta serviços de formação de professores além de parcerias que foram enquadradas como “consultoria em gestão” e “outras parcerias”, mas que também podem incluir (de acordo com a descrição) em algum momento a formação de professores. Através de pesquisa no Google não foi possível encontrar um site oficial. CNPJ 26.796.200/0001-96, sede com endereço no município de Não-Me-Toque/RS. Quadro Societário: Yuri Britto da Silva (Sócio) e Darci Bueno da Silva (Sócio-Administrador)

**b. Impare Educação (Accorsi Carvalho Serviços Empresariais Ltda)**

Presente em 9 municípios com parcerias na área de formação de professores. Segundo o site da empresa, a mesma atua em mais de 20 Secretarias de Educação nos estados de São Paulo (SP), RS e Santa Catarina (SC) aplicam a Metodologia da Impare Educação que consiste em uma proposta pedagógica inovadora que fomenta a consolidação do desenvolvimento de Competências Socioemocionais, nos espaços escolares, por meio de uma educação sensível como via de formação integral das crianças, formando Corpo Docente e Gestores Escolares qualificados para atuarem nas Escolas de Educação Básica.

CNPJ: 11.540.817/0001-79. sede com endereço no Município São João do Polesine-RS. Quadro Societário: Glauber Benetti Carvalho- Sócio-Administrador Angelo Accorsi Moreira - Sócio-Administrador (Site: <https://www.impare.com.br/>)

**c. Instituto Educacional e Tecnológico Primeira Opção Ltda - ME**

Presente em 7 municípios, também firmou parcerias na área de consultoria em gestão. Segundo o site da empresa, a "grande missão é oferecer produtos, serviços e soluções fundamentais voltados à competitividade do setor produtivo demandando resultados que beneficiam nossos clientes sempre buscando inovações e informações no ramo da assessoria, focados na responsabilidade e confiança dos nossos clientes".

CNPJ: 13.770.411/0001-08 sede com endereço no Município de Putinga - RS. Quadro Societário: José Antonio Guerra Zanette Sócio. Marcia Regiane Borges dos Santos Sócio-Administrador. Site:<https://ead.cursoprimeiraopcao.com.br/>

**d. Sociedade Educacional Três de Maio (Setrem)**

Presente em 5 municípios com parcerias na área de formação de professores. Segundo o site da empresa "com origens, fundamentação e objetivos alicerçados desde 22 de setembro de 1950, os quais permanecem presentes e que são: “Formação Cívica, Moral, Cristã,

Cultural, Artística, Literária e Científica do Povo Brasileiro”.

CNPJ: 98.039.852/0001-97, com sede no Município de Três De Maio-RS. Quadro de Administradores: Nelson Moura de Oliveira- Presidente. Site: <https://setrem.edu.br/>

**e. Boquinhos Aprendizagem e Assessoria Ltda**

Presente em 4 municípios com parcerias na área de formação de professores, ligada à capacitação para a implementação de um método próprio de alfabetização fonovisuoarticulatório.

Segundo o site da empresa, a missão dela é "Prestar serviços na área de Educação, supervisão, assessoria e capacitação de professores e profissionais afins, com o Método das Boquinhos®; Favorecer a comunicação, a aprendizagem e troca de experiência entre os profissionais da educação, saúde e as famílias tendo como base os resultados obtidos por Boquinhos; Coordenar Multiplicadores de Boquinhos para divulgar a metodologia de forma presencial e à distância; Desenvolver e implantar tecnologias para tratar dos distúrbios de leitura e escrita e outros transtornos, favorecendo a inclusão; Desenvolver, comercializar e distribuir materiais do Método das Boquinhos®."

CNPJ: 09.508.047/0001-35 com sede no Município de Bauru-SP. Quadro de Sócios: RENATA SAVASTANO RIBEIRO JARDINI Sócio-Administrador, AILSON DE OLIVEIRA Sócio. Site: <https://metododasboquinhos.com.br/>

**f. Fundação Universidade de Caxias do Sul (UCS)**

Presente em 4 municípios com parcerias na área de formação de professores.

CNPJ: 88.648.761/0001-03 com sede no Município de Caxias do Sul-RS. Representante Legal: JOSÉ QUADROS DOS SANTOS (PRESIDENTE). Site: <https://fundacao.ucs.br/>

**g. Rodrigo dos Santos Keller & Cia Ltda**

Presente em 4 municípios com parcerias na área de formação de professores (mais uma parceria para venda de livros). Mobiliza profissionais para ministrar palestras diversas para professores das redes municipais.

Não possui site. CNPJ 06.998.502/0001-30. Empresa com sede em Cachoeira do Sul/RS. Empresário (Individual), RODRIGO DOS SANTOS KELLER - Sócio-Administrador.

#### **h. GetEdu Consultoria em formações profissionais de informática**

Presente em 3 municípios com parcerias na área de formação de professores. É responsável pela implementação da plataforma GSuite for Education (Google) e também pela capacitação para sua utilização.

CNPJ: 07.143.489/0001-08 Empresa com sede em Brasília-DF. Quadro de sócios administradores: Marcele Aline Da Silva Garrido, Tania Padilha Garrido, Jose Guilherme Moreira Ribeiro, Wellington Mozarth Moura Maciel e Daniel Padilha Garrido Sócios-Administradores. Site: <https://getedu.com.br/>

#### **i. Associação Evangélica de Ensino (Instituto Ivoti)**

Presente em 3 municípios com parcerias na área de formação de professores.

CNPJ: 96.745.427/0001-98 Empresa com sede em Ivoti-RS. Quadro de sócios administradores: Gerda Margarida Junge. Site: <https://www.institutoivoti.com.br/>

#### **j. Educação e Ação (Rodrigues Ehlert & Cia Ltda)**

Presente em 3 municípios com parcerias na área de formação de professores. Não possui site oficial, apenas página no Facebook: <https://www.facebook.com/consultoriaeducacaoacao/>

CNPJ 28.114.183/0001-95. Empresa com sede em Giruá/RS. Quadro de Sócios: FÁTIMA ANISE RODRIGUES EHLERT e RICKSON EHLERT BAIRROS (Sócio-Administrador)

#### **k. Taise Agostini**

Presente em 3 municípios com parcerias na área de formação de professores. Profissional ministrante de palestras sobre o tema neuroaprendizagem. Ora contratado como pessoa física (CPF 006.485.860-06), ora como pessoa jurídica (Taise Agostini MEI, CNPJ 18.209.252/0001-90, ou Fernando Bianchim Colombo, CNPJ 29.870.023/0001-39). Fortemente atuante nas redes sociais. Site: <https://www.taiseagostini.com.br/home>

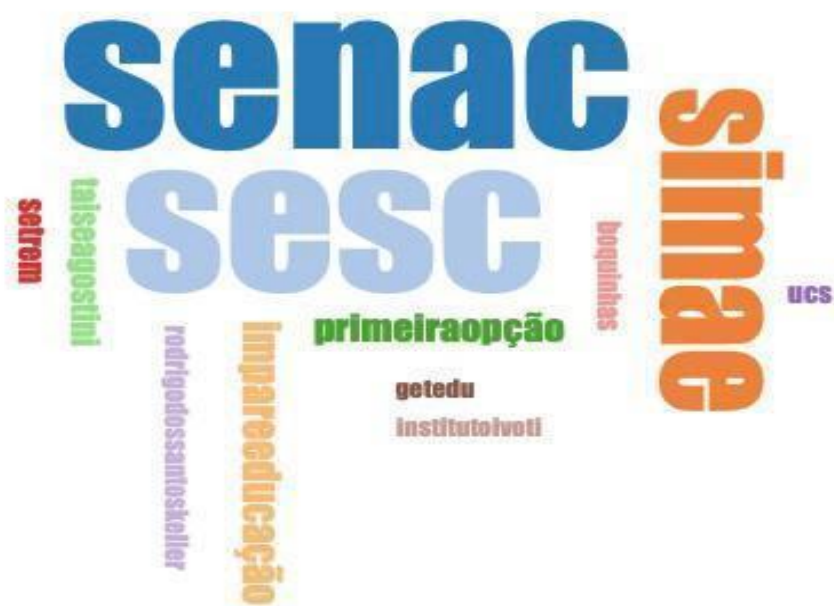
#### **l. Sistema S**

Dois sujeitos que tradicionalmente são mapeados por pesquisas sobre a relação público-privado na educação, o Serviço Social do Comércio (SESC-RS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RS) foram mapeados em diversos municípios em parcerias de formação de professores.

Tomando como referência os dados preliminares analisados até o presente momento, apresenta-se a seguir uma nuvem de palavras (também conhecida como nuvem de tags ou

texto), que é uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ela é usada para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados. Quanto mais vezes uma palavra-chave estiver presente em um conjunto de dados, maior e mais forte será a palavra-chave.

Figura 32 – Nuvem de palavras (formação de professores)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

#### 4.3 Material didático e sistemas apostilados<sup>14</sup>

Por material didático se entende o conjunto de materiais voltados a subsidiar o processo ensino, sendo que sistemas apostilados de ensino tem sido conceito usado para expressão o conjunto de tais materiais (Adrião *et al*, 2009) que, por vezes, acabam envolvendo vários materiais de complementação uns dos outros, na forma de livros didáticos para alunos, professores, etc (Freitag *et al.*, 1989).

No que se refere ao tratamento dos dados coletados da pesquisa sobre este eixo, foram identificados um total de 29 notícias publicadas entre os anos de 2017 e 2020 referentes a 24 municípios gaúchos que apontam elementos que se vinculam a materiais didáticos, entre os

<sup>14</sup> Esse item foi redigido sob responsabilidade dos pesquisadores abaixo elencados:

Drn. Daniela Oliveira Lopes, Universidade Federal de Pelotas, [danielalopesufpel@gmail.com](mailto:danielalopesufpel@gmail.com)

Drn. Gustavo Fabro de Azevedo, Universidade Federal de Pelotas, [gustavoazevedo22@gmail.com](mailto:gustavoazevedo22@gmail.com)

Dr<sup>a</sup> Susana Schneid Scherer, Universidade Federal de Pelotas, [susana\\_scherer@hotmail.com](mailto:susana_scherer@hotmail.com)

Drn. Vanessa Silva da Silva, Universidade Federal de Pelotas, [profevanessas@gmail.com](mailto:profevanessas@gmail.com)

Drn. Verônica Rodrigues de Lima, Universidade Federal de Pelotas, [superveronica90@gmail.com](mailto:superveronica90@gmail.com)

235 que fizeram parte do escopo da pesquisa, no que tange às PPPs de materiais didáticos nas redes de ensino.

Do tratamento dos dados, as instituições privadas identificadas que firmaram parcerias com as prefeituras do estado nestes municípios no que concerne o eixo material didático e sistemas apostilados foram as seguintes: Positivo; Escola da Inteligência Augusto Cury; Editora Moderna; Google; FTD Sistema de Ensino; Sesc; Alfa e Beto; SESCOOP; Cotribá e Syngenta; Editora Cassol; Klabin; Instituto Ayrton Senna; Árvore de livros - edtech; Centro de Idiomas Casca e Parai LTDA; e Senac.

#### **4. 3. 1 As PPPs no âmbito dos materiais didáticos e sistemas apostilados**

Material didático se refere a todo material diretamente incidente no processo educacional, seja por docentes ou discentes. Sistemas apostilados de ensino é um conceito que exprime um tipo de material “padronizado produzido para uso em situações de ensino condensando determinado volume de conteúdos curriculares compilados e organizados em textos, explicações e exercícios, distribuídos em blocos” (Adrião, Garcia, 2010, p. 01).

Adrião et al. (2009) identificaram como Sistemas Apostilados do ensino Privado a forma de produtos e serviços no campo da educação adquiridos por redes de ensino e pelas próprias escolas tais que:

Formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação externa e interna, entre as principais encontradas (Adrião et al., 2009, p. 806).

Pode-se perceber que tais produtos manifestam-se como sistemas privados de educação que difundem suas ideologias por dentro dos sistemas públicos de ensino, muitas vezes, com subsídios financeiros dos municípios mediados pelas PPPs.

#### **4. 3. 2 Resultados das PPPs sobre material didático nas redes de ensino do RS**

O primeiro passo foi a descrição dos resultados na planilha sobre o eixo. Assim, essa parte do trabalho apresenta a descrição de cada dado levantado.

Em Fortaleza dos Valos foram encontradas 2 notícias sobre PPPs, nas datas de 30/11/2017 e 23/03/2020. A primeira foi desenvolvida no dia 24/11 de 2017 pela COTRIBÁ e SYNGENTA e foi uma ação de projeto escola do campo, com vista à conscientização e preservação do meio ambiente, com alunos de escolas da rede municipal, com valor de recurso ou contrapartida não divulgados. A segunda consta que foi desenvolvida no dia

01/04/2020, em parceria com o SESCOOP com a promoção de ação chamada de COPREL na Escola, e visou ensinar noções de cidadania, cooperativismo, preservação do meio ambiente, uso eficiente da energia elétrica e cuidados com a eletricidade através da apresentação de uma peça teatral, a alunos de 1º a 6º anos do Ensino Fundamental.

No município de Mato Leitão a PPP identificada foi noticiada no dia 04/04/2017, tendo sido promovida pelo SESC com a ação Projeto Sorrindo para o Futuro, a fim da Formação de hábitos saudáveis, estimulando responsabilidade das crianças para com a higiene pessoal e entrega de material didático a escolas da rede municipal e estadual da cidade.

Outra atuação do SESC, em parceria neste caso com a ULBRA, aconteceu em Salvador das Missões foi identificada PPP, noticiada em 14/08/2020 e se voltou ao desenvolvimento de atividades Pedagógicas, Conteúdos escolares e a Produção de apostilas encadernadas para alunos dos anos iniciais e pré-escola da rede municipal, consideradas, conforme a notícia, como adequadas e cuidadosamente pensadas por cada professor.

A informação sobre PPP promovida em Vera Cruz trata de ação ocorrida no dia 05/07/2018, tendo sido noticiada no dia 06/07/18, sobre a certificação do Programa Qualifica VC voltado à capacitação em Ações Eficazes em Vendas e Negociação, promovida pelo SENAC, a fim de qualificar futuros profissionais para o mercado de trabalho, abrangendo 24 alunos formandos da rede municipal de ensino. Em fala da diretora do Senac, Daniela Laner, na notícia publicada, de que “o mercado de trabalho está cada dia mais restrito e quem busca algum diferencial certamente se destaca”, é ilustrado o viés de formação para o trabalho, para concorrer no mercado atual e se preparar para ele (Vera Cruz, 2018).

Já em União da Serra foi noticiado em 22/03/2019 a regulamentação da prestação de serviço do Centro De Idiomas Casca e Paraí Ltda Contrato de Prestação de Serviço para a aquisição de 28 jogos de materiais didáticos no valor unitário de R\$ 92,00 além do serviços profissionais de ensino, por 8 meses, para 3 turmas de crianças de 3 a 5 anos do município de União da Serra/RS, ao valor total de R\$10.320,00.

No município de Estrela, foram identificadas 04 notícias sobre PPP, todas ocorridas no ano de 2017, em parceria com a Escola de Inteligência Augusto Cury. Todas as notícias se referem a atividades que tiveram a duração de 01 dia e estão vinculadas diretamente a questões comportamentais dos alunos. Uma das notícias aponta que no dia 18/09/2017, na escola Municipal de Educação Fundamental Pinheiros, ocorreu uma mostra pedagógica e homenagem aos alunos, a qual contou com a palestra sobre a Escola de Inteligência Augusto Cury - a qual trata-se de um

[...] projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de promover, por meio da educação das emoções e da inteligência, a melhoria dos índices de aprendizagem, redução da indisciplina, aprimoramento das relações interpessoais e o aumento da participação da família na formação integral dos alunos (Schneider, 2017).

Na data de 07/06/2017, ainda no município de Estrela, é noticiado o desenvolvimento de uma etapa do programa de inteligência Augusto Cury, a abertura da Escola de Pais 2017, no ginásio do colégio Santo Antônio. Na ocasião, houve a palestra do psicanalista Jairo de Paula que falou para cerca de 500 pessoas - a maioria delas pais de alunos - sobre a relação entre sucesso e felicidade (Município de Estrela, 2017).

Cabe destacar a forma como o material didático é introduzido por meio do Programa Escola de Inteligência.

Para cada série foram elaborados livros, de acordo com a faixa etária, cujo conteúdo é transmitido pelos professores/aplicadores a partir dos treinamentos realizados. O foco não é somente o aluno, mas também o professor, no sentido de que tenha saúde emocional para o bom desempenho de suas funções (Município de Estrela, 2017).

No dia 21/09/2017 é relatada mais uma ação da Escola de Pais vinculado ao Programa de Inteligência Augusto Cury no município de Estrela. Essa ação ocorreu durante as atividades da semana farroupilha da escola Municipal de Ensino Fundamental Pedro Jorge Schmidt (Angeli, 2017).

A quarta notícia vinculada ao município de Estrela e ao Programa de Inteligência Augusto Cury ocorreu no dia 03/07/2017. A notícia informa sobre uma ação desenvolvida com alunos da Escola Municipal de Educação Infantil Paulo Freire. Na ação, conforme divulgado na notícia, foi baseada no livro “Ser Gentil e Bom”, e se constituiu na participação das crianças de dinâmicas que envolveram momentos de sensibilização para uma sociedade mais gentil (Município de Estrela, 2017).

Uma ação vinculada ao Projeto Escola de Inteligência Augusto Cury também foi identificada no município de Santa Clara do Sul. A PPP foi divulgada em uma notícia publicada no dia 18/04/2018, a qual tratou sobre o lançamento do projeto Escola de Inteligência no município que ocorreria naquele dia durante o 2º Encontro Literário. O lançamento previu uma explanação sobre todas as etapas do projeto e os benefícios aos participantes. Na ocasião, também estava prevista uma palestra denominada Sete Hábitos dos Pais Brilhantes (Governo Municipal de Santa Clara do Sul, 2018).

Um outro ator identificado na celebração de PPPs nos municípios do estado do RS foi a Google Education. Foram mapeadas parcerias com esse ente nos municípios de Teutônia e

Passo Fundo através de notícias divulgadas nos dias 16/12/2019 e 13/07/2020, respectivamente.

No município de Teutônia, foi realizada a compra de 90 chromebooks com intuito de incentivar a tecnologia como recurso pedagógico. Os recursos públicos utilizados na parceria tiveram o valor de R\$139.365,00. A compra do equipamento abrangeu 05 escolas da rede municipal (Schaeffer, 2019). A parceria firmada com a Google no município de Passo Fundo contemplou o uso da plataforma educacional Google for Education, a qual foi lançada no dia 13/07/2020 através de um canal do youtube (Prefeitura de Passo Fundo, 2020).

A notícia publicada pela prefeitura de General Câmara relata que a partir de 2018 o município utilizará em sua rede municipal um novo sistema de ensino, o Sistema de Ensino Aprende Brasil que é comercializado pelo Grupo Positivo, de acordo com a notícia o investimento foi de R\$ 160.000,00 e a prefeitura acredita que esse novo sistema irá “potencializar a qualidade do ensino mudando a realidade e melhorando o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)” (Prefeitura de General Câmara, 2018).

Já no município de Gravataí, o Sistema de Ensino Aprende Brasil do Grupo Positivo é utilizado desde 2014 para alunos do 1º ao 5º ano, contando com distribuição de livros didáticos, assessoria pedagógica, plataforma de aprendizagem e sistemas de avaliação e gestão (Prefeitura de Gravataí, 2020).

Em reportagem publicada na internet, no dia 11 de maio de 2019, pelo Jornal o Alto do Taquari foi relatado que o município Marques de Souza também passará a utilizar o Sistema de Ensino Aprende Brasil, comercializado pelo Grupo Positivo, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, de acordo com a notícia:

Além de ser uma plataforma virtual, o Aprende Brasil tem em seus programas livros didáticos para alunos e professores. É possível acessar o conteúdo educacional on-line para estudantes, familiares, professores, coordenadores e diretores através de senhas. Há também assessoria pedagógica com serviços de formação continuada para equipe técnico-pedagógica e docente (Jornal o Alto do Taquari, 2019).

Além disso, no final da notícia, o jornal relata que o Sistema Aprende Brasil já está presente em cidades gaúchas como Veranópolis, Carlos Barbosa, Quaraí, Sapiranga, entre outras.

O município de Maximiliano de Almeida, a partir de 2020, também passará a utilizar o Sistema Aprende Brasil, além disso, no ano de 2019, o município fez uma parceria com o Sicredi por meio do Programa União faz a Vida que, de acordo com a notícia publicada pelo Jornal Bom Dia, contribuiu muito para a formação dos professores e posteriormente na forma de repassar o conhecimento aos estudantes (Jornal Bom Dia, 2020).



A Prefeitura de Quaraí firmou uma parceria com o grupo Positivo e passará a utilizar o Sistema de Ensino Aprende Brasil e, também o aplicativo Play Kids, de acordo com a notícia publicada no site, um dos objetivos é estimular os alunos a manter o vínculo com o conhecimento (Prefeitura de Quaraí, 2020).

No município de Santa Bárbara do Sul o Sistema Aprende Brasil, do Grupo Positivo, está sendo utilizado desde 2017, de acordo com notícia no site da prefeitura do município, na quinta-feira dia 23 de fevereiro de 2017 ocorreu a formação para todos os professores, na qual os kits educacionais Aprende Brasil foram distribuídos e os profissionais puderam se inteirar ainda mais da nova metodologia de ensino (Prefeitura de Santa Bárbara do Sul, 2017).

Ademais dos municípios já citados, o município de Santo Expedito do Sul, a partir de 2019, também passará a utilizar o Sistema de Ensino Aprende Brasil, conforme a notícia publicada no site da prefeitura, a parceria com o Grupo Positivo vai garantir materiais didáticos para as turmas do ensino fundamental, além de formações para professores com assessoria e suplementos pedagógicos (Prefeitura de Santo Expedito do Sul, 2019).

Na leitura das notícias, percebeu-se que as prefeituras seguidamente relatam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>15</sup> (IDEB) e justificam a aquisição dos sistemas educacionais como ferramentas para melhoria deste índice. Então, para facilitar as análises, a tabela abaixo mostra os IDEB em 2017 e 2019, dos municípios de General Câmara, Gravataí, Marques de Souza, Maximiliano de Almeida, Quaraí, Santa Bárbara do Sul e Santo Expedito do Sul.

Tabela 03 - IDEB dos anos de 2017 e 2019 anos iniciais e anos finais.

Ano	Município	Ensino Fundamental	Nota	Posição no RS
2017	Chiapetta	Anos Iniciais	6,3	154 de 455
2017	Chiapetta	Anos Finais	3,7	256 de 455
2019	Chiapetta	Anos Iniciais	-	-

<sup>15</sup> O Ideb foi criado em 2007 e, em um só indicador, reúne os resultados de dois conceitos: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Para fazer essa medição o Ideb utiliza uma escala que vai de 0 a 10, esse índice também é importante condutor de políticas públicas em prol da qualidade da educação. De acordo com o MEC é a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica e, que tem estabelecido, como meta alcançar valores que correspondem a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), são realizadas a cada dois anos.

2019	Chiapetta	Anos Finais	6,3	184 de 428
2017	Estrela	Anos Iniciais	5,9	153 de 455
2017	Estrela	Anos Finais	5,3	44 de 455
2019	Estrela	Anos Iniciais	6,4	95 de 444
2019	Estrela	Anos Finais	5,1	78 de 428
2017	Fortaleza dos Valos	Anos Iniciais	6,9	25 de 455
2017	Fortaleza dos Valos	Anos Finais	5,3	44 de 455
2019	Fortaleza dos Valos	Anos Iniciais	5,4	257 de 444
2019	Fortaleza dos Valos	Anos Finais	4,8	115 de 428
2017	General Câmara	Anos Iniciais	5,1	418 de 455
2019	General Câmara	Anos Iniciais	5,3	394 de 444
2017	General Câmara	Anos Finais	3,48	445 de 458
2019	General Câmara	Anos Finais	3,74	417 de 428
2017	Gravataí	Anos Iniciais	5,46	350 de 455
2019	Gravataí	Anos Iniciais	5,71	313 de 444
2017	Gravataí	Anos Finais	4,04	391 de 458
2019	Gravataí	Anos Finais	4,44	323 de 428
2017	Ipê	Anos Iniciais	6,6	84 de 455
2017	Ipê	Anos Finais	4,9	90 de 455
2019	Ipê	Anos Iniciais	7,3	12 de 444
2019	Ipê	Anos Finais	5,4	49 de 428
2017	Marques de Souza	Anos Iniciais	6,4	75 de 455
2017	Marques de Souza	Anos Finais	5,3	44 de 455
2019	Marques de Souza	Anos Iniciais	6	158 de 444
2019	Marques de Souza	Anos Finais	6	7 de 428

2017	Marques de Souza	Anos Iniciais	6,53	116 de 455
2019	Marques de Souza	Anos Iniciais	6,13	237 de 444
2017	Marques de Souza	Anos Finais	5,39	67 de 458
2019	Marques de Souza	Anos Finais	6,17	4 de 428
2017	Mato Leitão	Anos Iniciais	6,8	33 de 455
2017	Mato Leitão	Anos Finais	4,5	242 de 455
2019	Mato Leitão	Anos Iniciais	6,3	113 de 444
2019	Mato Leitão	Anos Finais	5,7	26 de 428
2017	Maximiliano de Almeida	Anos Iniciais	6,12	214 de 455
2019	Maximiliano de Almeida	Anos Iniciais	6,39	186 de 444
2017	Maximiliano de Almeida	Anos Finais	5,63	33 de 458
2019	Maximiliano de Almeida	Anos Finais	4,55	291 de 458
2017	Nonoai	Anos Iniciais	6,8	33 de 455
2017	Nonoai	Anos Finais	5,2	56 de 455
2019	Nonoai	Anos Iniciais	6	158 de 444
2019	Nonoai	Anos Finais	5,3	94 de 428
2017	Passo Fundo	Anos Iniciais	5,6	191 de 455
2017	Passo Fundo	Anos Finais	4,3	185 de 455
2019	Passo Fundo	Anos Iniciais	5,8	194 de 444
2019	Passo Fundo	Anos Finais	4,5	158 de 428
2017	Quaraí	Anos Iniciais	5,73	289 de 455
2019	Quaraí	Anos Iniciais	5,98	266 de 444
2017	Quaraí	Anos Finais	4,39	301 de 458
2019	Quaraí	Anos Finais	4,57	282 de 428
2017	Salvador das Missões	Anos Iniciais	7,1	25 de 455

2017	Salvador das Missões	Anos Finais	4,6	219 de 455
2019	Salvador das Missões	Anos Iniciais	6,7	97 de 444
2019	Salvador das Missões	Anos Finais	5	145 de 428
2017	Santa Bárbara do Sul	Anos Iniciais	5,78	276 de 455
2019	Santa Bárbara do Sul	Anos Iniciais	5,75	310 de 444
2017	Santa Bárbara do Sul	Anos Finais	4,7	229 de 458
2019	Santa Bárbara do Sul	Anos Finais	4,22	363 de 428
2017	Santa Clara do Sul	Anos Iniciais	6,5	108 de 455
2017	Santa Clara do Sul	Anos Finais	4,7	198 de 455
2019	Santa Clara do Sul	Anos Iniciais	6,2	183 de 444
2019	Santa Clara do Sul	Anos Finais	4,8	182 de 428
2017	Santo Ângelo	Anos Iniciais	5,5	209 de 455
2017	Santo Ângelo	Anos Finais	4,3	185 de 455
2019	Santo Ângelo	Anos Iniciais	5,4	257 de 444
2019	Santo Ângelo	Anos Finais	4,5	158 de 428
2017	Santo Expedito do Sul	Anos Iniciais	6,8	61 de 455
2019	Santo Expedito do Sul	Anos Iniciais	6,75	80 de 444
2009	Santo Expedito do Sul	Anos Finais	5,74	3 de 446
2019	Santo Expedito do Sul	Anos Finais	5,56	44 de 428
2017	São Leopoldo	Anos Iniciais	5,34	377 de 455
2019	São Leopoldo	Anos Iniciais	5,39	384 de 444
2017	São Leopoldo	Anos Finais	4,2	359 de 458
2019	São Leopoldo	Anos Finais	4,23	361 de 428
2019	São Martinho	Anos Finais	5,25	118 de 428
2017	Tapejara	Anos Iniciais	6,52	118 de 455

2019	Tapejara	Anos Iniciais	6,52	132 de 444
2017	Tapejara	Anos Finais	4,81	205 de 458
2019	Tapejara	Anos Finais	5,01	180 de 428
2017	Teutônia	Anos Iniciais	6,31	162 de 455
2019	Teutônia	Anos Iniciais	6,65	106 de 444
2017	Teutônia	Anos Finais	4,86	193 de 458
2019	Teutônia	Anos Finais	5,51	58 de 428
2017	Tio Hugo	Anos Iniciais	6,86	50 de 455
2019	Tio Hugo	Anos Iniciais	6,22	215 de 444
2017	Tio Hugo	Anos Finais	4,61	251 de 458
2019	Tio Hugo	Anos Finais	4,8	225 de 428
2017	Tramandaí	Anos Iniciais	5,47	349 de 455
2019	Tramandaí	Anos Iniciais	5,64	341 de 444
2017	Tramandaí	Anos Finais	4,53	271 de 458
2019	Tramandaí	Anos Finais	4,75	237 de 428
2017	União da Serra	Anos Iniciais	-	-
2019	União da Serra	Anos Iniciais	-	-
2017	União da Serra	Anos Finais	-	-
2019	União da Serra	Anos Finais	-	-
2017	Vera Cruz	Anos Iniciais	6,49	124 de 455
2019	Vera Cruz	Anos Iniciais	6,54	125 de 444
2017	Vera Cruz	Anos Finais	4,66	236 de 458
2019	Vera Cruz	Anos Finais	4,56	285 de 428

Fonte: Seja Alguém (Disponível em <https://www.sejalguem.com/ideb-cidades>)

Na Tabela 03, acima apresentada, os itens com preenchimento em vermelho significam que o IDEB em 2019 diminuiu em relação à 2017, já os itens com preenchimento em verde indicam que o IDEB aumentou em 2019 em relação à 2017.

Fazendo-se uma análise rápida da Tabela 1 pode se perceber que a aquisição de um sistema de ensino não é garantia de um aumento do IDEB, visto que nos municípios de Marques de Souza, Maximiliano de Almeida e Santa Bárbara do Sul os índices de 2019 foram menores que os de 2017.

A notícia do Município de Caibaté trata de inexigibilidade, que regulamenta contratações que não se aplicam como PPP. Sobre o caso de Saldanha Marinho, não foi mais possível encontrar a notícia.

No município de Santo Ângelo foi encontrada uma PPP entre a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMEd) e a Editora Cassol, datada de 17 de junho de 2019. O projeto “Deixa que eu conto”, com ênfase literária e de educação financeira, teve como objetivo estimular a leitura nas escolas da rede pública do município e promover uma iniciação ao empreendedorismo. Foram atendidos 640 estudantes de 18 escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Segundo a coordenadora dos projetos de leitura da SMEd, Jussara Graffunder, o projeto abarca a

[...] distribuição de um cofrinho e uma tabela de valores para ser colorida, onde o aluno irá indicar a moeda depositada diariamente, durante 90 dias. Seguindo os valores da tabela, o aluno poderá reunir no período entre R\$38 e R\$60, o que daria direito a um livro de literatura infantil, ou dois se optar pode guardar os R\$60 (Graffunder, 2019).

Cabe destacar que, para além da ação direta com os estudantes, o Secretário de Educação, Valdemir Roepke, anunciou, no dia 24 de setembro de 2019, na sessão de autógrafos da escritora Léia Cassol e entrega dos livros comprados pelos estudantes, que no dia 25 de setembro a escritora participaria de uma formação de professores.

Na cidade de São Leopoldo, mapeou-se duas notícias vinculadas a existências de PPP, a primeira em 15/02/2019 acerca do Projeto Crescer Lendo e a segunda em 22 de março de 2019, que foi a entrega do Cantinho da Leitura.

O Projeto Crescer Lendo, iniciativa da empresa Klabin em cooperação com o Instituto Avisa Lá e a ONG *United Way* Brasil, realizou a entrega de acervos literários por meio da distribuição de 450 livros para duas escolas de Ensino Fundamental da rede municipal. O objetivo foi o de ampliar e estimular o acesso à leitura tendo como foco crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, a reestruturação de espaços de leitura, bem como promover a

proximidade com a comunidade escolar local através da realização de oficinas e ações conscientizadoras.

Outro aspecto destacado pela notícia é que há intencionalidade em expandir o projeto para outras instituições educacionais do município e de dar continuidade a formação de professoras e professores que já vinha ocorrendo com as capacitações ofertadas pela Avisa Lá e United Way Brasil.

A PPP entre o município de São Leopoldo através da Secretaria Municipal de Educação com a empresa Klabin teve continuidade com a entrega de Cantinhos da Leitura para as escolas municipais Zaira Hauschild e Rui Barbosa na data do dia 21 de março de 2019. De acordo com as informações veiculadas na notícia, pretendia-se ampliar a reestruturação de outros espaços de leitura direcionadas às crianças e suas famílias, assim como promover a formação de professoras e professores da rede. Além disso, a iniciativa investiu cerca de 8 mil reais beneficiando 380 educandos da Educação Infantil.

O Gerente da Unidade da Klabin de São Leopoldo, à época, Marcos Castilhos destacou o compromisso da empresa com a sociedade e a comunidade, assim como reforçou que a Klabin “é uma empresa de 120 anos que tem por missão manter vivo o envolvimento com a comunidade. Financiar este projeto é apostar no poder transformador da leitura” (Castilhos, 2019).

A PPP encontrada na cidade de Tio Hugo trata-se de um projeto denominado de Letramento em Programação promovido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Instituto Ayrton Senna sendo executado através da Universidade IMED, com 19 alunos do 6º ano de duas escolas, com duração de aproximadamente seis meses de aula, em turno inverso. O intuito da ação foi “a inserção dos alunos no universo digital utilizando ferramentas gratuitas de programação computacional” desenvolvendo assim, segundo a notícia, competências cognitivas e socioemocionais fundamentais para a vida no século XXI. A culminância se deu em 4 de abril de 2019, data em que os estudantes apresentaram para a comunidade os projetos desenvolvidos ao longo do período.

A notícia veiculada pela Prefeitura Municipal de Tramandaí, em sua mídia social Facebook, na data de 27 de maio de 2020 divulga a parceria por meio de plataforma digital com a Árvore de Livros, que de acordo com as informações divulgadas

[...] é uma edtech nacional, lançada em 2014, cujo propósito é transformar a educação no Brasil por meio da formação de novos leitores. A plataforma possui parceria com mais de 600 editoras e mantém mais de 30 mil títulos diferentes disponíveis, entre livros, jornais e revistas do mundo todo. Além disso, a Árvore de Livros também oferece apoio pedagógico aos educadores, relatórios que possibilitam acompanhar de perto a leitura de cada aluno, projetos que estimulam o

O público alvo foi cerca de 5 mil alunos do Ensino Fundamental e professores das escolas municipais. A iniciativa possibilitou acesso gratuito à plataforma de leitura digital durante 5 meses com conteúdos alinhados à BNCC, bem como acesso a ferramentas pedagógicas para professores. A plataforma conta com outras funcionalidades como, por exemplo, a Liga de Leitores, que consiste em um campeonato de leitura a nível nacional. Conforme relatado, os educandos que fazem uso da plataforma expressam um nível de leitura acima da média nacional.

Com relação ao município de Ipê, foi possível observar a notícia de uma PPP, veiculada no site da prefeitura em 16/05/2019, sobre a aquisição através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de kits de apoio didático pela Editora Moderna nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, para estudantes do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental, cujo objetivo é o de melhores resultados no IDEB. Na oportunidade em que a parceria foi firmada em contrato, no dia 11/04/2019 pelo valor de R\$ 61.740,00, o prefeito municipal era o senhor Valério Ernesto Macon do PP- Partido Progressista, que esteve na gestão de Ipê, por dois mandatos consecutivos- de 2013/2016 e de 2017/2020. Vale dizer que Ipê é a Capital nacional da agricultura ecológica, o município tem aproximadamente 5 mil habitantes e PIB *per capita* de R\$28.787,99, segundo dados de 2020.

Também é possível observar notícia de parceria, publicada em 11/06/2019 no site do município de Tapejara, a matéria destaca aquisição de materiais didáticos para educação infantil e ensino fundamental, provenientes da Editora Moderna. O contrato foi assinado em 25/04/2019 no valor de R\$212.850,00 pelo prefeito Vilmar Merotto do Partido Progressista, cujo mandato foi no período 2017/2020, com a intenção de melhorar o IDEB da rede municipal de ensino.

Já o município de Chiapetta, veiculou notícia no dia 03/03/2020, sobre parceria firmada com a Editora FTD através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para aquisição de kits do Sistema de Ensino SIM, os quais são compostos por apostilas, livros de literatura e diários para os estudantes do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental, com intenção de ampliação nos próximos anos para todo Ensino Fundamental, visto que é uma iniciativa que o município vem adotando nos últimos anos, de implantação gradativa do Sistema de Ensino na rede municipal, cujo objetivo de acordo com a matéria disponível no site da prefeitura, é preparar os estudantes, para que obtenham melhores resultados nas avaliações que compõem o IDEB. Na ocasião da assinatura do contrato, no dia 23.01.2020 cujo valor foi



de R\$59.716,00, o prefeito era o senhor Eder Luis Both do Partido Progressista, cujo mandato foi exercido no período de 2017 até 2020.

Outro município que foi possível observar parceria firmada com a Editora FTD é Nonoai, cuja notícia foi divulgada no site da prefeitura municipal em 16/03/2018, sobre a apresentação aos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental do novo material didático adquirido- Sistema de Ensino SIM, que será disponibilizado aos estudantes dessa etapa da escolarização. O contrato assinado em 09/02/2018, no valor de R\$37.200,00, contempla a aquisição dos Kits que foram disponibilizados para os estudantes de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, naquele ano letivo. Foi possível observar que o município de Nonoai realizou a adesão gradual ao sistema de ensino mencionado, pois há contratos anuais com a editora. Nesta oportunidade, em 2018, o prefeito municipal era o senhor Edilson Pompeu da Silva do Partido Progressista, cujo mandato foi no período de 2017/2020.

#### **4. 3. 3 Análises sobre os dados das PPPs de material didático**

Após a descrição das ações, realizou-se o tratamento analítico das colunas da planilha de dados, sobretudo, das ações e objetivos, os quais foram vinculados aos entes promotores e categorizados quanto às lógicas promovidas, conforme sistematização elaborada no quadro 2.

Tabela 04 – Sistematização categorial das lógicas nas PPPs de material didático.

Temática da Parceria	Ente Privado Promotor	Municípios de Abrangência
a) Educação Financeira e Empreendedora	Editora Cassol SENAC	Santo Ângelo Vera Cruz
b) Educação Socioeducacional	Escola de Inteligência Augusto Cury Ayrton Senna	Estrela; Santa Clara do Sul; Tio Hugo
c) Disponibilização de dispositivos eletrônicos	Google	Teutônia
d) Plataformas Digitais de serviços didáticos	Google Árvore de Livros	Passo Fundo; Tramandaí
e) Sistemas de Ensino (apostilamento)	Grupo Positivo - Aprende Brasil; Editora Moderna Editora FTD SESC	General Câmara, Gravataí, Marques de Souza, Maximiliano de Almeida, Quaraí, Santa Bárbara do Sul e Santo Expedito do Sul  Ipê e Tapejara;  Nonoai e Chiapetta;  Salvador das Missões
f) Outras Lógicas e Propostas Didáticas	Klabin, Cotribá e Syngenta e SESCOOP (educação ambiental);  SESC (hábitos saudáveis)  Centro de idiomas	São Leopoldo, Fortaleza dos Valos  Mato Leitão  União da Serra

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

#### a) Educação Financeira e empreendedora

As PPPs constituem-se como potencializadoras da lógica mercantil nos espaços escolares, sobretudo, em materiais didáticos e sistemas de ensino.

A educação brasileira na última década intensificou as estratégias de educação financeira e empreendedora para ratificar a mentalidade empresarial nas instituições, desde a educação básica até o ensino superior, a partir de políticas educacionais e de programas e/ou projetos elaborados e desenvolvidos por instituições do Terceiro Setor, do Sistema S, assim como por empresas e fundações privadas (Alves, Klaus, Loureira, 2021). Pode-se dizer que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, expressou a culminância, enquanto orientação obrigatória para toda a educação básica nacional, do Ensino Fundamental ao Médio, com possibilidades de explorar aspectos econômicos, bem como socioculturais, políticos e psicológicos que envolvam os temas do consumo, trabalho e dinheiro, com vista a alinhar a educação ao mercado do século XXI. Para tal

A escola, como espaço que mais precocemente socializa e subjetiva a todos, torna-se um espaço potente para a disseminação de uma subjetividade empreendedora. Assim, torna-se cada vez mais comum a adoção de programas e projetos elaborados e mantidos por empresas privadas e organizações do terceiro setor, voltados para a implantação e o desenvolvimento da pedagogia empreendedora em escolas de educação básica (Alves, Klaus, Loureira, 2021, p. 9).

É nesse contexto que se reconhecem as duas PPPs que constituem esta categoria de educação financeira e empreendedora.

A PPP no município de Santo Ângelo com a Editora Cassol diz que se tratou, segundo a notícia, de uma forma de promover uma iniciação ao empreendedorismo através da distribuição de um cofrinho e uma tabela de valores para ser colorida, com a intenção de guardar dinheiro diariamente para a aquisição de um bem vendido pela própria editora. Sendo o sistema educativo um dos meios de internalização do capitalismo, a inclusão de uma pedagogia voltada à educação financeira no currículo escolar obrigatório é um movimento de transmissão e fortalecimento da ideologia neoliberal, constituindo-se como parte orgânica da vida social, visto que as instituições educativas formais são certamente uma parte importante do sistema de internalização global.

No caso da PPP promovida pelo SENAC é patente o objetivo de formar os estudantes na educação básica para serem profissionais empreendedores para o universo atualmente competitivo do trabalho, através do curso de Ações Eficazes em Vendas e Negociação. Ao visitar o site do SENAC-RS, observa-se vários cursos, como Livres, que são apresentados

como cursos para rápida inserção em trabalho, até ao Ensino Médio,Técnico, Graduação, extensão, idiomas, Educação à distância (EAD) e de Pós-Graduação.

Em estudo de Alves, Klaus e Loureira (2021, p. 11) foi identificado o ideal de educação empreendedora em atores do Sistema S, como o SEBRAE, e no qual o SENAC se encaixa, mas também foram identificados outros atores, tais que:

Entre mantenedores e apoiadores do Movimento Todos pela Educação, percebem-se alguns projetos e ações no sentido de disseminar a cultura do empreendedorismo na Educação Básica. Entre eles, podemos citar: a Fundação Telefônica Vivo, com o Programa “Pense Grande”; o Instituto Natura em parceria com a Fundação Telefônica Vivo e o Laboratório de Inovação Educacional (LABI), que juntos desenvolvem o Programa “Inova Escola: Práticas para quem quer inovar na educação”; a Fundação La Caixa, com o Programa “Jovens empreendedores”; e a Fundação Educar DPaschoal, com o Programa “Academia Educar”.

É preciso se dizer que, considerando a divisão do trabalho no capitalismo e a formação escolarizada do trabalhador de forma especializada e unilateral tratando a educação como fonte de conhecimentos parciais para satisfazer as necessidades de crescimento do capital, o enfoque de uma educação financeira pautada dentro da lógica neoliberal evidencia uma sobreposição da lógica de qualidade total sob a de qualidade social da educação pública. Este modelo educacional aponta para um cenário mercantil para dentro dos currículos escolares que aumenta a distância de um pensamento crítico sobre as estruturas que fundamentam o campo da economia, bem como os atravessamentos sociais e políticos que são fundamentais para a compreensão do educando sobre o sistema econômico em que está inserido.

#### b) Educação Socioeducacional

Sobre essa categoria observou-se que formar pessoas e moldar comportamentos no âmbito da fase capitalista neoliberal tem sido uma prática recorrente. No neoliberalismo, o mercado se abre para outras possibilidades para além da venda de produtos físicos.

As parcerias voltadas à Educação Socioeducacional estão situadas no âmbito da Escola de Inteligência Augusto Cury ocorridas nos municípios de Estrela e Santa Clara do Sul. Em Estrela são identificadas um total de 4 ações: duas vinculadas à Escola de Pais do Programa Escola de Inteligência Augusto Cury, uma outra ação que correspondeu a uma palestra sobre o Programa e ainda uma atividade em que as crianças eram estimuladas a serem gentis. Já no município de Santa Clara do Sul, a ação identificada é o lançamento do programa no município com palestra voltada aos pais - denominada Sete Hábitos dos Pais Brilhantes.

As ações do Programa Escola de Inteligência Augusto Cury não focam apenas no público das escolas. O Programa busca ir mais longe ao incluir os pais como integrantes do público-alvo contemplados no escopo do programa. As ações da Escola de Pais são um exemplo disso, além do exemplo da palestra Sete Hábitos de Pais Brilhantes. É importante destacar que o programa procura desenvolver mais de 50 habilidades socioemocionais, tais como: criatividade, autoestima, gerenciamento de emoções, autocontrole e resiliência, e tem como foco quatro nichos no âmbito da educação: a escola, a família, o estudante e o professor a partir da oferta de produtos e serviços específicos para cada um desses grupos (Escola de Inteligência, 2023).

A PPP voltada à Educação Socioemocional na cidade de Tio Hugo é uma parceria entre a prefeitura, Universidade IME e o Instituto Ayrton Senna. A proposta de LETRAMENTO EM PROGRAMAÇÃO foi identificada em pesquisa anterior (Scherer, Nascimento e Cóssio, 2020). Segundo site do Instituto Ayrton Senna (2023) o programa visa desenvolver habilidades e promover uma educação completa por meio do pensamento computacional e de linguagens de programação. O instituto entende que tal proposta amplia o engajamento dos estudantes no mundo digital com ferramentas gratuitas de programação por meio de parcerias com instituições de ensino superior.

O programa atua na formação continuada de professores, disponibilizando materiais informativos sobre cada macrocompetência, além de atividades prontas para a aplicação com os estudantes. Quanto aos educandos, ao criarem projetos, estes desenvolvem habilidades cognitivas e socioemocionais essenciais para a vida do século 21. Sua metodologia se ancora em 5 macro competências socioemocionais que se sustentam em micro competências: Autogestão (Determinação, Organização, Foco, Persistência, Responsabilidade), Engajamento com os outros (Iniciativa Social, Assertividade e Entusiasmo), Amabilidade (Empatia, Respeito e Confiança), Resiliência Emocional (Tolerância ao Estresse, Autoconfiança, Tolerância à frustração) e Abertura ao Novo (Curiosidade para Aprender, Imaginação Criativa e Interesse Artístico. Essas macrocompetências incidem no Desempenho Escolar, no Pertencimento Escolar, na Violência Escolar, no Bullying, no Bem-Estar e na Saúde Mental, temas relacionados às Competências e habilidades socioemocionais da BNCC.

Ressalta-se que a Escola, enquanto instituição formadora de sujeitos tem em sua gênese o potencial promotor de habilidades socioemocionais, contudo a visão neoliberal destas recorrem para o treino individual em detrimento de um processo sócio político coletivo. Se antes a escola era vista "como a mais importante instituição capaz de moldar disciplinarmente os indivíduos que ela toma para si" (Veiga-Neto, 2008, p. 145), como uma

forma de controle de corpos, no viés do novo trabalhador do século XXI, esta passa a desenvolver o papel de controlar não apenas os pensamentos, mas também as emoções, vindo de encontro com qualquer pensamento emancipatório de educação que busca uma qualidade social.

#### c) Disponibilização de dispositivos eletrônicos

A escola, com certeza, se constitui como um nicho de mercado bastante promissor. Tal nicho tem necessidade de produtos para o seu funcionamento, os quais vão desde itens alimentícios para disponibilizar a merenda dos alunos até itens vinculados à área tecnológica. A área de atuação do mercado, quando o cliente principal é a escola, é bastante ampla. E esse fato não passa despercebido pelas grandes empresas que veem na escola uma gama de oportunidades para a expansão de seus negócios e, conseqüentemente, de seus lucros.

A Google está presente na educação pública através do seu sistema operacional - Chrome OS - instalado em notebooks vendidos às escolas da rede municipal do estado do RS. Tais dispositivos são denominados Chromebooks e sua venda foi identificada em uma parceria firmada no município de Teutônia em 2019 que adquiriu 90 chromebooks a fim de incentivar a tecnologia como recurso pedagógico.

Ainda que não seja possível aferir a incisão deste equipamento no processo educacional nos dados da notícia que o apresenta, nota-se que se trata de um sistema operacional próprio da Google, o pacote Google Education, que promove um sistema de ensino digital.

#### d) Plataformas Digitais

A Google também encontrou espaço para a ampliação de seu mercado através da oferta de formação nas escolas para o uso de sua plataforma Google for Education. Um exemplo dessa parceria foi encontrado no município de Passo Fundo em que a plataforma foi adotada como uma ferramenta para o desenvolvimento de atividades escolares na rede de ensino (Prefeitura de Passo Fundo, 2020).

No âmbito das plataformas digitais a Árvore de Livros, edtech nacional, parceira com mais de 600 editoras, estabelece PPP com diversos entes educacionais, públicos e privados. A PPP com a Prefeitura Municipal de Tramandaí foi de grande relevância numérica, visto que abarcou 5 mil alunos do Ensino Fundamental e professores das escolas municipais. A ênfase utilizada pela plataforma para justificar sua parceria com as instituições públicas e que, segundo site próprio, apenas 5% dos estudantes brasileiros possuem alto desempenho em

leitura. Como impacto na rede pública, este dado traz o exemplo de uma rede municipal do estado de São Paulo onde a PPP teria gerado a significativa média de 17 livros ano por aluno. Além da plataforma com mais de 50 mil livros em português e inglês disponíveis offline e com gamificação, a plataforma atua com formação docente e consultoria pedagógica, com materiais didáticos alinhados à BNCC, promovendo a melhoria nos índices nacionais como, por exemplo, o SAEB. Tudo isso amparado pelo uso de Monitoramento de Dados de forma automática, garantindo acesso a relatórios de dados de leitura de cada turma e escola de forma automática pelos gestores, sendo assim, conforme slogan próprio a solução que a sua rede precisa (Árvore, 2023).

#### d) Sistemas de Ensino

Em seu surgimento na década de 1970, o sistema de ensino pode ser considerado um modelo educacional. Diferentemente do que algumas pessoas imaginam, ele vai além de livros didáticos, acompanhando os novos tempos, inclusive, com ferramentas digitais. É importante destacar que um modelo ou sistema de ensino pode englobar todos os setores de uma rede, assim como da prática pedagógica (como currículo, livros didáticos, sistemas de avaliação) etc (Adrião et al., 2008; 2009), de modo que sua abordagem e ferramentas podem contribuir não somente para o aspecto pedagógico, como também para a gestão, marketing, serviços administrativos e até a formação continuada dos professores.

Assim sendo, os sistemas de ensino podem ser compreendidos como modelos educacionais que, de forma abrangente, visam o atendimento de necessidades escolares gerais. É preciso se considerar que a Lei 9.394/96 (LDBEN), com base na pauta da descentralização do Estado brasileiro, em seu Art. 8º prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino estaduais, municipais, e federais, onde diferentes formas podem ser adotadas e promovidas para isso. Como já dito, há diferentes tipos de sistema de ensino, alguns oferecem suporte contínuo, outros não, há alguns sistemas mais direcionados para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes alinhados à formação cognitiva, enquanto outros priorizam uma abordagem voltada à excelência acadêmica e preparação para testes como os vestibulares.

Importante também destacar que um sistema de ensino pode ter grande influência no modelo de educação oferecido pelas escolas, sendo que cada solução dispõe de abordagens pedagógicas específicas, mas todas devem seguir a LDBEN/1996.

Por isso se compreende como instigantes as formas didáticas dos sistemas de ensino promovidos pelos atores privados e suas ações no liame das PPPs.

O Aprende Brasil é um sistema de ensino, promovido pelo Grupo Positivo, talvez um dos entes mais expressivos neste tipo de serviço, oferece soluções para redes de ensino e possui Livros Didáticos Digitais Integrados, Assessoria Pedagógica, Aprende Brasil On e os Sistemas Hábile (sistema de avaliação) e simeB (ferramenta de gestão e Suplementos Pedagógicos). O Hábile é um produto pedagógico da Editora Positivo para a avaliação educacional de aprendizagem em larga escala.

O Sistema Aprende Brasil foi implantado na Rede Pública Municipal de Educação de Gravataí em 2014. O sistema prevê uma série de práticas e materiais que, segundo a coordenadora representante da editora, serão para “[...] a metodologia utilizada pelas escolas que aderiram ao programa, representando uma mudança na forma de ensino dos estudantes” (Pereira, 2019)

O Sistema Aprende Brasil traz em seu kit de trabalho: a assessoria pedagógica, as apostilas bimestrais, a formação continuada para os professores e membros da SMED, o portal digital para professores e alunos, a avaliação externa “Hábile” (avaliação essa que a supervisão escolar aplica e empacota, segundo o manual, e manda para a secretaria, a qual envia para Curitiba, onde é a sede da editora responsável pelo sistema e que fará a correção) (Pereira, 2019).

A justificativa da gestão pública para adotar o sistema é que havia necessidade de qualificar o ensino e melhorar os índices do IDEB do município. Assim, era o discurso, em entrevista, que a Secretária de Educação justifica, a respeito do sistema (Beltrame, 2014).

Na atuação do SESC, em parceria com a ULBRA, em Salvador das Missões (2020), por exemplo, é dito que a Secretaria Municipal tem realizado ações em busca de alternativas para uma educação de qualidade a todos e oferta de atividades não presenciais adequadas ao contexto da pandemia. São apresentados elementos que ilustram um movimento de desenvolvimento de um sistema de ensino o qual implica no processo pedagógico, com o fim de melhorar a qualidade educativa através da padronização e do apostilamento, por meio da: implantação do sistema informático municipal (SIM) escolar nas séries finais do ensino fundamental, que disponibiliza meios de oferta de atividades pedagógicas, conteúdos escolares, interação entre professores e alunos, em um portal na web; cessão de uso de notebooks para alunos que não possuem meios digitais para acompanhar as atividades não presenciais postadas no sistema; produção de apostilas encadernadas para alunos dos anos iniciais e pré-escola, com atividades pedagógicas adequadas e cuidadosamente pensadas por cada professor; formação docente para os professores e monitores.



De tal modo, a partir da análise das notícias sobre as PPPs encaixadas na lógica dos sistemas de ensino vê-se que propõem o desenvolvimento de materiais apostilados, padronizáveis, em certas vezes, para serem balizados em avaliações externas e em larga escala como forma de medir a qualidade educacional.

A Editora Moderna é uma das mais importantes e influentes editoras brasileiras, desempenhando um papel significativo no cenário editorial do país. Fundada em 1968, por três professores de cursos pré-vestibulares, naquela ocasião focada na produção de livros de química. A Editora Moderna vem desempenhando um papel significativo no cenário editorial do país.

No ano de 2001, o mundo editorial brasileiro testemunhou uma significativa mudança com a aquisição da renomada Editora Moderna pela renomada multinacional espanhola Santillana, braço editorial do grupo espanhol Promotora de Informação Sociedade Anônima (Prisa), grupo de capital aberto com atuação em países de língua espanhola e portuguesa.

Essa fusão ressalta a dinâmica do mercado, no universo educacional, pois a Santillana, é uma empresa internacional com presença global no setor editorial, conhecida por seu foco na produção de conteúdos educativos, sendo um passo estratégico que visou impactar o cenário editorial/educacional do país.

É importante destacar que nessa negociação a Santillana, adquiriu além dos sistemas de ensino, vendidos para escolas privadas, uma das principais fornecedoras de livros didáticos para escolas públicas brasileiras por meio do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), sendo conhecida por sua extensa produção de livros didáticos, abrangendo desde o ensino fundamental até o ensino médio. Seus materiais são amplamente adotados por escolas em todo o Brasil. Além dos livros didáticos, a Editora Moderna também tem presença no mercado de literatura infantojuvenil e na produção de materiais paradidáticos.

O Grupo Santillana também controla a Editora Salamandra e a Richmond, esta última com sede no Reino Unido, produtora de materiais para o ensino de língua inglesa. A Santillana Español é mais uma das editoras do grupo. Em 2005, o Grupo adquiriu a maior parte das ações de uma tradicional editora brasileira, a Objetiva. Também integra o grupo Prisa a empresa Avalia Assessoria Educacional, que atua, desde 2005, em redes públicas e escolas privadas assessorando na implantação sistemática de avaliações de desempenho.

A Editora Moderna possui dois produtos comercializados para as prefeituras, um deles é o SET Brasil, produzido pela Soluções Moderna, o qual oferece “soluções educacionais transformadoras” que podem ser adotados pelos municípios para a educação infantil e também para o ensino fundamental, inclusive língua inglesa, tudo alinhado a BNCC. A

Soluções Moderna, é responsável pelos materiais elaborados para serem oferecidos para as redes públicas de ensino, e inclui além dos livros didáticos, a oferta de: ambiente digital com objetos educacionais, livros digitais e planejador virtual de aulas, formação docente, assessoria pedagógica, além do Avalia Educacional, que é um programa de avaliações sistemáticas ao longo do ano letivo que visa preparar o estudante para as avaliações externas; o outro produto é o Projeto Aprova Brasil, voltado essencialmente para melhorar o desempenho dos estudantes e obter melhores resultados no IDEB, sendo composto por atividades complementares elaboradas a partir da matriz do SAEB e simulados os quais visam treinar os estudantes para as avaliações externas, assim como plataforma digital que permite ao docente monitoramento dos resultados dos alunos; sendo vendidos para as prefeituras, justamente sob esse argumento.

Outra grande empresa, é a Editora FTD, Fundação Torino de Distribuição, sendo uma das editoras mais antigas e respeitadas no cenário editorial brasileiro, com uma trajetória que remonta ao início do século XX.

A história da Editora FTD começou em 1902, quando foi fundada por Donato Mestriner na cidade de Turim, na Itália. Inicialmente chamada de Società Editrice Internazionale, a empresa começou a sua atuação no Brasil em 1911, quando Donato Mestriner se estabeleceu em São Paulo. No ano seguinte, em 1912, a editora adotou o nome FTD, mantendo as iniciais do fundador.

Durante as décadas de 1940 a 1970, a FTD consolidou sua presença no mercado brasileiro, tornando-se uma referência na publicação de livros didáticos e paradidáticos.

Nos anos 1980 e 1990, a FTD fortaleceu seu engajamento na promoção da educação e cultura no Brasil. Além da produção de materiais didáticos, a editora expandiu suas linhas editoriais para incluir literatura infantil, infantojuvenil e obras de referência. Essa diversificação contribuiu para a consolidação da FTD como uma editora abrangente, atendendo a diferentes segmentos do público leitor.

Com a chegada do século XXI, a FTD dedicou-se à inovação na educação. A editora passou a incorporar tecnologias educacionais em seus materiais, buscando oferecer soluções mais dinâmicas e interativas para alunos e professores. Além disso, a FTD expandiu sua atuação para o universo digital, desenvolvendo recursos educacionais online e aplicativos voltados para o ensino.

O material disponibilizado para as prefeituras, organizado para as escolas públicas, é o sistema de ensino SIM, apresentado sob o slogan de “resultado, qualidade e excelência” prometendo aumento efetivo nos índices do IDEB, o qual inclui na sua proposta materiais

didáticos para educação infantil e ensino fundamental, proposta pedagógica, eventos formativos, formação continuada, consultoria educacional e avaliação educacional; incluindo ainda livros digitais, recursos audiovisuais, sugestões de planejamento, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem, além de possuir materiais complementares tanto para discentes como para os docentes.

#### e) Outras lógicas e propostas didáticas

Na categoria de outras lógicas se notou a presença na ação promovida pelo Banco SESCOOP de um trabalho em prol de uma educação ambiental. No caso de idiomas, notou-se que se vincula ao desenvolvimento da Língua Inglesa na rede municipal de ensino.

A educação ambiental desponta, segundo Lamosa e Kaplan (2015), a nível nacional no escopo da atuação do empresariado, integrando-se nas ações deste mediante responsabilidade social e ambiental como uma estratégia de marketing, sobretudo, na cena pública em um cenário marcado por dificuldades e pela retirada do Estado da provisão pública. Os autores, entretanto, questionam a noção de educação ambiental incutida na medida em que

Outros agentes da sociedade civil, sobretudo empresas e ONGs, conseguem espaço, tempo e recursos públicos (por meio de parcerias público-privadas) para fazer educação ambiental nas escolas públicas. Ou seja: de alguma forma ou de outra, ações de educação ambiental têm sido feitas e permitidas de serem feitas nas escolas públicas. Cabe questionar a partir de quais perspectivas elas ocorrem, quais os seus pressupostos, motivações e impactos dentro e fora da escola (Lamosa, Kaplan, 2015, p. 90).

As PPPs identificadas na cidade de São Leopoldo são ambas relacionadas com o Projeto Crescer Lendo da empresa Klabin, produtora e exportadora de papéis para embalagens e de soluções sustentáveis em embalagens. Segundo site próprio há um esforço por parte da empresa para que a iniciativas educacionais nas áreas de desenvolvimento local, educação, cultura e educação ambiental cheguem à população local onde atuam. O Projeto Crescer Lendo entre os 5 desenvolvidos pela empresa, Semeando Educação, Retomada Ambiental-Fórum de Desenvolvimento Goiana em Ação e Seu Lixo Tem Futuro (Klabin, 2023). Teve início em 2014 como um complemento a política nacional Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), com público alvo da primeira infância, crianças de 0 a 6 anos de idade. Além da entrega de acervos literários, conta com entrega de mobiliários para cantinhos de leitura e formações continuadas para a análise de algumas histórias que compõem o acervo para que os docentes possam explorar de forma mais efetiva a literatura. Conta como parceiros, além dos noticiados pelo Instituto Avisa Lá e a ONG United Way Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

#### **4.3.4 Os atores e sua atuação educacional**

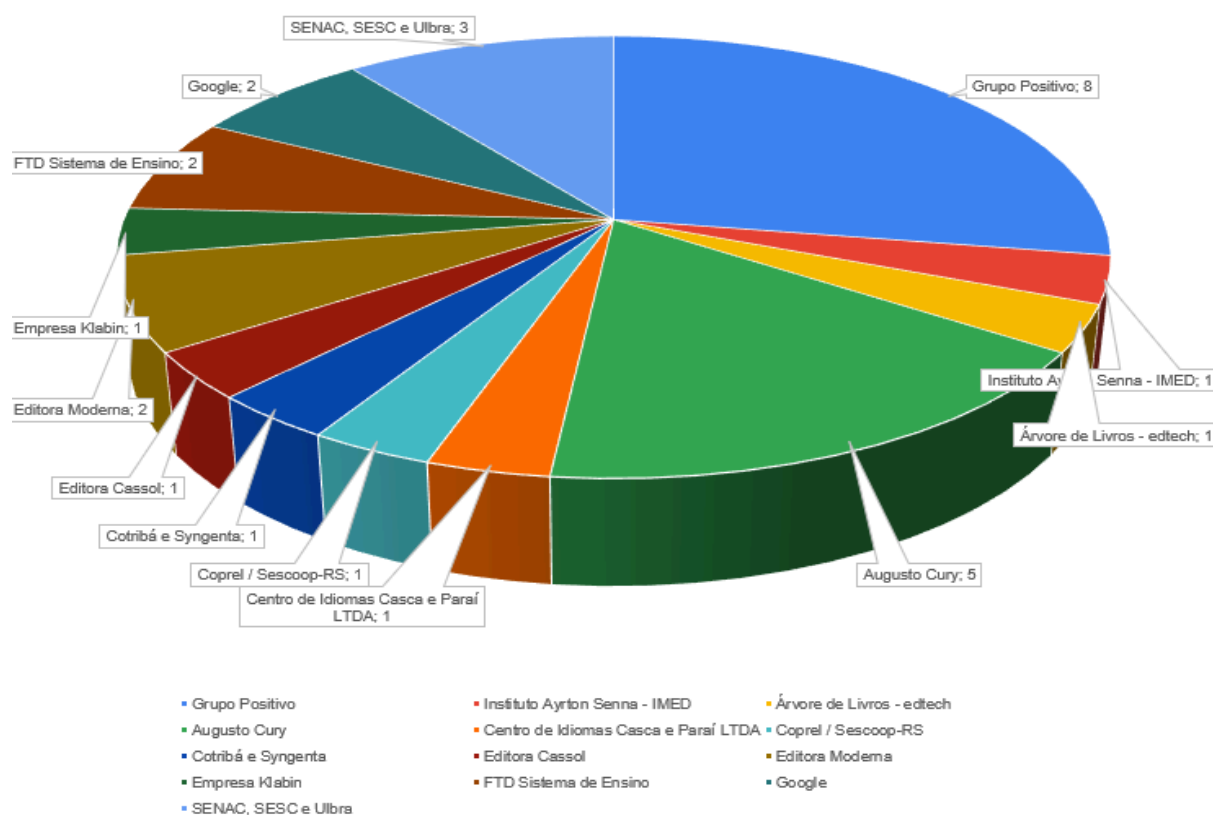
No processo de análises dos dados, outro momento da pesquisa consistiu em identificar os atores e sua atuação através das PPPs de material didático e sistemas de ensino. Assim, esta seção se dedica a apresentar os 13 atores identificados na coluna Instituição, quanto a informações sobre a firmação de PPPs nos municípios do RS sobre a coluna Material Didático e Sistemas Apostilados.

Ressalta-se que apesar da presença, nos dados gerais da pesquisa, ter-se identificado os atores privados Instituto Alfa e Beto; Millennium next Futsal Feminino João Derly e Sicredi como parceiros privados que firmaram PPPs com municípios gaúchos, tais atores não compuseram o escopo de análise. O ator Millennium Next Futsal Feminino realizou a doação de material esportivo às escolas do município de São Marcos, não se caracterizando no eixo material didático. A mesma doação de material esportivo abrangeu a notícia sobre o ator privado João Derly, que fez parceria com o município de São Martinho. A atuação do Sicredi, no município de Bom Retiro do Sul, também se efetivou através da doação de material esportivo. O Instituto Alfa e Beta pelo fato de que não se encontrou detalhes sobre a sua atuação no município de Caibatê, mas somente um aviso de inexigibilidade de licitação no qual consta a contratação direta de empresa para a aquisição de livros do Programa Alfa e Beto do Pré Escolar II, em conformidade com o art. 26 da Lei Federal n. 8.666/93. Observa-se também que a Klabin, além da sua atuação

Os atores identificados com atuação no eixo de material didático e sistemas de ensino estão compilados no Gráfico 1, e foram: Grupo Positivo; Escola da Inteligência Augusto Cury; Editora Moderna; Google Education; FTD Sistema de Ensino; Sesc; Sescoop; Cotribá e Syngenta; Editora Cassol; Klabin; Instituto Ayrton Senna; Árvore de livros - Edtech; Centro de Idiomas Casca e Paraí LTDA; Senac.

Gráfico 09 – Atores atuando no âmbito de material didático e sistemas de ensino

Os Atores das PPPs no Âmbito do Material Didático

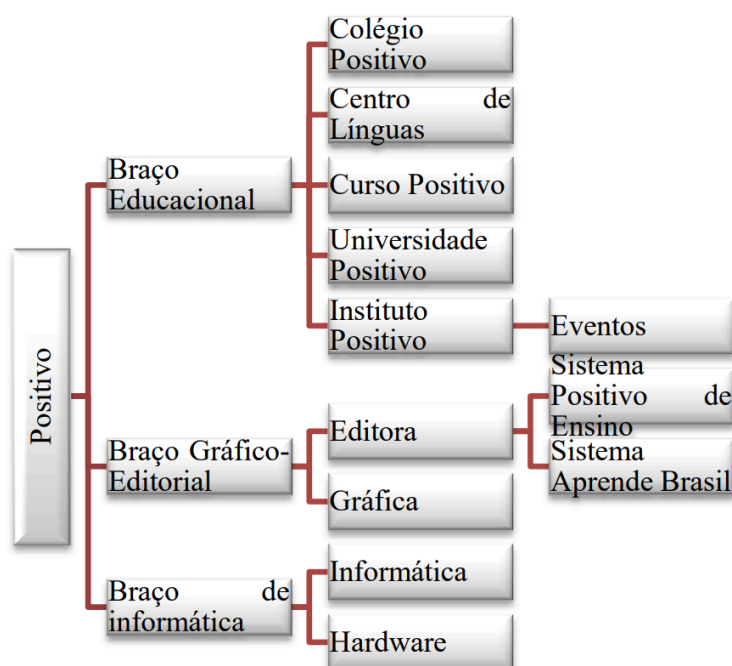


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

As PPPs envolvendo o eixo Material didático totalizam 29 ocorrências em 24 municípios diferentes e dos 13 atores envolvidos o ator mais recorrente foi o Grupo Positivo. De um total de 29 ocorrências, em 24 municípios diferentes do estado do RS sobre este ente, o grupo Positivo apareceu em 8 ações em 7 municípios diferentes, são eles: General Câmara, Gravataí, Marques de Souza, Maximiliano de Almeida, Quaraí, Santa Bárbara do Sul e Santo Expedito do Sul.

A fim de sintetizar a atuação do grupo Positivo e mostrar as atividades nas quais atua, Domingues (2017) elaborou o seguinte organograma:

Figura 33 – Atuação do Grupo Positivo



Fonte: Domingues (2017, p. 105).

Carecem ser consideradas as instituições na forma de editoras na expressão da Positivo (Grupo Positivo) e da Moderna, que apareceu com 2 recorrências nos dados de nossa pesquisa, e que segundo estudo de Adrião (2009) nasceram como cursinhos pré-vestibular e daí passaram a produzir materiais didáticos e a replicá-los, como sinal de sucesso para as redes de ensino.

O Positivo foi criado em 1972 por uma iniciativa de um grupo composto por oito professores, movido, segundo informações do site oficial, pelo espírito empreendedor e guiado pelos valores do saber, da ética, do trabalho e do progresso (Domingues, 2017). O grupo iniciou as suas atividades empresariais com um curso pré-vestibular e ampliou seu espaço de atuação com a criação de novos produtos. As soluções criadas são: Habile<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Sistema de Avaliação Positivo, um produto pedagógico destinado à avaliação educacional externa de aprendizagem em larga escala. Visa a colaborar com a equipe pedagógica da escola, analisando os resultados de suas políticas, práticas internas e processos de ensino e aprendizagem, assim como contribuir com a qualidade de ensino do país (Positivo, 2016 c).

(sistema de avaliação), Gero gestão escolar integrada<sup>17</sup>, Enem Express preparação intensiva<sup>18</sup>, Sistema de Ensino Aprende Brasil para a escola pública, dentre inúmeros outros produtos educacionais vendidos pela empresa (Editora Positivo, 2016 a).

Em visita ao site oficial do Grupo Positivo é possível identificar, com um breve relance, a sua abrangência. O grupo atua no mercado através das seguintes frentes: (I) Colégio Positivo; (II) Curso Positivo; (III) Universidade Positivo; (IV) Gráfica da Positivo - Posigraf; (V) Sistema Aprende Brasil; (VI) Positivo Tecnologia; (V) Positivo Soluções Didáticas e (VI) Instituto Positivo.

Atualmente, o Grupo Positivo é uma holding brasileira sediada em Curitiba/PR. É composta por três braços de negócios: o braço educacional, o gráfico-editorial e o de informática. Cada braço de negócio abriga várias áreas. Segundo dados do Jornal Gazeta do Povo (2010), o grupo conta com mais de 9 mil funcionários no contexto das escolas, curso pré-vestibular, universidade, centro de línguas, informática, editora e gráfica. Não obstante, é dito que hoje o Grupo Positivo atua em todos os Estados do Brasil e em mais nove países como: Estados Unidos, Moçambique, Senegal, Itália, Portugal, Inglaterra, Alemanha, Dinamarca e Japão, com produtos e serviços diversos, a maioria deles ligados à informática.

O Sistema Positivo de Ensino no qual o grupo atua no campo do material didático foi criado em 1979 e é composto por uma série de materiais didáticos e metodologias próprias vendidas a escolas privadas através de convênios. Em 1979, também foi criada a Editora Positivo com o objetivo de levar seus sistemas de ensino a outras escolas e outras cidades do Paraná (PR), SC e RS, dando início também às atividades da Distribuidora Positivo, atual Editora Positivo, o que permitiu ao grupo abastecer escolas de toda a Região Sul do Brasil (Domingues, 2017).

Vê-se que o Grupo Positivo expande sua atuação, sobretudo, no âmbito de soluções educacionais para melhoria da qualidade educacional, da padronização e apostilamento educacional, às redes de escolas públicas ao redor do Brasil.

Pode-se notar que

o Positivo foi criado como uma empresa especializada em vender um produto específico - a educação. Como qualquer empresa, o objetivo principal é obter lucros.

---

<sup>17</sup> É a solução de gestão educacional oferecida pela Editora Positivo. Consiste na integração de ferramentas de gestão, formação de lideranças educacionais e estratégias gerenciais nas principais áreas do ambiente escolar, vislumbrando resultados de qualidade na administração da escola e na sua atividade essencial: a aprendizagem (Positivo, 2016 c).

<sup>18</sup> O Enem Express Positivo é um conjunto de soluções completo que faz o aluno se preparar de forma intensa usando diversos meios que garante acesso ao sistema de aprendizado prático, flexível e acima de tudo eficaz no entendimento e assimilação de conhecimento (Positivo, 2016 c).

Portanto, não se pode esperar do grupo posturas como a de educadores ou de intelectuais da educação que estão preocupados com a formação humana. São, antes de tudo, empresários que querem fazer crescer e avançar os seus negócios (Domingues, 2017, p. 111).

Assim, parte das atividades do grupo no ramo educacional foram vendidos, em 2018, para a empresa Arco Educação, por R\$1,65 bilhão, conforme notícia (Amanhã, 2023). Assim, a Arco Educação, empresa criada no Ceará em 2006, por meio deste acordo, a administração e a venda de produtos e serviços, como apostilas e orientação pedagógica foram adquiridos, ainda que permanecendo sob nome da marca Positivo, e passam a ser vendidos pela Arco para 3,4 mil escolas privadas no país que a marca Positivo abrangia.

Observam-se ainda os casos de atuação do Sistema S, como SENAC, SESC, atuando nesse eixo, em propostas de materiais didáticos e sistema de ensino, no caso do SESC, e de educação empreendedora no caso do SENAC. Importa dizer que o sistema S se configura como um tipo de sujeito privado, mas que tem em sua origem a intenção de atender ao interesse público.

Outro tipo de ator foi o bancário de viés cooperativo por meio do SESCOOP, promovendo, na informação identificada no eixo de material didático, ações ambientais, a mesma orientação em práticas ambientais se notou presente na atuação da empresa multinacional da área de celulose Klabin.

O caso da Escola de idiomas identificada despontou promovendo ações de material didático nas redes públicas de ensino, que, ainda que sendo uma empresa de porte menor a nível nacional, evidencia a lógica de promover a Língua Inglesa, idioma mundial do mundo tecnológico e moderno, parte do que é considerado como essencial ao projeto educacional para a formação do estudante deste século.

Importa também destacar o caso de presença de empresas promovendo sistemas didáticos por meio de plataformas digitais como a Google, que detém uma marca de expressão mundial no ramo tecnológico.

Sem contar a isso, ressalta-se a ramificação de empresas jurídicas de tamanho médio a pequeno, mas que aparecem ganhando proeminência de crescimento como a instituição Augusto Cury, a qual despontou em nossa pesquisa com a recorrência de atuação em 5 ações nas redes municipais através uma lógica de desenvolvimento de competências socioemocionais como criatividade, autoestima, gerenciamento de emoções, autocontrole e resiliência (Escola de Inteligência, 2023).

Outro tipo de atuação a ser considerada é a do Instituto Ayrton Senna (IAS), que desponta com materiais replicáveis para alfabetização, inclusive, no campo do letramento



digital, caso último este que tem sido pauta em programas recentes do IAS como identificamos em pesquisa anterior (Scherer, Cóssio, Nascimento, 2020). A atuação do Alfa e Beto se deve dizer que se identifica como próxima com a forma de atuação do IAS, na medida em que se volta à promoção de materiais didáticos no campo da alfabetização. Tais institutos foram criados como sujeitos privados para atuar na prestação de serviços educacionais, e tem, sobretudo, o IAS papel importante e incisivo em várias ações e políticas educacionais em nosso país.

Para concluir, concorda-se com Garcia e Adrião (2010, p. 2) que a promoção de materiais didáticos e sistemas de ensino na rede pública se apresenta como uma forma peculiar de inserção do setor privado na educação pública que “significa a adoção, por parte do gestor público, de uma orientação político-pedagógica elaborada pelo setor mercantil e instituída por meio da padronização dos ritmos escolares e dos conteúdos curriculares”.

Os estudos de Adrião et al (2008; 2009; Garcia, Adrião, 2010) entendem que esse tipo de serviço exprime uma concepção de apostilamento de ensino, evocando uma concepção padronizada, ao condensar determinado volume de conteúdos curriculares compilados e organizados em textos, explicações e exercícios, distribuídos em blocos correspondentes a aulas, bimestres, trimestres ou outros períodos determinados, retirados de cursinhos pré-vestibulares pelo uso de apostilas educacionais, que passam a ser usados nas redes públicas implicando em padronização e hegemonização educacional. Não por menos tais estudos apontam a correlação entre os principais atores que apareceram em sua pesquisa como Moderna e Grupo Positivo, segundo elas, são atores que nasceram como cursinhos de vestibular, e dada a fama e notoriedade que ganharam na aprovação de alunos, compreendida como sucesso educacional, na formação estudantil, expandiram sua atuação para produzir materiais pedagógicos para as redes públicas de ensino.

Conforme Garcia e Adrião (2010) e Adrião et al. (2009) evidenciam, a adoção de materiais didáticos vai muito além do que o uso de livros, dentro de um formato tradicional historicamente usado na escola como meios para auxiliar o processo de ensino, são materiais pedagógicos que assumem uma forma de sistemas de ensino ou sistemas apostilados e abrangem orientações para os professores, para as redes de ensino, formas de avaliação etc, implicando no sistema educacional da rede como um todo.

São instituições que, para além de meras fornecedoras de materiais e equipamentos, através da lógica que promovem na educação passam a incidir sobre o desenho da política educacional local e sobre a organização do trabalho docente e administrativo desenvolvido em

cada uma das unidades de ensino da rede pública, razão pela qual se tornam parceiras dos governos municipais.

Entendemos que essa compra representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratar de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação à iniciativa privada” (Adrião et al., 2009, p.801).

#### **4. 4 Oferta de vagas na educação infantil<sup>19</sup>**

As informações sobre Educação Infantil para efeitos de análises foram estruturadas em duas categorias principais: informações sobre Parceria Público-Privada (PPP) obtidas da Tabela de Notícias e informações resultantes do cruzamento entre essa e o Banco de Dados Gerais. Além disso, utilizamos outras fontes de dados, como o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE/RS referentes às PPPs para a oferta da educação infantil.

Pautamos nossas análises com base no direito à educação infantil (creche e pré-escola) consubstanciado na legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988, no artigo 208, do Capítulo III, Seção I - Da Educação, afirma a efetivação do dever do Estado pela garantia da oferta, e deixa claro, no inciso IV o dever do Estado em assegurar a oferta de educação infantil tanto em creche quanto em pré-escola, conforme se lê: “IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”. Em que pese, no parágrafo primeiro, do mesmo artigo 208, constar: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”<sup>20</sup> e a Lei de Diretrizes e Bases -LDB, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Título III, artigo 4º, com a alteração sofrida em 2013, institui: Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; [...]”<sup>21</sup>

Destaca-se que a não inclusão na LDB/1996, de oferta de creche em caráter obrigatório como o é a de pré-escola, não isenta o poder público de assegurar o direito à educação infantil também para as crianças pequenas de zero a três anos.

---

<sup>19</sup> Esse item foi redigido sob responsabilidade dos pesquisadores abaixo elencados:

Drª Maria Otilia Kroeff Susin, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [otiliasusin@gmail.com](mailto:otiliasusin@gmail.com)

Drª Monique Robain Montano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [moniquerobain@gmail.com](mailto:moniquerobain@gmail.com)

Drª Vera Maria Vidal Peroni, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [veraperoni@gmail.com](mailto:veraperoni@gmail.com)

<sup>20</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988/ Atualizada2023. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos Acessada em 27/10/2023

<sup>21</sup> Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acessado em 27/10/2023

O Plano Nacional de Educação/PNE, conforme documento produzido pelo Ministério da Educação e Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, intitulado: “Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação” 2014/2024, assim se refere: “Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade [...]”, e destaca, entre outras, a educação infantil disposta na Meta 1 do PNE.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (p.09)<sup>22</sup>

A realidade vivenciada pelos municípios do Estado, e de todo o país, bem como os documentos que avaliam essa oferta, demonstram que essa meta está longe de ser atendida. A essa realidade acrescentamos que a privatização na educação brasileira, vem descaracterizando a educação pública como um direito a ser garantido pelo Estado e pautando a naturalização da oferta privada de educação.

A democratização da educação ocorre quando os direitos sociais são concretizados em políticas públicas de qualidade. Quando a educação é privatizada, decorrente da transferência de recursos públicos para entidades privadas, essa configuração muda. Nesse contexto, a educação deixa de ser reconhecida como um direito e passa a ser também percebida como um serviço que é comprado e vendido, transformando o papel do cidadão de titular de direitos para o de consumidor.

Considerando o objetivo da pesquisa de mapear o universo das PPPs nos municípios do estado do RS as análises foram embasadas nos dados levantados pela pesquisa que foram transformadas em gráficos para visualização mais objetiva dos achados do estudo.

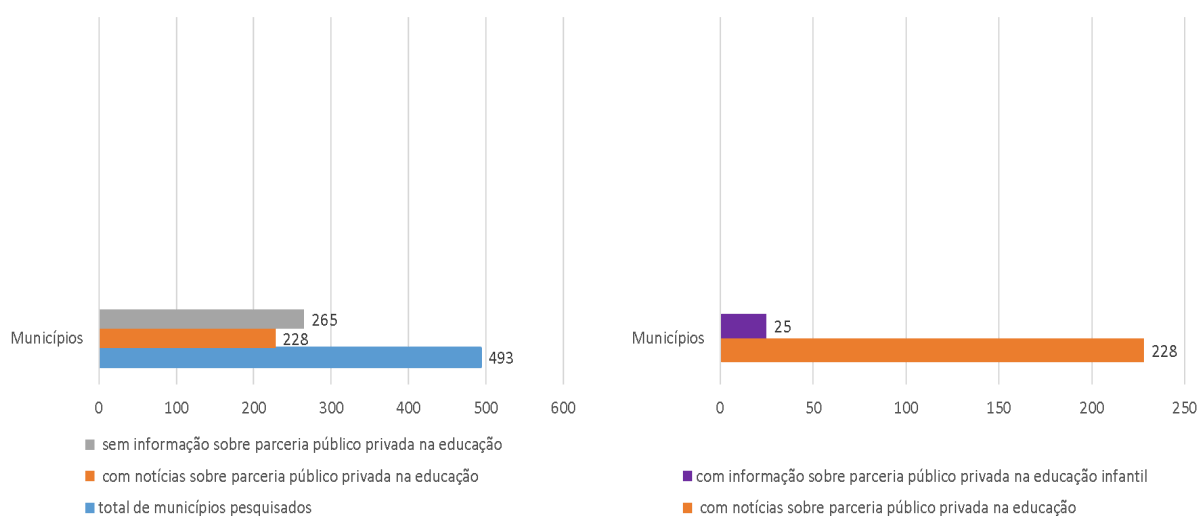
#### **4. 4. 1 Trabalhando com os dados da tabela de notícias**

O gráfico<sup>10</sup> constitui-se do número de municípios pesquisados e informados na Tabela de Notícias. Os dados foram categorizados como: total de municípios pesquisados; municípios com notícias sobre parceria público privada na educação; municípios sem informação sobre parceria público privada na educação e com informação sobre parceria público privada na educação infantil.

---

<sup>22</sup> Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Plano Nacional de Educação [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) acessado em 27/10/2023

Gráfico 10 – Informações sobre a Parceria Público Privada/PPP



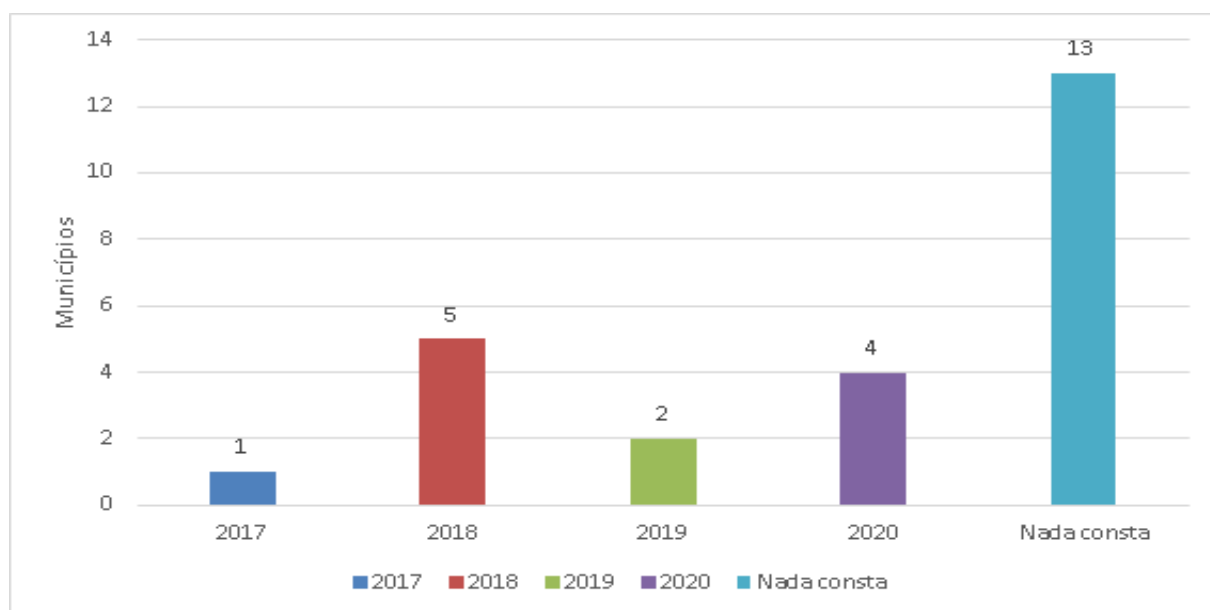
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Do total dos municípios do RS, apenas 25 municípios noticiam parceria para oferta de educação infantil. A Lei n.º 13.019<sup>23</sup>, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, ressalta a importância da transparência, do controle social e da publicidade, inclusive em meio virtual, da aplicação de recursos públicos. A análise dos dados coletados sugere que muitos municípios não têm observado essas diretrizes.

O levantamento destes dados e a subsequente análise gráfica demonstram lacunas preocupantes na comunicação e transparência sobre as PPPs estabelecidas pelos municípios do RS. O Gráfico 11, intitulado "Número de Municípios por ano de efetivação das Parcerias", demonstra este vácuo. O objetivo do levantamento, retratado no gráfico que segue, foi identificar e quantificar a desconformidade na divulgação de PPPs por municípios brasileiros, contrastando a prática real com o que é estipulado, por lei, quanto à importância da transparência.

<sup>23</sup> A Lei 13.019/2014 -Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.ºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei n.º 13.204, de 2015). (PLANALTO,

Gráfico 11 - Número de Municípios e ano de efetivação das Parcerias



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

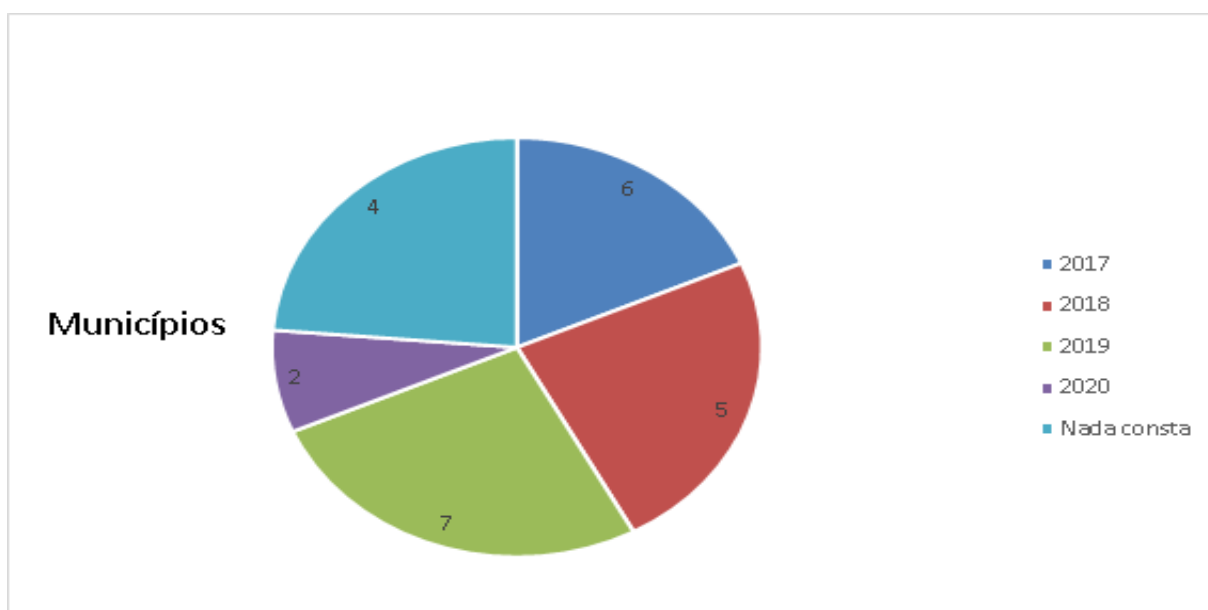
O Gráfico 11 apresenta a distribuição das PPPs efetivadas por municípios do RS ao longo de um período de quatro anos (2017-2020). Ao observarmos os dados dispostos, algumas tendências e pontos de destaque emergem.

As notícias acerca da efetivação das parcerias apresentam uma distribuição irregular ao longo dos anos. Em 2017, houve notícias sobre a realização de apenas uma parceria, seguida de um pico em 2018 com cinco parcerias. Porém, em 2019, houve uma retração, com apenas duas parcerias efetivadas, seguidas por uma ligeira elevação em 2020 com quatro parcerias.

É preocupante a existência de parcerias cujas datas de estabelecimento não são especificadas. O número de tais parcerias efetivadas, que alcança 13 e que não foram divulgadas ao público, ultrapassa o total de parcerias formalizadas em todos os anos analisados e sugere lacunas nas datas em que essas parcerias foram estabelecidas ou noticiadas.

Ao analisar a evolução das PPPs no período de 2017 a 2020, foi possível identificar uma falta de conformidade e transparência em muitos municípios quanto à notificação e publicidade das parcerias estabelecidas, representada no gráfico 12 que segue.

Gráfico 12 - Número de Municípios por ano de divulgação das Parceria



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da Tabela de Notícias.

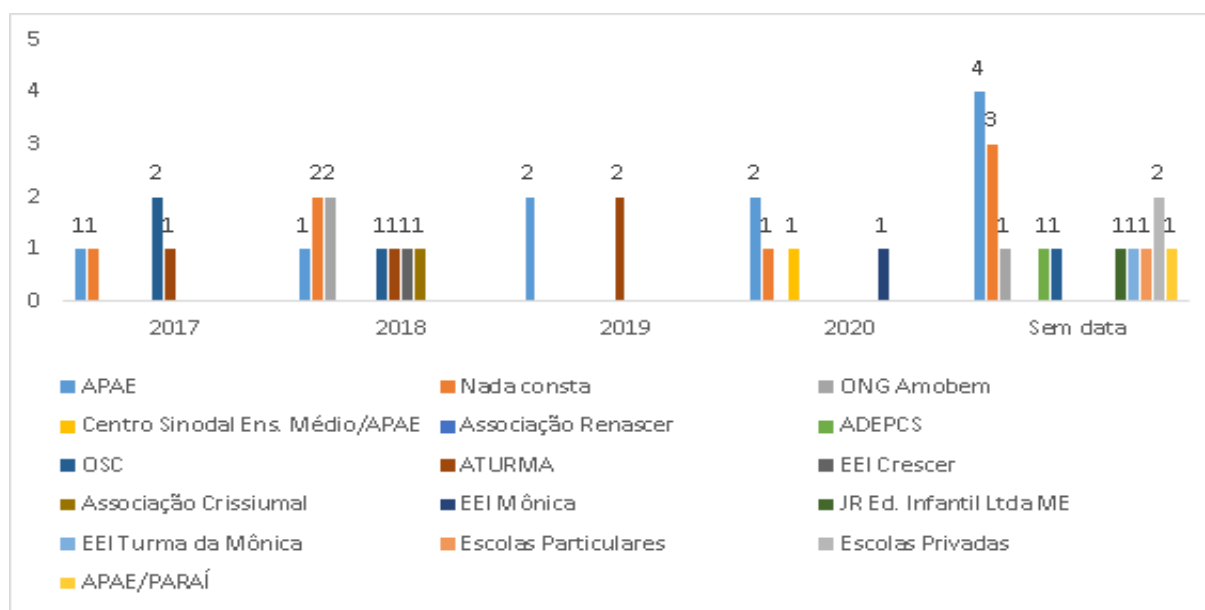
A comparação entre o Gráfico 10 e o Gráfico 11 lança luz sobre a divergência entre as informações publicadas pelos municípios sobre a efetivação e divulgação das parcerias. Esse descompasso indica que vários municípios podem estar firmando parcerias sem a devida divulgação ou recorrendo a outras modalidades de contratos que não são regidos pela Lei 13.019/2014, ou ainda, que não são corretamente divulgados.

A identificação dessas lacunas foi possível a partir do cruzamento dos dados das matrículas das instituições conveniadas no site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da tabela de notícias, onde constam registros de notificações de parcerias, mas uma busca no site do FNDE, não revela dados correspondentes.

Entendemos assim, a necessidade urgente de maior fiscalização e conscientização sobre a importância da transparência e responsabilidade no trato da coisa pública, considerando o que prevê a Lei Nº 12.527<sup>24</sup>, de 18 de novembro de 2011, que disciplina o direito ao acesso das informações, conforme artigo 3º da referida lei. Estes procedimentos devem estar alinhados com os princípios da administração pública. Dentre os incisos de I a V do artigo 3º estão previstos processos de “observância da publicidade como preceito e do sigilo como exceção”; “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e “desenvolvimento do controle social da administração pública”.

<sup>24</sup> Esta Lei, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Gráfico 13 - Nome da Instituição privada e ano de efetivação das Parcerias



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Tabela 05 - Nome da Instituição privada e ano de efetivação das Parcerias

	2017	2018	2019	2020	Sem data
APAE	1	1	2	2	4
Nada consta	1	2		1	3
ONG Amobem		2			1
Centro Sinodal Ens. Médio/APAE				1	
Associação Renascer					
ADEPCS					1
OSC	2	1			1
ATURMA	1	1	2		
EEI Crescer		1			
Associação Crissiumal		1			
EEI Mônica				1	
JR Ed. Infantil Ltda ME					1
EEI Turma da Mônica					1
Escolas Particulares					1
Escolas Privadas					2
APAE/PARAI					1

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

O levantamento realizado, ilustrado pelo gráfico 12 e complementado pela Tabela 05 acima, oferece um panorama diversificado das instituições que estabelecem parcerias no setor educacional. Este espectro abrange desde organizações não governamentais e escolas privadas até entidades específicas, como a APAE<sup>25</sup> e ATURMA<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

<sup>26</sup> Associação de Turismo e Meio Ambiente

A inclusão de escolas particulares, como a "Escola Infantil Crescer" e a "Escola de Educação Infantil Mônica", sugere que os municípios estão expandindo seu leque de parcerias, ultrapassando as fronteiras das organizações sem fins lucrativos. Isso pode ter como finalidade ampliar a oferta na educação infantil, ainda que, na rede privada, fomentando a privatização da educação pública. No entanto, é preciso fazer uma observação crítica quanto à presença, ainda que em menor escala, de Escolas Particulares e Escolas Privadas no gráfico apresentado. Estas, com fins lucrativos, não deveriam constar como parceiras, pois não podem ter acesso aos recursos do FUNDEB. O uso de recursos públicos para instituições privadas com fins lucrativos, não é permitido e caminha perigosamente rumo à privatização da educação. Neste cenário, a educação, um direito fundamental, é relegada à condição de mercadoria, e os cidadãos se tornam meros consumidores.

Da mesma forma que as Escolas Particulares (1) e Escolas Privadas (2) figuram no gráfico, embora em menor quantidade, estas instituições, que visam lucro – como é o caso das escolas privadas e, provavelmente, das escolas particulares – não podem utilizar recursos do FUNDEB. Mas, ainda assim, neste caso, os recursos públicos estão sendo drenados para o privado, e deixam de efetivar políticas públicas garantidoras de direitos dos cidadãos.

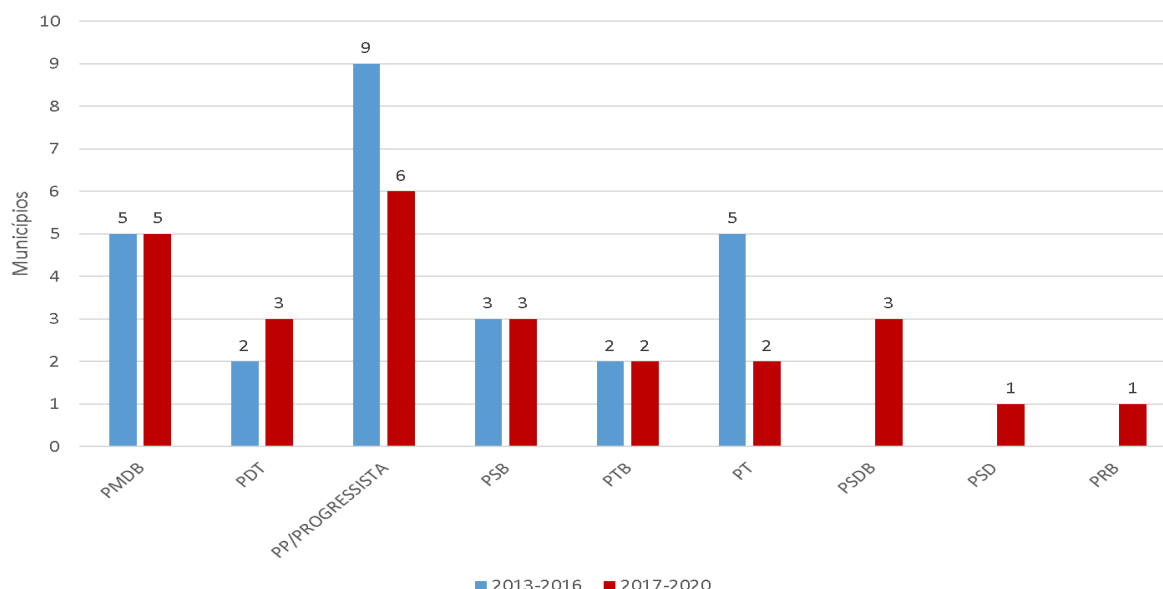
A falta de dados em muitos sites das prefeituras dos municípios pesquisados limita as informações sobre as parcerias efetivadas e sobre seus planos de trabalho. É o caso das várias ocorrências de "Nada Consta" devido a não divulgação de informações sugerindo a não observância da lei de acesso à informação. Esta ausência pode ser indicativa de lacunas no processo de registro e comunicação, levando a questionamentos sobre a formalização e transparência dessas parcerias, para o controle social.

Esta falta de transparência compromete a capacidade da população de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos e a efetivação de políticas educacionais. A democratização da educação pressupõe, entre outros fatores, a participação ativa da comunidade, que só é possível com acesso irrestrito à informação.

O significativo número de municípios que não divulgam informações sobre as parcerias efetivadas, não permite que os munícipes desenvolvam a prática de buscar informações nos sítios das prefeituras. O acompanhamento das políticas públicas ao longo de sua efetivação permite ao cidadão opinar para qualificar o seu desenvolvimento, atuando dessa forma na qualidade do serviço ofertado, outro pilar da democratização da educação. A falta de informação e divulgação sobre as instituições parceiras do poder público que ofertam educação infantil não só dificulta esse acompanhamento do uso dos recursos públicos, mas também que a comunidade conheça e reconheça esses espaços como seus.



Gráfico 14 – Distribuição de municípios com parceria e partido político na administração pública



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

O gráfico acima apresenta o cruzamento das notícias com as administrações municipais indicando o número de municípios com parcerias e o respectivo partido que os administra, conforme os dados disponíveis na Tabela Geral dos dados que mapeia os municípios e a Tabela de Notícias sobre as parcerias na EI.

Destaca-se pelos números que registram as parcerias nos diferentes municípios, que esta tem sido a prática da expansão da oferta da Educação Infantil, independentemente do partido a que pertencem as administrações municipais, considerando que o FUNDEB garante o recebimento de recursos à Prefeitura, por criança matriculada na educação infantil conveniadas.

Tabela 06 – Número de matrículas das parcerias/por ano e por município

Município	2017	2018	2019	2020
ALEGRETE	163	204	212	26
ALVORADA	912	869	847	581
ANTA GORDA	18	4	43	-
ARARICÁ	11	22	30	29
ARROIO DO MEIO	697	685	726	670
ARROIO DO TIGRE	48	41	36	-
ARROIO DOS RATOS	81	74	71	-
BAGÉ	191	226	241	222

BENTO GONCALVES	38	39	46	38
BOA VISTA DO BURICÁ	68	-	-	-
BOM RETIRO DO SUL	73	66	62	64
CACHOEIRA DO SUL	486	564	584	646
CACHOEIRINHA	66	-	94	114
CAMAQUÃ	86	80	84	84
CANDELÁRIA	31	29	-	-
CANELA	711	711	741	-
CANGUÇU	63	59	54	61
CANOAS	1965	1669	2298	2631
CAPÃO DA CANOA	180	179	172	716
CARAZINHO	298	208	396	201
CAXIAS DO SUL	3762	3626	3798	2965
CERRO LARGO	75	67	74	82
DOIS IRMÃOS	888	744	832	853
ELDORADO DO SUL	87	59	15	-
ERECHIM	78	-	361	361
ESTÂNCIA VELHA	221	199	284	225
ESTEIO	191	188	98	324
ESTRELA	224	207	214	255
FARROUPILHA	406	374	400	398
GETÚLIO VARGAS	106	111	136	143
GIRUÁ	87	71	78	99
GRAMADO	-	-	4	5
GRAVATAÍ	877	861	1075	1636
GUAÍBA	-	-	-	7
HORIZONTINA	209	234	239	241
IBIRUBÁ	125	151	150	143
IJUÍ	169	178	196	-
ITAARA	-	70	104	102
JAGUARÃO	-	-	-	28

LAJEADO	282	288	250	-
MONTENEGRO	515	452	517	548
MORRO REUTER	100	100	91	82
NAO-ME-TOQUE	106	104	84	-
NONOAI	41	38	53	56
NOVO HAMBURGO	173	85	224	131
OSÓRIO	26	35	49	63
PANAMBI	54	56	68	84
PASSO FUNDO	1076	910	490	217
PEDRO OSÓRIO	22	20	31	54
PELOTAS	722	711	702	551
PICADA CAFE	134	107	115	116
PLANALTO	45	55	52	45
PORTO ALEGRE	12546	14674	15564	20426
RIO GRANDE	427	280	279	
ROCA SALES	227	218	233	204
ROLANTE	78	102	94	90
ROSÁRIO DO SUL	89	81	81	113
SANTA CRUZ DO SUL	858	968	923	1139
SANTA MARIA	902	923	755	685
SANTA ROSA	45	44	45	45
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	36	43	58	-
SANTO ÂNGELO	75	79	88	95
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	134	151	176	176
SANTO ANTONIO DAS MISSOES	-	-	-	10
SANTO AUGUSTO	32	36	44	-
SÃO GABRIEL	136	120	140	-
SÃO JERÔNIMO	121	76	87	90
SÃO LEOPOLDO	2035	1469	1221	1318
SÃO LUIZ GONZAGA	84	88	82	87
SAO SEBASTIAO DO CAI	89	86	86	87

SAPIRANGA	321	358	382	602
SAPUCAIA DO SUL	75	78	75	75
TAPES	-	34	37	40
TAQUARA	26	30	25	-
TEUTÔNIA	1087	1114	1053	993
TRAMANDAÍ	-	51	492	809
TRES CACHOEIRAS	-	95	117	116
TRES DE MAIO	155	144	114	146
TRES PASSOS	112	116	131	128
TUCUNDUVA	91	52	55	62
URUGUAIANA	228	232	232	231
VENÂNCIO AIRES	152	149	155	161
VERA CRUZ	89	79	68	24
VERANÓPOLIS	142	143	134	120
VIAMÃO	181	173	159	283
WESTFALIA	59	67	74	69

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados do FNDE<sup>27</sup>, 2023

Em relação aos números apresentados pelo FNDE, destacamos que os mesmos sempre se referem aos dados do censo escolar<sup>28</sup> do ano anterior. Esses dados são registrados pelos respectivos municípios, portanto 2017 apresenta os dados informados ao longo do ano de 2016, e assim sucessivamente, sendo que esta tabela 06 vai até 2020, portanto registra os dados informados em 2019. Chamamos a atenção, ainda, que aqui não podem ser computadas as matrículas referentes a compra de vagas, prática da qual os municípios frequentemente lançam mão, para cumprir seu dever constitucional de assegurar matrícula, na educação infantil, às famílias que buscam por esse direito.

<sup>27</sup><https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/instituicoes-conv-eniadas-e-alunos-considerados-na-distribuicao-dos-recursos-do-fundeb>.

<sup>28</sup> O censo escolar é realizado anualmente.

Tabela 07 - Número de matrículas, por município, das parcerias em creche e pré-escola/2019

<b>Dados FNDE</b>			
<b>2019</b>	<b>Total de matrículas</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-escola</b>
PORTO ALEGRE	15564	7938	7626
CAXIAS DO SUL	3798	1784	2.014
CANOAS	2298	546	1752
SÃO LEOPOLDO	1221	681	540
GRAVATAÍ	1075	365	710
TEUTÔNIA	1053	706	347
SANTA CRUZ DO SUL	923	559	364
ALVORADA	847	363	484
DOIS IRMÃOS	832	789	43
SANTA MARIA	755	299	456
CANELA	741	403	338
ARROIO DO MEIO	726	607	119
PELOTAS	702	396	306
CACHOEIRA DO SUL	584	347	237
MONTENEGRO	517	487	30
TRAMANDAÍ	492	265	227
PASSO FUNDO	490	209	281
FARROUPILHA	400	326	74
CARAZINHO	396	307	89
SAPIRANGA	382	230	152
ERECHIM	361	168	193
ESTÂNCIA VELHA	284	179	105
RIO GRANDE	279	93	186
LAJEADO	250	92	158
BAGÉ	241	97	144
HORIZONTINA	239	127	112

ROCA SALES	233	176	57
URUGUAIANA	232	232	-
NOVO HAMBURGO	224	213	11
ESTRELA	214	114	100
ALEGRETE	212	103	109
IJUÍ	196	117	79
SANTO ANTÔNIO DA PATRU	176	82	94
CAPÃO DA CANOA	172	77	95
VIAMÃO	159	65	94
VENÂNCIO AIRES	155	127	28
IBIRUBÁ	150	43	107
SÃO GABRIEL	140	60	80
GETÚLIO VARGAS	136	119	17
VERANÓPOLIS	134	72	62
TRES PASSOS	131	59	72
TRES CACHOEIRAS	117	117	-
PICADA CAFE	115	115	-
TRES DE MAIO	114	60	54
ITAARA	104	68	36
ESTEIO	98	98	-
CACHOEIRINHA	94	50	44
ROLANTE	94	1	93
MORRO REUTER	91	91	-
SANTO ÂNGELO	88	44	44
SÃO JERÔNIMO	87	57	30
SAO SEBASTIAO DO CAI	86	45	41
CAMAQUÃ	84	29	55

NAO-ME-TOQUE	84	77	7
SÃO LUIZ GONZAGA	82	23	59
ROSÁRIO DO SUL	81	81	
GIRUÁ	78	38	40
SAPUCAIA DO SUL	75	64	11
CERRO LARGO	74	31	43
WESTFALIA	74	49	25
ARROIO DOS RATOS	71	71	-
PANAMBI	68	23	45
VERA CRUZ	68	8	60
BOM RETIRO DO SUL	62	46	16
SANTA VITÓRIA DO PALMAR	58	16	42
TUCUNDUVA	55	35	20
CANGUÇU	54	9	45
NONOAI	53	27	26
PLANALTO	52	25	27
OSÓRIO	49	-	49
BENTO GONCALVES	46	11	35
SANTA ROSA	45	11	34
SANTO AUGUSTO	44	14	30
ANTA GORDA	43	11	32
TAPES	37	-	37
ARROIO DO TIGRE	36	9	27
PEDRO OSÓRIO	31	-	31
ARARICÁ	30	6	24
TAQUARA	25	13	12
ELDORADO DO SUL	15	6	9

GRAMADO	4	-	4
Total	40.780	21.501	19.279

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do FNDE (2019), 2023

Na tabela ora em análise observa-se uma pequena diferença entre as matrículas resultantes de parcerias ofertadas em creche (21.501) e as ofertadas em pré-escola (19.279), mais precisamente há 2.222 matrículas a mais para crianças em creche, dos 85 municípios do estado do RS constantes nos dados do FNDE, isto é, matrículas consideradas no FUNDEB.

Dos municípios apresentados nos registros do FNDE, em 2019, cinco municípios como Uruguaiana, Três Cachoeiras, Morro Reuter e Arroio dos Ratos, não registraram oferta de matrículas pela parceria em pré-escola e Tapes, Gramado, Pedro Osório e Osório, não registraram matrículas em creche, o que não significa a ausência dessa oferta em instituições próprias, ou por meio da compra de vagas em instituições privadas com fins de lucro.

Os registros no FNDE dizem respeito às matrículas declaradas no censo escolar anual pelos municípios e são consideradas no cômputo dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério/FUNDEB. No entanto, há municípios que oferecem educação infantil por meio da compra de vagas em instituições privadas, cujas matrículas, não serão contabilizadas neste relatório, pois estamos trabalhando com a parceria público privada, feita entre o poder público e instituições privadas, sem fins lucrativos, conforme preconiza a lei do FUNDEB.



Tabela 08 - Municípios que possuem 1.000 matrículas ou mais e Recursos Fundeb/2019

Dados FNDE			Dados TCE/RS	
2019	Matrículas	Recursos vinculados - FUNDEB Total <sup>29</sup>	Recursos vinculados <sup>30</sup> - FUNDEB Ed. Infantil	Rubrica despesas - instituições parceiras ou privadas
PORTO ALEGRE <sup>31</sup>	15.564	339.648.439,35	39.967.406,50	129.195.725,10
CAXIAS DO SUL <sup>32</sup>	3.798	165.329.677,81	-----	31.360.386,41
CANOAS	2.298	190.656.874,28	43.152.961,06	226.464.548,63
SÃO LEOPOLDO	1.221	142.799.933,34	36.860.685,33	16.955.911,85
GRAVATAÍ	1.075	133.984.336,24	27.673.802,16	13.323.416,94
TEUTÔNIA	1.053	21.546.709,03	6.882.207,71	7.144.055,68

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do FNDE e TCE/RS (2019), 2023

A definição pela escolha dos municípios constantes na tabela acima se deu a partir dos cinco que declararam o maior número de matrículas realizadas no ano de 2019, conforme Tabela 1-FNDE. Assim, o município com maior número de matrículas parcerias, é Porto Alegre com 15.564 matrículas, passando por Caxias do Sul, São Leopoldo e Gravataí que seria o quinto município com 1.075 matrículas. Como Teutônia apresentava o total de 1.053 matrículas, optamos por incluí-lo nesse levantamento levando em conta outro critério, o de possuir no mínimo 1.000 matrículas declaradas. Os municípios que os seguem ficam todos com matrículas abaixo do milhar. Na tabela 3 acima trabalhamos com dados do TCE/RS e do FNDE.

Ao buscar no Portal do TCE/RS/Informação dos Fiscalizados/Controle Social, sobre os recursos declarados pelos municípios ao TCE/RS<sup>33</sup> nos deparamos com uma variedade de formas de registro das rubricas<sup>34</sup>. Para melhor entendimento do acima explicitado buscamos os registros de

<sup>29</sup> Valores com base na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

<sup>30</sup> Recurso Vinculado é aquela parcela da receita arrecadada que possui destinação específica estabelecida por lei. Se, de um lado, a receita vinculada se presta a garantir recursos para a execução do planejamento, por outro, introduz maior rigidez na programação orçamentária, uma vez que os recursos somente podem ser gastos com a execução das ações para as quais eles se destinam.. (TCE/RS, 2019) Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:63:.....>

<sup>31</sup> Discrimina os valores na subfunção Rubrica de despesas do TCE/RS como creches comunitárias.

<sup>32</sup> Caxias do Sul utiliza os recursos do MDE para as despesas da Educação Infantil conveniada.

<sup>33</sup> O TCE/RS informa no site que as informações fornecidas, exceto aquelas encontradas na aba "MDE" e "Estatísticas", provêm do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC). É importante ressaltar que estas não foram submetidas à análise pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), portanto, a responsabilidade por elas recai exclusivamente sobre cada órgão respectivo.

<sup>34</sup> Rubrica é o nível orçamentário que especifica a destinação dos recursos financeiros a serem gastos. Agrega determinadas despesas com características próprias e semelhantes entre si. (TCE/RS)

Porto Alegre em 2019 que declarou, na Rubrica Despesas, os recursos destinados às instituições parceiras, creches comunitárias no valor de R\$ 129.195.725,10, sendo que do FUNDEB educação infantil o município investiu R\$ 39.967.406,50. Na Rubrica despesas - instituições parceiras ou privadas o município declara 129.195.725,10. Dentre as perguntas que se fazem necessárias está: Nestes valores podem estar incluídos recursos destinados a compra de vagas?

Por outro lado, tivemos bastante dificuldade na identificação, dos sítios visitados, do uso da verba pública devido a pulverização de informações e a variedade de nomenclaturas usadas para definir as mesmas. Exemplificamos com o município de Canoas, onde estes registros estão relacionados no “Programa Viver Canoas com Bem Estar: Educação”. No município o declarado na rubrica despesas - instituições parceiras ou privadas o valor é de R\$226.464.548,63 onde, novamente aparece a dúvida quanto ao uso desta verba estar incluindo a compra de vagas em instituições privadas.

Já São Leopoldo informa seus gastos em educação infantil no “Projeto Convênio/subsídios /Subvenções - Educação Infantil Creche”, sendo que o valor declarado do FUNDEB, da Educação Infantil, é de 36.860.685,33. Ainda, com as instituições parceiras ou privadas São Leopoldo declara no TCE/RS o investimento de R\$16.955.911,85.

No caso de Porto Alegre, Caxias do Sul e Canoas o valor declarado na “Rubrica despesas - instituições parceiras ou privadas” é consideravelmente superior ao referido no FUNDEB EI. Nosso destaque vem corroborar a defesa da educação pública como preservação de um direito, o que nos leva a chamar atenção de que estes recursos públicos estão sendo drenados para a educação privada, mesmo que para instituições sem fins lucrativos como é o caso da conveniadas, mas não somente para elas, uma vez que nessa rubrica estão citadas “instituições privadas”.

Somente Gravataí investe menos recursos que o FUNDEB EI na Rubrica em questão. Até mesmo Teutônia investe mais recursos da educação na “Rubrica despesas - instituições parceiras ou privadas”.

As dificuldades que tivemos, em consulta a estes documentos, nos colocam limites para a avaliação mais pormenorizada destes dados, seja por restrição nossa, seja pelas características específicas presentes na forma de registro destes dados.

Neste sentido, entendemos pertinente registrar as perguntas que surgiram no momento da avaliação dos documentos em questão.

Considerando, de acordo com o aparato legal, que é função prioritária do município atender educação infantil, pergunta-se: o valor declarado como FUNDEB EI inclui as matrículas das instituições públicas municipais ou, neste valor, estão somente as matrículas

conveniadas de educação infantil?

Na “Rubrica despesas instituições parceiras ou privadas” estão contidos os valores destinados à compra de vagas, bem como valores referentes às creches comunitárias?

E ainda, onde estão discriminados os valores dos recursos vinculados à educação e que não compõem a cesta do FUNDEB?

Finalmente, em que pese as limitações acima referidas, entendemos que os dados registrados no presente relatório possibilitam inúmeros caminhos, informações e números que podem servir como fonte a desencadear novas pesquisas que venham se somar às discussões e achados para reafirmar a caminhada em direção a uma educação pública, gratuita e de qualidade, para todos que a ela têm direito.

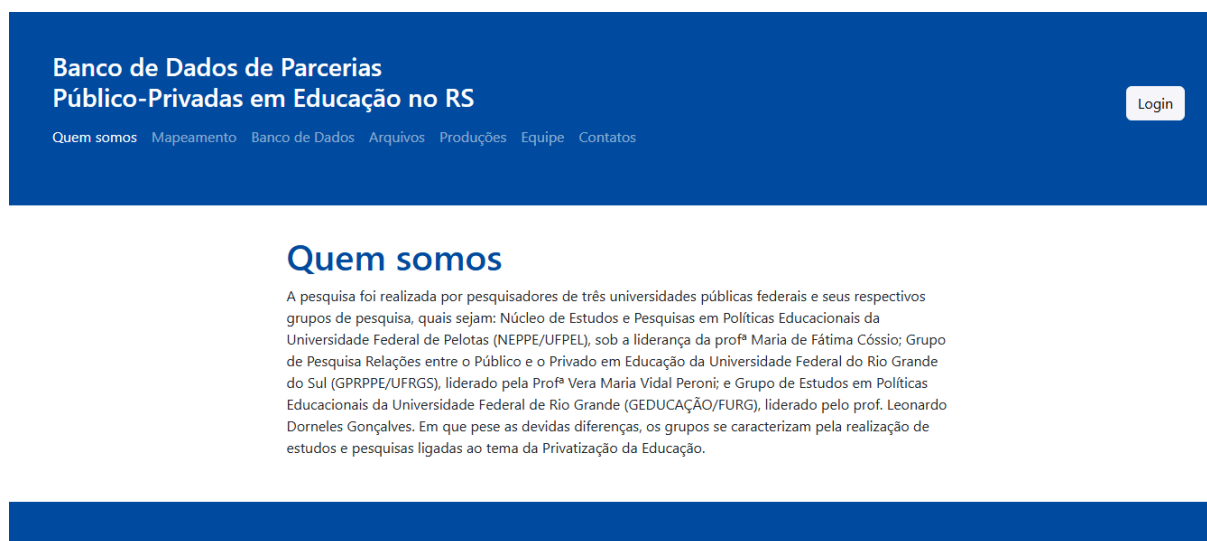
# Capítulo 5 - Banco de Dados

Este capítulo<sup>35</sup> apresenta, como resultado das etapas anteriores, o Banco de Dados que abriga todas as informações sobre as PPPs firmadas pelos 497 municípios do RS. Mais do que apresentar o processo metodológico, que já foi descrito em outro momento, pretende ser um guia, ou manual, para acesso e utilização dos dados coletados pelos pesquisadores. Portanto, este item não seguirá um rigor analítico dos dados, mas será um texto injuntivo para aqueles que desejarem.

## PASSO 1: ACESSANDO O BANCO DE DADOS

Acesse o link: [ppp.ufpel.edu.br](http://ppp.ufpel.edu.br). Você encontrará a página inicial do banco de dados (Figura 34).

Figura 34 - Página inicial do banco de dados



Fonte: Banco de dados, 2025

Além de informações pertinentes à pesquisa, tais como a equipe de desenvolvimento, o contato dos grupos de pesquisa e outros, há a aba “Banco de Dados” (Figura 35).

<sup>35</sup> Este item foi redigido sob responsabilidade do Drn. Luis Eduardo dos Santos Celente, Universidade Federal de Pelotas, [luiscelente@gmail.com](mailto:luiscelente@gmail.com)

Figura 35 - Banco de Dados

**Banco de Dados de Parcerias  
Público-Privadas em Educação no RS**

Quem somos Mapeamento Banco de Dados Arquivos Produções Equipe Contatos

Login

Dados Gerais Dados Educacionais Notícias

Município

Filtrar Limpar Salvar

Fonte: Banco de dados, 2025

## PASSO 2: ACESSANDO OS DADOS

Na aba do Banco de Dados, selecione quais os dados de interesse da pesquisa, quais sejam: dados gerais do município, dados educacionais do município ou notícias do município.

As figuras 36 e 37 apresentam um exemplo de pesquisa de dados gerais; as figuras 38 e 39 apresentam um exemplo de pesquisa de dados educacionais.

Figura 36 - Dados Gerais

Paraíso do Sul  
Pareci Novo  
Parobé  
Passa Sete  
Passo do Sobrado  
Passo Fundo  
Paulo Bento  
Paverama  
Dad Pedras Altas  
Pedro Osório  
Pejuçara  
Pelotas  
Pelotas

Filtrar Limpar Salvar

Fonte: Banco de dados, 2025

Figura 37 - Dados gerais do Município de Pelotas

### Dados Gerais de Pelotas

População Total (IBGE)	
Em 2010	328275
Em 2018	341648

Administração Municipal (TRE 4ª reg)	
2013 - 2018	PSDB
2021 - 2024	PSDB
2017 - 2020	PSDB

Fonte: Banco de dados, 2025

Figura 38 - Dados Educacionais

**Banco de Dados de Parcerias  
Público-Privadas em Educação no RS**

Login

[Quem somos](#) [Mapeamento](#) [Banco de Dados](#) [Arquivos](#) [Produções](#) [Equipe](#) [Contatos](#)

Dados Gerais

Dados Educacionais

Notícias

Município

Pelotas

Filtrar

Limpar

Salvar

Fonte: Banco de dados, 2025

Figura 39 - Dados educacionais do Município de Pelotas

### Dados Educacionais de Pelotas

IDEB - Escola Pública	
Anos iniciais (2019)	5.20
Anos finais (2019)	4.40

Matriculas - Pública	
Educação Infantil	6685
Ensino Fundamental	30491
Ensino Médio	9198

Fonte: Banco de dados, 2025

Para acessar às questões atinentes às parcerias, é necessário que se acesse a aba “Notícias”. Lá é possível identificar mais campos de acesso, tais como “Município”, “Área

Parceira”, “Nome da Instituição Privada”, “Período inicial da pesquisa” e “Período final da pesquisa”.

As figuras abaixo ilustram o acesso à estas notícias, sendo a figura 40 a forma de acesso por município, a figura 41 um exemplo de área parceira, a figura 42 por instituição e as figuras 43 e 44 por período de início e fim, respectivamente.

Figura 40 - PPPs em Pelotas

#	Município	Área Parceira	Nome da Instituição Privada	Data PPP	Data da Notícia
	Pelotas	Formação de Professores	Yazigi		01/08/2017
					Visualizar
	Pelotas	Formação de Professores	Fundação Lemann		01/06/2017
					Visualizar
	Pelotas	Outras Parcerias	Fundação Lemann		22/02/2020
					Visualizar
	Pelotas	Formação de Professores	Grupo EcoRodovias		19/04/2018
					Visualizar

Fonte: Banco de dados, 2025

Figura 41 - PPPs em Formação de Professores

#	Município	Área Parceira	Nome da Instituição Privada	Data PPP	Data da Notícia
	Aceguá	Formação de Professores	Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas		17/09/2020
					Visualizar
	Agudo	Formação de Professores	SICREDI		02/03/2020
					Visualizar
	Alecrim	Formação de Professores	SICREDI		22/08/2019
					Visualizar
	Alecrim	Formação de Professores	SICREDI		25/02/2019
					Visualizar
	Alecrim	Formação de Professores	SICREDI		25/10/2019
					Visualizar

Fonte: Banco de dados, 2025

Figura 42 - PPPs com o Sicredi

#	Município	Área Parceria	Nome da Instituição Privada	Data PPP	Data da Notícia
	Agudo	Formação de Professores	SICREDI		02/03/2020
					Visualizar
	Alecrim	Formação de Professores	SICREDI		22/08/2019
					Visualizar
	Alecrim	Outras Parcerias	SICREDI, SETREM		22/11/2018
					Visualizar
	Alecrim	Formação de Professores	SICREDI		25/02/2019
					Visualizar
	Alecrim	Outras Parcerias	SICREDI		03/06/2019
					Visualizar

Fonte: Banco de dados, 2025

Figura 43 - PPPs após agosto de 2019

#	Município	Área Parceria	Nome da Instituição Privada	Data PPP	Data da Notícia
	Aceguá	Oferta de vagas na educação infantil	APAE		14/06/2019
					Visualizar
	Aceguá	Formação de Professores	Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas		17/09/2020
					Visualizar
	Água Santa				
					Visualizar
	Agudo	Outras Parcerias	Lions Club	04/03/2020	05/03/2020
					Visualizar

Fonte: Banco de dados, 2025



Figura 44 - PPPs anteriores à dezembro de 2019

#	Município	Área Parceria	Nome da Instituição Privada	Data PPP	<a href="#">Data da Notícia</a>
	Aceguá	Oferta de vagas na educação infantil	APAE	14/06/2019	<a href="#">Visualizar</a>
	Aceguá	Formação de Professores	Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas	17/09/2020	<a href="#">Visualizar</a>
	Água Santa				<a href="#">Visualizar</a>
	Agudo	Outras Parcerias	Lions Club	04/03/2020	05/03/2020 <a href="#">Visualizar</a>

Fonte: Banco de dados, 2025

É possível combinar mais de um componente de pesquisa. No entanto, caso o pesquisador deseje manter apenas um componente por vez, é necessário que utilize a opção de “Limpar” após cada pesquisa. Por exemplo: se estou pesquisando Pelotas e desejo pesquisar Rio Grande, preciso limpar a opção antes de seguir. Ou, ainda, se estou pesquisando o município de Pelotas e desejo pesquisar a atuação geral do Sicredi, é necessário limpar o município antes de selecionar o ator.

# Referências

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ALVES, A.; KLAUS, V. K.; LOUREIRO, C. B. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021.

AMANHÃ. **Notícia sobre a venda do sistema de educação do Grupo Positivo**. 8 maio 2019. Disponível em: <https://amanha.com.br/categoria/negocios-do-sul/grupo-positivo-vende-sistema-de-educacao-por-r-1-6-bilhao>. Acesso em: 19 set. 2023.

AMZOP (Associação dos Municípios da Zona de Produção). **Municípios Associados**. Disponível em: <https://amzop.com.br/municipios/?municipios-associados.html>.

ANGELI, R. Semana Farroupilha movimentou alunos da Delfina. **Município de Estrela**, Estrela, 21 set. 2017. Notícia. Disponível em: <https://estrela.atende.net/?noticia=3832#!/tipo/noticia/valor/3832>. Acesso em: 3 out. 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ÁRVORE. **Soluções: governos**. Disponível em: <https://www.arvore.com.br/solucoes/governos>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://abemcomum.org/rio-grande-do-sul/>.

BALL, S. J. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018.

BALL, S. J. Redes, neoliberalismo e mobilidade de políticas. In: BALL, S. J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.

BELTRAME, J. **SMED promove formação de professores da Rede Municipal de Ensino**. Edição: Dolcimar Luiz da Silva. Gravataí: Secretária de Municipal de Educação, 2014a. Disponível em: <<https://gravatai.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/2565>>. Acesso em: 15 maio 2018

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. **Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1998a.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. **Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1999.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CIEB). **Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)**.2023. Disponível em: <https://cieb.net.br/>.

CONVIVA EDUCAÇÃO. **O que é**. 2023. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/oque-e>.

CÓSSIO, M. F. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação** (PUCRS. Impresso), Porto Alegre, v. 41, p. 66-73, 2018.

CÓSSIO, M. F. Agenda Transnacional e Governança Nacional: As possíveis implicações na formação e no trabalho docente. **E-Curriculum**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 616-640, 2015.

CÓSSIO, M. F.; SCHERER, S. S. Governança em rede e parcerias público-privadas em educação no estado do RS. **Contrapontos**, Itajaí, v. 19, p. 71-92, 2019.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DOMINGUES, A. N. **A inserção do grupo positivo de ensino no sistema educacional público**: a educação sobre o controle do empresariado. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188266/PEED1306-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2023.

ESCOLA DE INTELIGÊNCIA. **Sobre a EI**. Disponível em:  
<https://escoladainteligencia.com.br/sobre-a-ei/>. Acesso em: 18 out. 2023.

ESTRELA (Município). Escola do Bairro das Indústrias, que participa do programa Escola da Inteligência, proporcionou ação pelas ruas locais. In: ESTRELA (Município). **Notícias**. Estrela, 03 jul. 2017. Disponível em:  
<https://estrela.atende.net/?noticia=3579#!/tipo/noticia/valor/3579>. Acesso em: 3 out. 2023.

ESTRELA (Município). Sucesso e felicidade são temas de palestra socioemocional em Estrela. In: ESTRELA (Município). **Notícias**. Estrela, 7 jun. 2017. Disponível em:  
<https://estrela.atende.net/?noticia=3502#!/tipo/noticia/valor/3502>. Acesso em: 3 out. 2023.

EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K. (Org.). **Formação de Professores no Brasil**: leituras a contrapelo. São Paulo: Junqueira & Marin, 2017.

FAMURS (Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul). **Associações de Municípios**. Disponível em: <https://famurs.com.br/associacoes>.

FORTALEZATEC. **Home**. 2023. Disponível em: <https://fortalezatec.com.br/>.

FRANGELLA, R.; DIAS, R. Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. **Educação Unisinos**, v. 22, p. 7-15, jan./mar. 2018.

FREITAG, B. et al. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, T.; ADRIÃO, T. M. F. Sistema apostilado de ensino. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM.

GENERAL CÂMARA (Município). **Novo Sistema de Ensino**. Notícia. 19 jan. 2018.

Disponível em:

<https://generalcamara.rs.gov.br/noticia/visualizar/idDep/10/id/1418/?novo--sistema-de-ensino.html>. Acesso em: 12 out. 2023.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAVATAÍ (Prefeitura). **Tudo pronto para a volta às aulas na rede municipal**. Notícia. 18 fev. 2020. Disponível em:

<https://gravatai.atende.net/cidadao/noticia/tudo-pronto-para-a-volta-as-aulas-na-rede-municipal/>. Acesso em: 12 out. 2023.

GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional). **Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. Relatório de pesquisa. São Paulo: UNICAMP, 2015.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades e Estados**: Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/>.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Competências socioemocionais:** estudantes. 2023.

Disponível em:

[https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-defendemos/competencias-socioemocionais-estudantes/?gad\\_source=1&gclid=Cj0KCOiA35urBhDCARIsAOU7QwmWS6e2MfXzfCDby2spzZYxsOA\\_W8jUayW8mqAYkf5D66hi91LAgGsaAqSuEALw\\_wcB](https://institutoayrtonsenna.org.br/o-que-defendemos/competencias-socioemocionais-estudantes/?gad_source=1&gclid=Cj0KCOiA35urBhDCARIsAOU7QwmWS6e2MfXzfCDby2spzZYxsOA_W8jUayW8mqAYkf5D66hi91LAgGsaAqSuEALw_wcB). Acesso em: 29 nov. 2023.

INSTITUTO CRESCER LEGAL. **Quem Somos.** 2022. Disponível em:

<https://crescerlegal.com.br/instituto/quem-somos/>.

INSTITUTO JAMA. **Home.** 2019. Disponível em: <http://institutojama.com.br/home>.

INSTITUTO JAMA (IMED). **Relatório de impacto do Letramento em Programação - Norte Gaúcho.** 2020. Disponível em:

[http://institutojama.com.br/\\_files/view.php/download/pasta/14/601b069cc93f0.pdf](http://institutojama.com.br/_files/view.php/download/pasta/14/601b069cc93f0.pdf).

JESUS, F. S. de; SOARES, V. A BNCC: o empreendedorismo na racionalidade neoliberal. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 9., 2022, Recife (Online). **Anais** [...]. Recife: Editora Realize, 2022. p. 1-11. Disponível em:

[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV174\\_MD1\\_ID8297\\_TB2649\\_23112022141253.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID8297_TB2649_23112022141253.pdf). Acesso em: 4 jun. 2023.

JORNAL BOM DIA. **Maximiliano de Almeida: a mesma metodologia que deu certo.** Ano letivo inicia na próxima quarta-feira. 14 fev. 2020 Disponível em:

<https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/36096/maximiliano-de-almeida-a-mesma-metodologia-que-deu-certo>. Acesso em: 13 out. 2023.

JORNAL O ALTO DO TAQUARI. **Marques de Souza prepara instalação de sistema inovador de ensino.** 11 maio 2019. Disponível em:

<https://www.oaltotaquari.com.br/portal/2019/05/marques-de-souza-prepara-instalacao-de-sistema-inovador-de-ensino/>. Acesso em: 13 out. 2023.

KICKERT, W. J. M.; KLIJN, E. H.; KOPPENJAN, J. F. M. Introduction: a management perspective on policy networks. In: KICKERT, W. J.; KLIJN, E.-H.; KOPPENJAN, J. F. (Org.). **Managing complex networks.** London: Sage Publications, 1999. p. 1-13.

KLABIN. **Projetos.** Disponível em:

<https://klabin.com.br/-/projetos-sociais-1#:~:text=um%20futuro%20renov%C3%A1vel,-Proj>

[eto%20Crescer%20Lendo%20da%20Klabin%20-%20Apoio%20%C3%A0%20Leitura%20Infantil,crian%C3%A7as%20de%20at%C3%A9%20seis%20anos](#). Acesso em: 29 nov. 2023.

KRAWCZYK, N. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LAMOSA, R.; KAPLAN, L. Tensão público-privado na Educação Ambiental: análise crítica dos projetos privatistas nas escolas públicas. In: BERNARDO et al. (Org.). **Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015. p. 77-110.

LOPES, D. et al. SICREDI e o Programa A União Faz a Vida: a influência da lógica mercantil na formação de professores. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 16, p. 105-129, jan./dez. 2019.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAGRONE, E. Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 353-372, set./dez. 2006.

MARSIGLIA, A. C. G. et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MARTINS, A. S. A educação básica no século XXI. O projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-28, jan./jun. 2009.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

NEPPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais). **Redes políticas e as parcerias público-privadas no Estado do RS**. Relatório de pesquisa. Pelotas: UFPel, 2019.

NEVES, L. M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

NOGUEIRA, M. A. Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 115-130, 2001.

PASSO FUNDO (Prefeitura). **Plataforma on-line para professores e alunos**. Notícia. 13 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.pmpf.rs.gov.br/educacao/2020/07/13/plataforma-on-line-para-professores-e-alunos-14484/>. Acesso em: 6 out. 2023.

PEREIRA, A. C. A. **A supervisão escolar em um contexto de empresariamento da e na educação**. 2019. 159. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: PERONI, V. M. V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PERONI, V. M. V. Mudanças no papel do Estado e políticas públicas de educação: notas sobre a relação público/privado. In: PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. (Org.). **Políticas educacionais em tempos de redefinições no papel do Estado: implicações para a democratização da educação**. Porto Alegre: Editora UFPEL, 2011.

PERONI, V. M. V. et al. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da Educação?. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, p. 35-56, 2019.

QUARAÍ (Prefeitura). **Informação sobre aplicativo Aprende Brasil**. Notícia. jan. 2020. Disponível em: <http://www.quarai.rs.gov.br/2020/aprendebrasil/aplicativo.html>. Acesso em: 13 out. 2023.

REDE I9. **Buscar Assessoria e Sistemas**. YouTube, 28 fev. 2019. (1 vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EVQ3e89BA7w>. Acesso em:

REIS, I. Governança e regulação da educação: perspectiva e conceitos. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 39, 2013.



ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

SALVADOR DAS MISSÕES (Prefeitura). **Educação no período da pandemia**. Notícia. 14 ago. 2020. Disponível em:  
<https://www.salvadorasmissoes.rs.gov.br/?pg=noticias&rel=bb34f0aff115bfbefe365f19d163c1d6>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SANTA BÁRBARA DO SUL (Prefeitura). **Ano Letivo em Santa Bárbara Iniciou com Nova e Desenvolvida Metodologia**. Notícia. 26 fev. 2017. Disponível em:  
<https://www.santabarbaradosul.rs.gov.br/site/noticias/educacao/18906-ano-letivo-em-santa-barbara-iniciou-com-nova-e-desenvolvida-metodologia>. Acesso em: 13 out. 2023.

SANTA CLARA DO SUL (Município). **Município investe em educação emocional**. Notícia. 17 abr. 2018. Disponível em:  
<https://www.santaclaradosul.rs.gov.br/post/munic%C3%ADpio-investe-em-educa%C3%A7%C3%A3o-emocional>. Acesso em: 5 out. 2023.

SANTO EXPEDITO DO SUL (Prefeitura). **SMEC divulga parceria com Sistema de Ensino Aprende Brasil**. Notícia. 4 fev. 2019. Disponível em:  
<https://www.santabarbaradosul.rs.gov.br/site/noticias/educacao/18906-ano-letivo-em-santa-barbara-iniciou-com-nova-e-desenvolvida-metodologia>. Acesso em: 13 out. 2023.

SCHAEFFER, E. L. Chromebooks incrementam o processo de aprendizagem nas escolas municipais. **Prefeitura Municipal de Teutônia**, Teutônia, 16 dez. 2019. Disponível em:  
<https://teutonia.rs.gov.br/noticia/visualizar/id/1537/?chromebooks-incrementam-o-processo-de-aprendizagem-nas-escolas-municipais.html>. Acesso em: 6 out. 2023.

SCHAEFFER, E. L. Educação Infantil: investimentos que trazem a Teutônia um novo momento. **Prefeitura Municipal de Teutônia**, Teutônia, 17 ago. 2018. Disponível em:  
<https://teutonia.rs.gov.br/noticia/visualizar/id/1059/?educacao-infantil-investimentos-que-traz-em-a-teutonia-um-novo-momento.html>.

SCHERER, S. S.; CÓSSIO, M. F.; NASCIMENTO, F. M. Parcerias público-privadas: atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do estado do RS. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 41, 2020.

SCHNEIDER, P. R. Mostra Pedagógica e de Trabalhos integra pais e alunos da Emef Pinheiros. **Município de Estrela**, Estrela, 18 set. 2017. Notícia. Disponível em: <https://estrela.atende.net/?noticia=3822#!/tipo/noticia/valor/3822>. Acesso em: 3 out. 2023.

SENAR-RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). **Relatório de gestão 2022 – Relato Integrado**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: [https://www.senar-rs.com.br/relatorios/Relatorio\\_Gestao\\_2022\\_web.pdf](https://www.senar-rs.com.br/relatorios/Relatorio_Gestao_2022_web.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023.

SENAR-RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). **Sindicatos**. Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://www.senar-rs.com.br/sindicatos>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SHIROMA, E. O. Política de profissionalização, aprimoramento ou desintelectualização do professor? **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, v. 9, n. 17, p. 64-83, 2003.

SHIROMA, E. O. **Redes de políticas públicas e governança da educação**: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. Relatório de pesquisa. Florianópolis: UFSC, 2016.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, MS, v. 34, n. 11, p. 21-38, mai./ago. 2014.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, 2007.

SICREDI. **A união faz a vida: nossos números**. Sicredi. Disponível em: <https://auniaofazavida.com.br/atuacao/nossos-numeros.html>.

SIMAE (Sistema de Monitoramento e Apoio Educacional). **Serviços que oferecemos**. 2023. Disponível em: <https://simaeassessoriaeducacional.com/index.php/servicos/>.

SIMIONATO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização de Sergio Silva e Antonio Luigi Negro. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). **Home**. 2023.

Disponível em: <https://UNDIME.org.br/>.

VASCONCELOS, K. E. L.; SCHMALLER, V. P. V.; SILVA, M. C. da. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 82-90. 2013.

VEIGA-NETO, A. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Revista de Ciências da Educação**, n. 7, p. 141-149, set./dez. 2008.

VERA CRUZ (Prefeitura). **Qualifica VC forma turma de adolescentes**. Notícia. 6 jul. 2018.

Disponível em:

<https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/2297/qualifica-vcforma-turma-de-adolescentes/>. Acesso em: 21 nov. 2023.